

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

FELIPE PALAZZO RODRIGUES

“As águas vão rolar”: o Rio Uberabinha e a Estação de Tratamento de Água Renato de Freitas (ETA Sucupira) nas páginas do jornal *Correio de Uberlândia* (1967-1977)

UBERLÂNDIA

2025

FELIPE PALAZZO RODRIGUES

“As águas vão rolar”: o Rio Uberabinha e a Estação de Tratamento de Água Renato de Freitas (ETA Sucupira) nas páginas do jornal *Correio de Uberlândia* (1967-1977)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Área de concentração: História

Orientador: Marcelo Lapuente Mahl

UBERLÂNDIA

2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

R696
2025 Rodrigues, Felipe Palazzo, 1999-
"As águas vão rolar" [recurso eletrônico] : o Rio Uberabinha e a
Estação de Tratamento de Água Renato de Freitas (ETA Sucupira)
nas páginas do jornal Correio de Uberlândia (1967-1977) / Felipe
Palazzo Rodrigues. - 2025.

Orientador: Marcelo Lapuente Mahl.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.681>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. História. I. Mahl, Marcelo Lapuente, 1974-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em História.
III. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 33, PPGHI				
Data:	Vinte e sete de novembro de dois mil e vinte e cinco	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:00
Matrícula do Discente:	12312HIS006				
Nome do Discente:	Felipe Palazzo Rodrigues				
Título do Trabalho:	"As águas vão rolar": o Rio Uberabinha e a Estação de Tratamento de Água Renato de Freitas (ETA Sucupira) nas páginas do jornal Correio de Uberlândia (1967-1977)				
Área de concentração:	História cultura e poder				
Linha de pesquisa:	Territorialidades, Cultura e Poder				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Meio Ambiente, Impactos Ambientais e Divulgação Científica: Uma Análise Dos Dados Sobre O Desmatamento No Território Brasileiro Produzidos Pelo Inpe (1992 2020).				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em [História](#), assim composta: Professores Doutores: Marcelo Lapuente Mahl - UFU; Jean Luiz Naves Abreu - UFU; Paulo Herique Martinez - UNESP

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Mestre](#).

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Lapuente Mahl, Membro de Comissão**, em 27/11/2025, às 20:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Henrique Martinez, Usuário Externo**, em 28/11/2025, às 06:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jean Luiz Neves Abreu, Membro de Comissão**, em 28/11/2025, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6823786** e o código CRC **FBF66297**.

FELIPE PALAZZO RODRIGUES

“As águas vão rolar”: o Rio Uberabinha e a Estação de Tratamento de Água Renato de Freitas (ETA Sucupira) nas páginas do jornal *Correio de Uberlândia* (1967-1977)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Área de concentração: História

Uberlândia, 2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu – UFU

Prof. Dr. Paulo Henrique Martinez – UNESP

Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl – UFU (Orientador)

Resumo

Esta pesquisa pretende investigar como o processo de avanço do urbano em relação ao abastecimento de água foi retratado nas páginas do jornal *Correio de Uberlândia* no período de 1967 a 1977, com ênfase nas atividades do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), criado em 1967, e na construção da Estação de Tratamento de Água Renato de Freitas (ETA Sucupira), inaugurada em agosto de 1970. A partir de referenciais teóricos da História Ambiental e discussões sobre os conceitos de espaço e território, associado à análise da natureza no modo de produção capitalista, a abordagem busca interpretar as dinâmicas sociais por meio do discurso da racionalidade técnica, que orienta a intervenção humana no meio biofísico. Partimos da hipótese de que o *Correio de Uberlândia*, enquanto veículo ligado aos grupos dirigentes da cidade, contribuiu para incorporar um vocabulário técnico e político sobre a intervenção nos rios, apoiando a estruturação do DMAE e da ETA Sucupira como elementos essenciais para a gestão urbana e o crescimento econômico da cidade, que buscava se firmar como a "metrópole do Triângulo Mineiro" na visão desses grupos, sendo o fornecimento de água um fator determinante para sustentar esse crescimento acelerado. A análise das notícias do jornal demonstrou que a ETA Sucupira foi exaltada como uma grande conquista, e um feito de ousadia e autonomia local, e que prometia água pura e abundante para atender a cidade além do ano 2000. O jornal descreveu o Rio Uberabinha e a Cachoeira de Sucupira como um sítio ideal, transformado pela intervenção humana e tecnológica, contribuindo para atribuir um novo conteúdo social a esses territórios das águas. A ETA Sucupira e o acesso à água se mantiveram como temas centrais de disputas políticas e discursivas, evidenciando como a instrumentalização dos recursos hídricos foi fundamental para o projeto de progresso e crescimento de Uberlândia.

Palavras-chave: História Ambiental; Uberlândia; Rio Uberabinha; ETA Sucupira; Correio de Uberlândia; DMAE.

Abstract

This research aims to investigate how the process of urban advancement in relation to water supply was portrayed in the pages of the *Correio de Uberlândia* newspaper from 1967 to 1977, with an emphasis on the activities of the Municipal Water and Sewage Department (*Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE*), created in 1967, and the construction of the Sucupira Water Treatment Plant (*Estação de Tratamento de Água Renato de Freitas - ETA Sucupira*), inaugurated in August 1970. Based on theoretical references from environmental history and discussions on the concepts of space and territory, associated with the analysis of nature in the capitalist mode of production, the approach seeks to interpret social dynamics through the discourse of technical rationality, which guides human intervention in the biophysical environment. We start from the hypothesis that *Correio de Uberlândia*, as a vehicle linked to the city's ruling groups, contributed to incorporating a technical and political vocabulary about intervention in rivers, supporting the structuring of DMAE and ETA Sucupira as essential elements for urban management and economic growth in the city, which sought to establish itself as the “metropolis of the *Triângulo Mineiro*” in the view of these groups, with water supply being a determining factor in sustaining this accelerated growth. Analysis of newspaper reports showed that ETA Sucupira was hailed as a major achievement and an act of boldness and local autonomy, promising pure and abundant water to supply the city beyond the year 2000. The newspaper described the Uberabinha River and the Sucupira Waterfall as an ideal site, transformed by human and technological intervention, contributing to giving new social content to these water territories. The ETA Sucupira and access to water remained central themes in political and discursive disputes, highlighting how the instrumentalization of water resources was fundamental to Uberlândia's progress and growth project.

Keywords: Environmental History; Uberlândia; Uberabinha River; Sucupira Water Treatment Plant; *Correio de Uberlândia*; DMAE.

Lista de Ilustrações

Figura 1: Hidrografia do Município de Uberlândia	30
Figura 2: Trechos de Córregos de Uberlândia canalizados sob avenidas da cidade. Fonte: Portal Comunica UFU 2024 – Arte de Maria Clara Medeiros	31
Figura 3: Apresentação da Bacia Hidrográfica do Rio Uberabinha. Em destaque a Represa de Sucupira, no curso do rio, logo abaixo da demarcação da área urbana de Uberlândia.	32
Figura 4: Mapa da expansão dos bairros de Uberlândia.	45
Figura 5: Chegada das águas de Sucupira ao centro da cidade (1)	56
Figura 6: Chegada das águas de Sucupira ao centro da cidade (2)	57
Figura 7: Cachoeira de Sucupira	59
Figura 8: Correio de Uberlândia, 16 nov. 1969	68
Figura 9: Correio de Uberlândia, 14 nov. 1969	71
Figura 10: Correio de Uberlândia, 08 ago. 1969	72
Figura 11: Correio de Uberlândia, 03 de julho/1970	75
Figura 12: Correio de Uberlândia, 10 de julho/1970	77
Figura 13: Correio de Uberlândia, 30 jul. 1968	78
Figura 14: Correio de Uberlândia, 30 ago. 1970	82
Figura 15: Correio de Uberlândia, 30 ago. 1970	82
Figura 16: Correio de Uberlândia, 30 ago. 1970	82
Figura 17: Correio de Uberlândia, 30 ago. 1970	83
Figura 18: Correio de Uberlândia, 30 ago. 1970	83
Figura 19: Correio de Uberlândia, 30 ago. 1970	83
Figura 20: Correio de Uberlândia, 30 ago. 1970	86
Figura 21: “Avenida Rondon Pacheco”, 24 dez./1971	90

Sumário

Introdução:	11
Capítulo 1: Aproximações conceituais	17
1.1. A natureza e o modo de produção capitalista	17
1.2. Aproximações com a História Ambiental e os conceitos de espaço e território:.....	19
1.3. Racionalidade técnica e o processo de crescimento econômico:	25
Capítulo 2. Formação de Uberlândia: cursos d'água e a urbanização	29
2.1. Breve história do abastecimento de água: do arraial ao polo urbano (1846-1967).....	29
2.2. As transformações regionais e a consolidação do polo urbano:	38
2.3. O jornal Correio de Uberlândia:	45
2.4. Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) e a ETA Sucupira:	49
Capítulo 3: O Rio Uberabinha, a ETA Sucupira e os córregos nas páginas do jornal <i>Correio de Uberlândia</i> (1967-1977)	61
3.1. “A maior conquista desta Metrópole: o serviço de águas”	61
3.2. Enquanto Sucupira não vem:	66
3.3. Aproxima-se a demonstração pública do novo serviço de águas:	73
3.4. Dinâmicas do urbano:	86
3.5. Indícios de embates:.....	91
3.6. Sucupira e as críticas ao DMAE como agenda política:	95
Considerações finais:	103
Referências:	104
Fontes documentais:.....	104
Referências bibliográficas:	111

Introdução:

“1970: A década da industrialização”: Foi esse o chamado da capa do jornal *Correio de Uberlândia*, na edição do dia 01 de janeiro de 1970. As perspectivas industrializantes na cidade giravam em torno, principalmente, do projeto da chamada *Cidade Industrial*, localidade construída de modo a atrair investimentos e capitais que viabilizassem a instalação de novas unidades empresariais, pretendendo atender importantes mercados consumidores da região, em consonância com o empenho desenvolvimentista encampado pelo governo militar na época.¹ A chamada “metrópole do Triângulo Mineiro” buscava se afirmar enquanto tal, e esse veículo da imprensa, um dos mais tradicionais da região, fazia coro com o discurso dos ideais de progresso e de modernização que as elites locais uberlandenses encamparam em nome do coletivo:

Insatisfeito, o uberlandense quer mais. Por isso entende de acelerar, saltar por sobre o natural e fazer com que a sua cidade cresça dimensionalmente dentro de esquemas de dinamismo. Daí o conceito de que só a industrialização rápida poderá nos proporcionar a via positivista de desenvolvimento acelerado que é o ideal de todos.²

Um dos fatores determinantes para que fosse possível sustentar esse crescimento estava precisamente na dimensão do “natural”, visto como recurso a ser apropriado pela sociedade em favor do crescimento econômico. Mas, um dos principais entraves a esse aproveitamento na cidade de Uberlândia, segundo avaliações de diferentes segmentos da sociedade, residia no fornecimento de água, tanto para sua população, quanto para as indústrias e o comércio.³

Essa foi uma das características enfatizadas pelo engenheiro José Pereira Espíndola, um desses personagens cujo nome e realizações ficaram impressos na trajetória da cidade de Uberlândia, enquanto sujeito essencial para a criação e expansão de um sistema de abastecimento de água urbano que estivesse à altura das demandas de crescimento que se projetavam na época⁴, assim como para o discurso de modernização que se construía naquele contexto.

¹ 1970: a década da industrialização. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.976, ano 33, 01 jan. 1970, p. 1

² AVANÇO da industrialização. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.199, ano 35, 07 fev. 1971, p. 1

³ SISTEMA de abastecimento de água em Uberlândia. Museu Virtual de Uberlândia, 2005 (5min51s). Publicado pelo programa Uberlândia Ontem e Sempre. Disponível em: <https://www.uberlandiadeontemesempre.com.br/o-sistema-de-abastecimento-de-agua-em-uberlandia/>. Acesso em 20 jun. 2025.

⁴ JOSÉ Pereira Espíndola e a Estação de Sucupira. Museu Virtual de Uberlândia, 14 out. 2005, (17min36s). Publicado pelo programa Uberlândia Ontem e Sempre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9-oQcJlb1KY&t=300s>. Acesso em 13 jun. 2025.

Espíndola tornou-se reconhecido especialmente devido aos cargos que exerceu enquanto empresário, diretor da ACIUB (Associação Comercial de Uberlândia), e Secretário de Obras na gestão do prefeito Renato de Freitas, ao longo da década de 1960 e início de 1970. Além disso, posteriormente exerceu cargo também como diretor do DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgoto) na década de 1990.⁵

A experiência de construção da Estação de Tratamento de Água Renato Freitas no Rio Uberabinha a partir do final da década de 1960, mais conhecida como ETA Sucupira, foi interpretada por veículos de imprensa e diferentes personalidades influentes da cidade enquanto uma obra de grande ousadia e inovação autônoma, cujos interesses do desenvolvimento urbano teriam sido incorporados por esses sujeitos que levaram adiante um projeto visto à época como de grande proporção para a realidade local.⁶

Tomando como referência levantamentos atuais, Uberlândia apresenta índices de saneamento e abastecimento de água que se destacam no cenário estadual e nacional, com elevado alcance e cobertura de distribuição e de tratamento de água, atingindo 97,73% da população vinculada a serviços públicos de abastecimento, segundo dados do censo de 2022 disponibilizados pelo do Instituto Água e Saneamento (IAS).⁷ Esse é um dado da realidade atual que, apesar da relativa disponibilidade de água e das projeções otimistas (ou idealistas) de determinados administradores⁸, não deve ser tomado como algo permanente, visto que o contexto de crise ambiental e climática se generaliza cada vez mais por todo o planeta, especialmente quando se trata do tema dos rios e as fontes hídricas.⁹

Nesse sentido, para compreender melhor que tipo de relação social que se estabelece com os recursos hídricos, podemos partir da classificação apresentada no verbete *uso social da*

⁵ BATE Papo José Pereira Espíndola. Museu Virtual de Uberlândia, 14 out. 2005, (17min37s). Publicado pelo programa Uberlândia Ontem e Sempre. Disponível em: <https://www.museuvirtualdeuberlandia.com.br/bate-papo-jose-perreira-espindola/>. Acesso em 30 set. 2025.

⁶ UBERLÂNDIA. DECRETO Nº 18.309, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019. DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA PELO FALECIMENTO DO ENGENHEIRO JOSÉ PEREIRA ESPÍNDOLA. Diário Oficial do Município - Prefeitura Municipal de Uberlândia, MG, Ano XXXI, n.º 5728, p. 1, 19 out. 2019.

⁷ SANEAMENTO em Uberlândia. Instituto Água e Saneamento, 2022. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/mg/uberlandia>. Acesso em 10 jun. 2025.

⁸ No ano de 2021, foi inaugurado em Uberlândia o Complexo Produtor de Água Deputado Luiz Humberto Carneiro – Sistema Capim Branco. Nos termos anunciados pela gestão da prefeitura municipal: “A obra, uma das maiores do setor no Brasil dentre as financiadas pela Caixa, vai garantir abastecimento para 3 milhões de habitantes na cidade, até 2060, no momento em que se aponta para a pior crise hídrica em mais de 100 anos no País.”. CAPIM Branco. Site da Prefeitura de Uberlândia. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/orgaos-municipais/dmae/tratamento-de-agua/capim-branco-2/>. Acesso em 10 jun. 2025.

⁹ MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

água, do Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos¹⁰, definido enquanto um “bem ambiental”, de “domínio público” e de “uso comum” a sociedade, o que envolve os “direitos de suprir necessidades básicas” humanas (biológicas, econômicas, religiosas, culturais, etc), sendo seu uso classificado em dois grandes grupos. O primeiro é o uso de tipo consuntivo - em que a água é retirada de seu local de origem e devolvida apenas em parte ou com a qualidade alterada, como ocorre no uso doméstico, industrial, ou para irrigação. Já o segundo, não consuntivo, quase não alteraria (supostamente) a qualidade ou quantidade da água, como em atividades da pesca, navegação, geração de energia, dentre outras possibilidades.¹¹

Para problematizar e historicizar essa definição, um tanto genérica, podemos avançar com a provocação feita por José N. C. Meneses¹², quando sugere que a observação da água e seus usos podem ser vistos como obviedades para se pensar, pois são, para os historiadores, gestos, ações, fatos do homem social, que se integram à sua vivência cotidiana e devem ter a sua leitura crítica inclusive como um elemento material-natural das culturas. Assim, o autor propõe perceber e ler a água como parte do fazer e do saber humano, o que implica considerar distintas dimensões, como as formas de apropriação social nos espaços e lugares onde se encontram, por exemplo, nas aglomerações urbanas.¹³

A leitura de Jason W. Moore, que define o capitalismo como um novo modo específico de organização da natureza e de produção de paisagens, nos auxilia a melhor delimitar o problema. Seguimos a problemática colocada pelo autor: diante das especificidades do modo de produção contemporâneo, como o capitalismo coloca a natureza para trabalhar?¹⁴

Moore argumenta que a condição de surgimento do capitalismo foi a criação de uma *natureza barata*, sendo o termo “barato” entendido como o trabalho/energia e utilidade biofísica produzida com força de trabalho mínima e diretamente implicada na lógica de produção e troca de mercadorias. Ocorre, portanto, uma nova forma de mobilização das “forças da natureza” enquanto “forças de produção”. Assim, a cada impulso de desenvolvimento do sistema, para

¹⁰ ARANTES, Almir. Uso social da água. In: *Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos*. GRIEBELER, Marcos Paulo Dherin. - 2. ed. - Uruguaiana, RS: Editora Conceito, 2021, p. 903-905

¹¹ Ibidem, p. 903-905

¹² MENESES, José Newton Coelho. Água e inteligência industriosa: Para começar uma reflexão sobre os usos sociais da água. In: MENESES, José Newton Coelho (Org.). *Água: Uma História dos usos nas Minas Gerais e em Portugal (séculos XVII a XIX)*. - 1. ed. - Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 11-35

¹³ Ibidem, p. 11-35

¹⁴ MOORE, Jason W. O surgimento da natureza barata. In: MOORE, Jason W. (Org.) *Antropoceno ou capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. - São Paulo: Elefante, 2002, p. 128-186

alavancar a lucratividade e acelerar a acumulação de capital, eram necessárias, além do trabalho, de reservas de energia, comida e matéria-prima.¹⁵

Assim, o processo de transição da água elemento-natural para água enquanto recurso-potencialidade econômica e alavanca urbanizante/industrializante possui suas especificidades históricas em cada processo espacial e territorial, em que, na análise de Roberto Lobato Corrêa¹⁶, um conjunto de forças colocadas em ação por distintos atores ao longo do tempo originam localizações, mudanças e permanências de atividades e do homem sobre o espaço, apropriando-se e controlando os recursos. A acumulação de capital e a reprodução da força de trabalho projeta-se sobre o espaço através da ação desses atores, interferindo na sua organização e no seu conteúdo social.¹⁷

Nesse sentido, uma série de noções de desenvolvimento, de industrialização, de técnica e tecnologia, de abastecimento, de saneamento, passam a ocupar discussões públicas sobre os destinos da cidade, e que tem como um de seus pilares o lugar que os recursos naturais (hídricos) e a natureza passam a ocupar nesses processos. De acordo com Raymond Williams¹⁸, a história e a complexidade que os diversos significados que a palavra natureza adquiriu ao longo do tempo são expressões do processo social de relação entre o mundo biofísico e as práticas humanas, variáveis e mutáveis, muitas vezes carregados de ambiguidades. Elaboraões de um mundo natural próprio para apropriação humana em nome do progresso civilizacional, são veiculadas ao mesmo tempo em que constroem visões conservacionistas¹⁹, ou até mesmo paradisíacas, de uma natureza traiçoeira, selvagem ou convidativa ao lazer/descanso humano.

Diante dos usos e processos de ocupação dos territórios e seus recursos naturais, e dos sentidos que são atribuídos a esses mesmos processos, emergem formulações simbólicas sobre o mundo natural²⁰, ao passo que são envolvidas por um vocabulário, sustentando por uma “racionalidade técnica”²¹, em que a água é tema central para o avanço do urbano no modo de produção capitalista, e que preenche parte do conteúdo social das cidades e da transformação e

¹⁵ MOORE, 2002, p. 128-186

¹⁶ CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton (Org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo. HUCITEC, 1982. p. 25-34

¹⁷ Ibidem, p. 30-34

¹⁸ WILLIAMS, Raymond. Ideias sobre a Natureza. In: *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 89-114

¹⁹ Ibidem, p. 89-114

²⁰ WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 4 (8), p. 198-215, 1991.

²¹ COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *A fala dos homens: análise do discurso tecnocrático (1964-1981)*. São Paulo: Brasiliense, 1983

disputas culturais e políticas em relação aos territórios, reflexão essa sobre a mistificação do progresso que nos auxilia a perceber os interesses contidos na “conquista” da terra, da natureza, em suas formas de legitimação²².

O que pretendemos nesta pesquisa é investigar, a partir do jornal *Correio de Uberlândia*, no período entre 1967 e 1977, como foi retratado o processo de avanço do urbano em relação ao abastecimento de água, com maior ênfase nas atividades do DMAE, a partir de 1967, e a construção da ETA Sucupira, inaugurada em agosto de 1970.

Partimos da hipótese de que esse veículo de imprensa, ligado a grupos dirigentes de Uberlândia, contribui para incorporar um vocabulário sobre o papel dos recursos hídricos (em especial sobre o Rio Uberabinha), apoiado em uma forma de visão racional técnica, e que tem também caráter político, sobre a intervenção humana nos rios. Isso ocorre em consonância com a estruturação de instituições administrativas consideradas essenciais para a gestão urbana e o controle da urbanização, sendo o abastecimento de água um desses pilares fundamentais para sustentar uma nova etapa de crescimento econômico da cidade.

Ao mesmo tempo, o jornal atua de forma a publicizar essa intervenção na paisagem, construindo uma nova relação com aquele espaço, e contribuindo para atribuir um novo conteúdo social àquele território, agora transformado, higienizado, mais seguro para uso coletivo do povo, e utilitário para o progresso por décadas, dentro do contexto de uma cidade que se expande, e que buscava alimentar a visão que se tinha sobre o potencial de crescimento que se colocava em seu horizonte.

Os capítulos deste trabalho estão organizados da seguinte forma: o primeiro capítulo concentra-se em realizar uma discussão teórica e bibliográfica a respeito do campo da História Ambiental e o conceito de território, e o tema do estudo dos rios enquanto questão histórica e social. Seguiremos no próximo capítulo com uma discussão sobre o processo de crescimento urbano e econômico da cidade de Uberlândia entre as décadas de 1960 e 1970, e o processo de formação de um sistema de abastecimento de água nesse mesmo período. No terceiro capítulo, faremos uma análise da documentação principal selecionada para esta pesquisa: as notícias do jornal *Correio de Uberlândia* entre 1967 e 1977, período que envolve as duas gestões de Renato

²² MARTINEZ, Paulo Henrique. *História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006

de Freitas (intercalada com a gestão de Virgílio Galassi entre 1971 e 1972), a criação do DMAE e da ETA Sucupira.

Capítulo 1: Aproximações conceituais

1.1. A natureza e o modo de produção capitalista

Este capítulo pretende discutir algumas elaborações conceituais a respeito do campo da História ambiental, e do estudo dos rios enquanto questão histórica e social. Dessa forma, estabeleceremos alguns referenciais necessários para introduzir a discussão sobre as transformações do território da cidade, necessária para orientar a análise que faremos nesta pesquisa sobre o caso dos processos que envolveram o avanço do urbano em Uberlândia/MG e a construção da Estação de Tratamento de Água Renato de Freitas (ETA Sucupira) no Rio Uberabinha, retratada no jornal *Correio* sob a lógica, que definiremos a seguir, de uma visão de mundo da racionalidade técnica que orienta a intervenção humana no meio natural biofísico. Assim, contribuindo para atribuir um novo conteúdo social àquele território usado e transformado.

Para prosseguirmos com delimitação do problema da pesquisa, podemos partir dos apontamentos feitos por José Augusto Pádua, que observa como o tema da natureza sempre foi uma categoria central do pensamento humano, e, de maneira geral e na medida em que as sociedades humanas se territorializaram, ou seja, estabeleceram interações com o espaço, emergiram ao longo do tempo diversos exemplos de práticas materiais e percepções culturais referentes ao mundo natural. Emergiram do pensamento moderno a formação de uma maneira distinta de pensar a ação humana diante da natureza²³, o que acompanha também as especificidades dentro do modo de produção capitalista.²⁴

Na direção do que afirma Raymond Williams, ao discutir a reflexão de Karl Marx a respeito do processo que se definiu como a “separação entre o homem e a natureza”, própria do complexo de relações sociais e naturais sob o modo de produção capitalista, variáveis e mutáveis ao longo do tempo, observamos um contexto mais amplo sobre como se processou distintas visões sobre o que seria o mundo natural, não humano, como por exemplo, um conjunto de objetos exteriores ao homem, passíveis de serem submetidos a operações e transformações diversas, sob a lógica de noções de mercado e consumo. Dentre essas visões, não é raro encontrar a representação de um espaço natural selvagem em contraposição ao

²³ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão. (Orgs.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. - Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 17-38

²⁴ WILLIAMS, 2011, p. 89-114

progresso civilizacional que a promessa do avanço do desenvolvimento econômico supostamente seria capaz de promover.²⁵

Williams evidencia nessa discussão como os próprios termos comumente utilizados para descrever a relação com o mundo biofísico - como conquista, dominação, exploração - são derivadas das próprias práticas e relações dos homens entre si, no movimento histórico das sociedades. Nesse sentido, por trás das ideias de natureza, encontramos sociedades e suas relações concretas entre si e com o mundo natural.²⁶

Podemos nos referenciar, dentro do campo de reflexões sobre a forma capitalista de apropriação da natureza, da terra, a partir de Jason W. Moore, que pensa a ascensão do capitalismo como uma nova forma de organizar a natureza, como uma *ecologia-mundo capitalista* e, portanto, uma nova forma de organizar as relações entre trabalho, reprodução e as condições de vida.²⁷ Uma pista decisiva para compreender esse processo de transição que marca o início do capitalismo, que data desde inícios dos séculos XV e XVI, está no surgimento de um padrão de criação de ambientes, que refaz as geografias planetárias, associado mudanças causadas pelas criações tecnológicas como as máquinas, pela nova estrutura de classes sociais, e a emergência dos mercados modernos.²⁸

Segundo Jason W. Moore, um novo regime de conhecimento acompanha essas dinâmicas, e que opera uma separação entre Sociedade e Natureza, sendo a concepção do dualismo cartesiano uma fonte chave desse problema, entendida como abstração real e com força histórica efetiva no mundo:

No centro das novas estruturas de pensamento estava um modo de distinção que presumia a separação. A mais fundamental dessas separações era Humanidade/Natureza. Algumas pessoas se tornaram Humanos, membros de algo chamado Civilização ou Sociedade. [...] Aquela fronteira - a divisão Natureza/Sociedade que o Antropoceno afirma, e muitos de nós questionamos agora - foi fundamental para a ascensão do capitalismo, pois permitiu que a natureza se tornasse Natureza - ambientes sem Humanos. Mas notem a inicial maiúscula: a Natureza estava cheia de humanos tratados como Natureza. E o que isso significava? Que a teia da vida podia ser reduzida a uma série de objetos externos - mapeados, explorados,

²⁵ WILLIAMS, 2011, p. 90-109

²⁶ Ibidem, p. 110-113

²⁷ MOORE, Jason W. *Capitalism in the web of life: ecology and the accumulation of capital*. - London: Verso New Left Books, 1º ed., 2015

²⁸ Idem. O surgimento da natureza barata. In: MOORE, Jason W. (Org.) *Antropoceno ou capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. - São Paulo: Elefante, 2022, p. 128-186

mensurados, calculados para saber o que a Natureza poderia fazer em prol da acumulação do capital.²⁹

Nesse sentido, Jason W. Moore destaca que o capitalismo se organiza, assim como a sua degradação específica da natureza, por meio da mobilização específica das “forças da natureza” como “forças de produção”. A nova “lei do valor” no capitalismo é uma lei de Natureza Barata, ou seja, que emprega as capacidades do capital em se apropriar de trabalho/energia da biosfera, das naturezas globais no alcance do poder capitalista, como um conjunto de relações por meio das quais a “capacidade de executar um trabalho” - por humanos e naturezas extra-humanas - é transformada em valor, e implicado na produção e troca de mercadorias. Tanto a força de trabalho humana, capitalizada pela força do dinheiro, quanto na apropriação por meios não econômicos, como no trabalho (processo geoecológico multiespécie e múltiplo) de uma floresta, um rio ou uma cachoeira.³⁰

Partindo dessas considerações a respeito das especificidades do modo de produção capitalista e as formas de apropriação e de transformação da natureza, agora considerada como recurso, força de produção, e geradora de valor sob a lógica hegemônica do mercado moderno, podemos nos aproximar de algumas sistematizações no campo da geografia a respeito de espaço e território, e conexões possíveis com a História Ambiental para o estudo dos rios. Dessa forma, as percepções históricas e socialmente construídas pelos diferentes agentes sociais nessas dinâmicas poderão ser melhor interpretadas.

1.2. Aproximações com a História Ambiental e os conceitos de espaço e território:

De um ponto de vista mais amplo, o surgimento uma percepção mais sistematizada a respeito dos impactos humanos no chamado mundo natural, com capacidade de alterá-lo substancialmente, ou até mesmo destruí-lo, consistiu em um processo ao longo de séculos, e, segundo José Augusto Pádua, especialmente próprio do pensamento moderno. O autor aponta como há um movimento histórico amplo e difuso de formação de uma sensibilidade ecológica, que acompanha vários processos macrohistóricos (transformação urbano-industrial, expansão colonial, institucionalização da ciência como modo de entendimento do mundo), o que possibilita surgir reflexões históricas sobre as consequências ambientais do agir humano³¹.

²⁹ MOORE, Jason W., 2015, p. 142

³⁰ Ibidem, p. 146

³¹ PÁDUA, 2012, p. 20-21

Os aportes teóricos da História Ambiental nos aproximam mais dessa discussão. Segundo Donald Worster, esse campo deve ser visto como uma ampliação da análise histórica, que pretende incorporar o mundo biofísico com outras dimensões, como a econômica, cultural, social e política, na busca por uma abordagem cada vez mais ampla da investigação histórica. Assim, Woster destaca o que denomina como o estudo dos constrangimentos ambientais e da maneira como os seres humanos interferem no meio ambiente, e inversamente, como foram afetados pelo ambiente natural, a partir da proposta de três níveis fundamentais de compreensão, que podem relacionar as condições propriamente ecológicas do objeto de pesquisa, a interferência propriamente dita do homem na natureza ao longo do tempo, e as representações simbólicas construídas por grupos sociais sobre o mundo natural, introduzindo o conceito de cultura nesse tipo de abordagem.³²

Do ponto de vista acadêmico, esse campo historiográfico institucionaliza-se a partir da década de 1970, motivado tanto por motivos sociológicos quanto epistemológicos. A emergência de movimentos ambientalistas, a pressão de organismos internacionais, demandas vindas do debate público, as transformações no entendimento dos marcos cronológicos da existência temporal do planeta, e, especialmente, uma nova perspectiva de natureza, vista como algo muito mais mutável e em construção e reconstrução permanente do que algo estável e cíclico.³³

Pensando o processo de constituição dessa área de pesquisa no Brasil, Paulo Henrique Martinez e Marcelo Lapuente Mahl evidenciam como outros campos do conhecimento histórico pavimentaram caminhos importantes para a história ambiental, como a historiografia econômica do século XX, que investigou temas como a produção agropecuária (cana-de-açúcar, tabaco, café, soja), o extrativismo, a mineração, a extração de petróleo, dentre outros assuntos, o que oferece iniciativas de orientação e possíveis conexões de pesquisa. Apontam também como a historiografia dos temas e afinidades ambientais tem predominado em torno dos conflitos sociais e políticos quanto ao uso e ocupação dos territórios e seus recursos naturais, e também das interfaces culturais compreendidas em representações, sensibilidades e conhecimentos.³⁴

³² WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, 4 (8), p. 198-215, 1991

³³ PÁDUA, 2012, p. 19

³⁴ MAHL, Marcelo Lapuente; MARTINEZ, Paulo Henrique. História ambiental: entre o passado e o futuro. Nova Revista Amazônica: Dossiê Amazônia. Vol. IX, no 3, p. 105-116, dez. 2021

A realidade brasileira, portanto, dada sua abundante biodiversidade, ao passo que reproduz um quadro social historicamente marcado por uma profunda desigualdade e uma espoliação econômica marcadamente predatória, produz uma série de contradições as quais o historiador pode abordar. Assim:

a História Ambiental no Brasil pode lançar luz sobre a racionalização das desigualdades sociais e dos interesses econômicos, contida na mistificação do 'progresso', dos benefícios ou malefícios do emprego da ciência e da tecnologia na 'conquista' da terra e da natureza e outros mitos criados, cotidianamente, pela mídia, governos, empresas, movimentos ambientalistas, cientistas e acadêmicos em geral.³⁵

Dessa forma, na direção da proposta de Paulo H. Martinez, investigar a apropriação e usos dos produtos naturais, dos segmentos sociais que foram beneficiados e prejudicados nesse processo pode contribuir para o esclarecimento das relações entre o desenvolvimento econômico e a realidade social do país. Assim, as formas de racionalização produzidas a respeito desses processos históricos³⁶, de apropriação dos recursos naturais, e sua instrumentalização a partir de discursos políticos e investidas de legitimação de projetos de progresso e de desenvolvimento econômico, são elementos centrais para refletir o tema do abastecimento de água, e as iniciativas de intervenção em rios e córregos.

Conforme aponta Albano Schwarzbald, um rio é produto de múltiplos processos de componentes abióticos de um ecossistema fluvial, assim como formador de paisagem em contextos históricos diferentes. São conhecidos como linhas vivas entre as nações e faixas onde sua história acontece, como artérias dos ecossistemas que compõem suas bacias, precariamente balanceados do ponto de vista dos ecossistemas interativos, e facilmente perturbados pelo homem. Esses sistemas hídricos têm sido profundamente alterados em suas características hidrológicas e geomorfológicas, provocados pela construção de represas, reservatórios, canalizações, desvios, dentre outras formas de intervenção.³⁷

Essas complexas interações constituem em desafio para a historiografia. É nessa direção que Gabriel Garnero, ao refletir sobre uma proposta teórica-metodológica para o estudo dos rios, defende a adoção de uma perspectiva sistêmica, tomando os rios como sistemas híbridos, ou seja, como territórios sócio-naturais complexos, cujos elementos constituintes (tanto humanos quanto naturais) devem ser pensados em suas relações recíprocas, temporalmente e

³⁵ MARTINEZ, Paulo Henrique. História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006, p. 30

³⁶ Ibidem, p. 34-35

³⁷ SCHWARZBOLD, Albano. Teorias Ecológicas sobre Rios. *Ciência & Ambiente*, vol. 41, 1ª ed., jul/dez. 2010, p. 5-20

especialmente específicas. Nesse sentido, o próprio ciclo hidrológico adquire uma dimensão hidrossocial.³⁸

Essa perspectiva analisada por Garnero se relaciona ao debate sobre a “naturalidade” dos rios, no que diz respeito às interações que existem entre o mundo material ou biofísico, não-humano, e as sociedades humanas, e como o historiador pode investigar as múltiplas “camadas temporais” que se sobrepõem nos sistemas fluviais. Ou seja, há dinâmicas e processos simultâneos, que relacionam os elementos biofísicos do rio, as tecnologias hidráulicas, as populações, as diferentes estruturas socioeconômicas, e as instituições políticas e culturais, dentre outros elementos, atuando de forma multiescalar (cruzando instâncias locais, regionais, nacionais e até mesmo internacionais), em diferentes graus de permanências e mudanças que envolvem o sistema social natural fluvial.³⁹

Assim, em sentido mais amplo, uma abordagem integradora a respeito dos territórios fluviais auxilia interpretar outros processos e problemas sociais conectados, envolvendo consolidação de Estados, questões de fronteira e ordenamento territorial, conformação de estruturas econômicas, desigualdades sociais,⁴⁰ conflitos e processos políticos, a expansão da rede urbana de uma cidade, os problemas do abastecimento, dentre outros fatores.

Assumindo a definição dos rios como territórios sócio-naturais, podemos precisar melhor a utilização desse conceito, e como o jornal Correio de Uberlândia pode ser pensado, em um contexto temporal e espacial determinado, como um agente que interfere na relação que os sujeitos podem estabelecer com os processos que estamos investigando aqui, ou seja, como a disponibilidade de água nos bairros da cidade, como o avanço da urbanização em Uberlândia, com a criação de estruturas administrativas responsáveis pela gestão das águas, e a ampliação dos serviços de abastecimento de água e sua taxação, assim como as disputas políticas e eleitorais relacionadas a esses momentos.

Roberto Lobato Corrêa, ao teorizar o conceito de espaço geográfico, enfatiza sua dimensão enquanto espaço-morada do homem, potencial ou de fato, que assume uma natureza social sob a ação humana. Esse espaço é detentor tanto de valores de uso distintos, desde

³⁸ GARNERO, Gabriel. El estudio histórico de ríos: una propuesta teórica-metodológica. In: *História ambiental de América Latina: enfoques, procedimientos y cotidianidades*. URQUIJO, Pedro S.; LAZOS, Adi E.; LEFEBVRE, Karine. (Coord.). Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones en Geografía Ambiental, 1º ed., 2022, p. 435-455

³⁹ Ibidem, p. 441-446

⁴⁰ Ibidem, p. 448

enquanto suporte físico a partir do qual a sociedade se organiza, quanto de valores de troca, dentro de sociedades integradas economicamente nos mecanismos de mercado.

Corrêa coloca como os recursos naturais só adquirem significado quando vistos em um contexto social, em que distintos atores disputam e apropriam-se desses recursos, tornando-se capazes de impor sua marca no espaço. Nesse sentido, o autor define os processos espaciais como um conjunto de forças colocadas em ação por esses distintos atores ao longo do tempo, originando localizações, mudanças e permanências de atividades e do homem sobre o espaço nessa dinâmica de controle dos recursos, projetando-se no espaço pela ação desses distintos atores, e interferindo na sua organização social.⁴¹

Esses agentes sociais, concretos e históricos, são dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, ou seja, múltiplos papéis, e portadores de contradições e geradores de conflitos entre diversos segmentos da sociedade.⁴² Assim, esses agentes estão inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista, refletindo, nessa argumentação de Roberto Lobato Corrêa, necessidades e possibilidades, materializando assim diferentes processos sociais no ambiente construído.

Por outro lado, debates no campo da geografia a respeito das dinâmicas de apropriação da natureza, para além da dimensão propriamente material ou econômica, enfatizam como há lutas pelos sentidos a ela atribuídos, carregando um novo fôlego a respeito do debate sobre o conceito de território, especialmente na América Latina.⁴³ Esse termo passa a ser tratado por distintos autores como um conceito ou categoria de análise de maior amplitude para investigação da espacialidade humana, em especial por enfatizar a dimensão política do espaço vivido, ou seja, as relações de poder, para além das determinações físicas do território de Estados nos limites de fronteiras.⁴⁴

Conforme aponta Rogério Haesbaert, há uma polissemia que acompanha as discussões sobre o território, que se dá em função das questões priorizadas na análise. De modo geral, há vertentes que o definem a partir de perspectivas materialistas, enquanto uma materialidade

⁴¹ CORRÊA, 1978, p. 30-34

⁴² Idem. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). 1º ed., 9ª reimpressão. - São Paulo, Contexto, 2023, p. 22-28

⁴³ PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. Revista INTERthesis, v.9, n.1, p. 16-50, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p16>. Acesso em: 21/02/2023

⁴⁴ HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. - 2a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 35-98

concreta (envolvendo concepções de bases naturalistas, econômicas, jurídico-políticas), de perspectivas idealistas, que enfatizam uma dimensão de apropriação simbólica-cultural, e de perspectivas integradoras entre as diferentes dimensões sociais e da sociedade com a própria natureza.

Dialogando com a leitura de Henri Lefebvre a respeito do espaço enquanto espaço-processo, socialmente construído, em um *continuum* de dominação (transformação técnica e prática da natureza, enquanto posse/propriedade) e de apropriação (subjativa, simbólico-cultural), Rogério Haesbaert argumenta em favor de uma visão de território enquanto mediação espacial do poder, que se estende das relações ao nível mais concreto e funcional (econômico-político) ao simbólico e subjetivo (cultural-político), considerando essa relação dominação e apropriação sociedade-espaço. Assim, os grupos sociais e/ou instituições territorializam-se a depender das dinâmicas de poder e as estratégias e objetivos adotados, criando, legitimando e reproduzindo essas formas de dominação concreta e apropriação.⁴⁵

A abordagem de Roberto de Sousa Miranda nos auxilia a complementar essa leitura, partindo do que o autor define como projetos territoriais: são fundamentalmente políticos e articulam-se diante de atividades econômicas e estratégias de apropriação dos recursos, assim como diferentes formas de legitimação e elaboração dos discursos que o defendem diante de interesses sociais divergentes. Os processos de territorialização são resultado de tensões e embates entre esses diferentes projetos de território, contemplando as dinâmicas de produção do espaço, reprodução social e as formas de dominação entre os atores sociais.⁴⁶

Nesse sentido, e de modo geral, o processo de formação das cidades no espaço e no tempo é atravessado também pelas relações com os corpos hídricos e suas transformações, indicando particularidades em relação às formas de ocupação dos solos, a construção de determinadas paisagens, a reprodução de atividades econômicas, e representações sociais em relação ao cotidiano no espaço vivido e a presença das águas nessas dinâmicas. Conforme aponta Gercinair Silvério Gandara, na prática de estruturação das cidades, o modo de expansão urbana utilizou-se desse “território das águas”, os rios, que cederam espaço para as reformas

⁴⁵ HAESBAERT, 2006, p. 93-97

⁴⁶ MIRANDA, Roberto de Souza. Ecologia política e processos de territorialização. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 28, nº1, jan. 2013, p. 142-161

urbanas e a formatação dos serviços de canalização, sendo demarcados, desviados, ou até mesmo escondidos embaixo da terra e do concreto pavimentado.⁴⁷

Assim, o uso das águas e suas fontes de acesso nas cidades, cujo crescimento de muitas delas foi guiado pelos eixos fluviais, relacionam-se às cenas do cotidiano urbano em que práticas de consumo, técnicas de reserva e distribuição, hábitos culturais, práticas de higiene individual e coletiva, evidenciam diversas maneiras de comportamento social, de apropriação e intervenção nos rios e córregos que, se antes eram tão centrais na vida dos habitantes, parte da sociabilidade dos locais e da paisagem “aquática” antes existente, aos poucos são poluídos, aterrados, invisibilizados.⁴⁸ Na direção do que aponta Denise Bernuzzi de Sant’Anna, ao investigar o caso da cidade de São Paulo ao longo do século XIX, os usos e costumes da água evidenciam também disputas sobre sua propriedade, salubridade, acesso, escassez, comercialização, dentre outros aspectos, e que acompanham discursos a respeito do desenvolvimento urbano e do avanço da ciência.⁴⁹

Feitas essas considerações a respeito das determinações que compõem o território e as complexidades históricas que envolvem a intervenção humana nos rios, podemos refletir sobre a percepção que agentes sociais específicos elaboram diante dessa dinâmica. Um dos pilares de sustentação para a apropriação capitalista da natureza está no discurso da racionalidade técnica, conforme discutiremos a seguir, que legitima determinados projetos em nome do progresso e do crescimento econômico.

1.3. Racionalidade técnica e o processo de crescimento econômico:

Maria de Lourdes Manzini Covre, ao analisar a formação do que define como discurso/pensamento tecnocrático, destaca como esse aspecto se trata de um dos pilares que ajudam a explicar a sustentação e longevidade/persistência do tipo de Estado autoritário instaurado pós-1964 (período militar) no Brasil, ou seja, levada à cabo na ação intelectuais que conformam um bloco ideológico tecnocrático, que deposita na chamada razão técnica uma das estratégias de legitimação do regime. Nesse contexto, situado em um novo momento histórico

⁴⁷ GANDARA, Gercinair Silvério. Rios: território das águas às margens das cidades: o caso dos rios de Uruaçu-GO. *Confins*, nº 31, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/1206>. Acesso em 02 dez. de 2023.

⁴⁸ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das Águas: Uso de Rios, Córregos, Bicas e Chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. Editora Senac São Paulo, São Paulo, 2019.

⁴⁹ Ibidem, p. 13-25

do capitalismo, a etapa monopolista do capital, opera-se um avanço de uma proposição ideológica pós-liberal - uma nova visão de mundo burguesa.⁵⁰

Diferente da proposição ideológica liberal clássica, elaborada a partir de uma ideia em que os indivíduos, grosso modo, e sob a lógica abstrata do racionalismo universal, atuam na aquisição de propriedades, de direitos sociais e políticos, nos marcos de uma liberdade individual sobre a estrutura coletiva, a era monopolista do capital já não comporta mais esse *ethos* unificador e construtor da sociedade burguesa.⁵¹ Agora, conforme analisa Covre, a ideologia pós-liberal desativa esse lugar dos indivíduos, depositando no “saber técnico”, na “ciência”, na ênfase na “eficiência” e no conhecimento, como medida do homem e de seu poder, acima e apesar dos indivíduos, orientado pela objetividade dos fatores, que elide as formas de subjetividade na interpretação dos fenômenos sociais, agora orientado pelo caráter “universal-isento” da ciência.⁵²

Nesse sentido, associado à violência e ao *ethos* repressivo da forma de Estado autoritário, há um efeito desmobilizador na ação política apontado por Covre, agora ocupada pela “razão”, pela organização e pelo planejamento, aplicado pelas figuras dos técnicos e administradores (que expressam uma visão de mundo, para além dos conhecimentos especializados e das modernas tecnologias, e a reproduzem no nível político, em favor dos interesses das frações da classe dominante) atuando como intelectuais orgânicos, na definição de Antônio Gramsci, em um tipo de bloco ideológico tecnocrático. Assim, nessa lógica, o processo histórico precisaria ser dirigido pela intervenção do Estado na economia, pelo fortalecimento dos técnicos como agentes macro ordenadores.⁵³

Nessa dinâmica de cooptação, a razão técnica, que passa a permear os diversos níveis societários, toma frente como elemento garantidor, não exatamente do “bem de todos”, dos seres humanos, mas de uma administração racional “acima de todos”, em favor dos interesses da “nação”, incorporados pelas burocracias empresariais privadas e estatais. Além disso, como outro pilar da sustentação da legitimidade do controle estatal e da dominação política, aparece o reconhecimento e a garantia dos chamados “direitos sociais”, aplicados como políticas

⁵⁰ COVRE, 1983, p. 271-290

⁵¹ Ibidem, p. 292-296

⁵² Ibidem, p. 294-295

⁵³ Ibidem, p. 296-298

públicas e sociais, como forma de prover uma participação supostamente geral pelo bem coletivo, na educação, no lazer, na habitação, no saneamento, dentre outras áreas.⁵⁴

Direitos esses que cumprem, nessa argumentação, o papel de neutralizar reivindicações das classes trabalhadoras, em que o Estado as orienta e fornece, desativando focos de tensão, ao passo que esses serviços servem também indiretamente aos interesses empresariais e da acumulação de capital, e servindo como elemento de mediação entre o povo e as frações da classe dominante, em que o poder dos tecnocratas assume o papel de organização de interesses, a partir da ciência legitimadora, especialmente a economia e a administração, e da racionalidade administrativa.⁵⁵

De acordo com Paulo Henrique Martinez, os debates sobre a gestão dos recursos hídricos no Brasil acompanharam uma série de aspectos relativos ao surgimento dos debates ambientais causados por um expressivo crescimento econômico, demográfico e urbanizatório observados em escala mundial a partir da década de 1950. Esses processos trouxeram novas realidades sociais e ambientais para a política, e tiveram como expressão a proliferação de organismos nacionais ambientais, e a Conferência de Estocolmo (1972), um marco temporal e político, no contexto da crise econômica global e os choques do petróleo nas décadas de 1970.⁵⁶

No Brasil, a ditadura militar, que buscava sua legitimidade política pela eficácia, amparada no discurso do binômio desenvolvimento econômico e Segurança Nacional, encontrou na razão técnica, no apelo à modernidade tecnológica, e no recurso ao planejamento os instrumentos para a administração racional, considerada ideal, eficaz e confiável, dos problemas econômicos e ambientais, encarnada na ideologia do Brasil Potência.⁵⁷ Conforme aponta Paulo H. Martinez, em diálogo com Maria de Lourdes Manzini Covre, observando o caso do governo de São Paulo e dos planos de desenvolvimento, e que concentrou grande importância na construção da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) no início da década de 1970, há um percurso de construção da institucionalidade e conduta nas esferas de governo estadual e federal, que indicam a busca de “eficiência e reforma” expressas, por exemplo, em discursos pelo ministro Roberto Campos.

⁵⁴ COVRE, 1983, p. 320

⁵⁵ Ibidem, p. 319-321

⁵⁶ MARTINEZ, Paulo Henrique. Recursos Hídricos e Ditadura Militar no Brasil: Saneamento básico, poluição e tecnologia no Estado de São Paulo (1973-1979). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 40, e24002, 2024, 32 p.

⁵⁷ Ibidem, p. 15-16

Assim, determinadas estratégias de ação adotadas pelo governo, não apenas elaboradas em torno de temas e técnicas de planejamento, são divulgadas expressando também adesão e engajamento público e privado aos “ideais da revolução” e “pensamento tecnocrático” na década de 1970. Assim, Paulo H. Martinez aponta que há um “imaginário político e cultural” ancorado nos marcos teóricos da razão técnica, desempenhando um papel na legitimação da ideologia do planejamento, da coesão de classe e da dominação social, sob o manto do Estado planificador, em escala nacional e regional.⁵⁸

Diante dessas considerações, podemos colocar melhor o problema da relação entre sociedade e os recursos hídricos, dado que a presença dos cursos d’água exerce bastante relevância e influência nos processos de urbanização. Assim, os “territórios das águas” estão inseridos nas dinâmicas de dominação e apropriação do espaço geográfico, suscetíveis à instrumentalização e exploração econômica, assim como à ação de distintos agentes sociais que, sob a lógica da razão técnica, atribuem sentidos e significados específicos ao avanço das formas de intervenção humana e social nos rios e córregos.

⁵⁸ MARTINEZ, 2024, p. 18-25

Capítulo 2. Formação de Uberlândia: cursos d'água e a urbanização

2.1. Breve história do abastecimento de água: do arraial ao polo urbano (1846-1967)

Este capítulo pretende apresentar um breve histórico sobre o processo de abastecimento de água e de desenvolvimento econômico em Uberlândia, com ênfase na década de 1960, quando Renato de Freitas é eleito para assumir a prefeitura municipal, e leva adiante a criação de instituições como o DMAE, e de medidas para construção da ETA Sucupira, o que significou um marco importante no alcance do sistema de abastecimento e tratamento de água. Realizar um recuo desde o início do processo de formação da cidade pode ser importante para compreendermos a construção dos discursos que acompanharam o tempo e influenciaram nas expectativas sociais em torno do tema da água em Uberlândia.

Na direção do que aponta Valéria Lopes, observar os primeiros eventos que nortearam a organização inicial do município tem sua importância histórica, por terem sido como um embrião das formas de sociabilidade urbana, em que distintos interesses econômicos, financeiros, religiosos, imprimiram no território urbano sua geografia, transformado historicamente. Ao longo do tempo, desde inícios do século XX, as expectativas de progresso e de inserir a “cidade Maravilha”, ou a “cidade Jardim”, nos eixos de atração econômica faziam parte marcante dos discursos das elites da época.⁵⁹

Nesse sentido, cabe observar de que forma as bacias hidrográficas, que consistem em um sistema articulado entre si, de laços ecológicos, como redes dentro de redes, envolvendo a vegetação, fauna, nascentes e cursos d'água, dentre outros elementos que as compõem, interferem na formação do território.⁶⁰ A relação que as sociedades estabelecem com as distintas formas de presença das águas influencia na configuração organizacional das cidades, nas dinâmicas com os espaços naturais e socialmente construídos, assim como nas necessidades e expectativas que os grupos sociais articulam e disputam entre si nesses campos.

O município de Uberlândia se desenvolveu entre duas sub-bacias do Rio Paranaíba: a do Rio Araguari e a do Rio Uberabinha. Conforme aponta Giovanna Teixeira Damis Vital, existe um significativo potencial hídrico nessa região, mas que ao longo do tempo, diante à evolução da mancha urbana, muitos dos contornos dos cursos d'água existentes não foram

⁵⁹ LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. *Uberlândia: histórias por entre trilhas, trilhos e outros caminhos: memórias, construção e apropriação dos espaços*. - Uberlândia: EDUFU, 2010, p. 19-21

⁶⁰ VITAL, Giovanna Teixeira Damis. *Projeto sustentável para a cidade: o caso de Uberlândia*. 2013. 538 p. Tese (Doutorado - Arquitetura e Urbanismo). FAUUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013

preservados, como são os casos de regos d'água abertos desde a colonização que foram eliminados das paisagens, substituídos por ruas e avenidas.⁶¹

Processos como esse revelam práticas que evidenciam o tipo de vínculo social criado com os mananciais. Quando observamos a área urbana atual de Uberlândia, a visibilidade da água é bem restrita, predominando cursos d'água de pequeno porte, sendo que dos 23 córregos do perímetro, os córregos Lagoinha e Jataí (atual Avenida Anselmo Alves dos Santos) estão parcialmente canalizados, e dois dos córregos que deságuam no Rio Uberabinha, Tabocas (atual avenida Minervina Cândida de Oliveira) e Cajubá (atual avenida Getúlio Vargas), e também o ribeirão São Pedro (atual avenida Rondon Pacheco), encontram-se canalizados em sua totalidade. Obras de canalização atualmente também avançam pelos córregos do Liso e do Óleo.⁶²

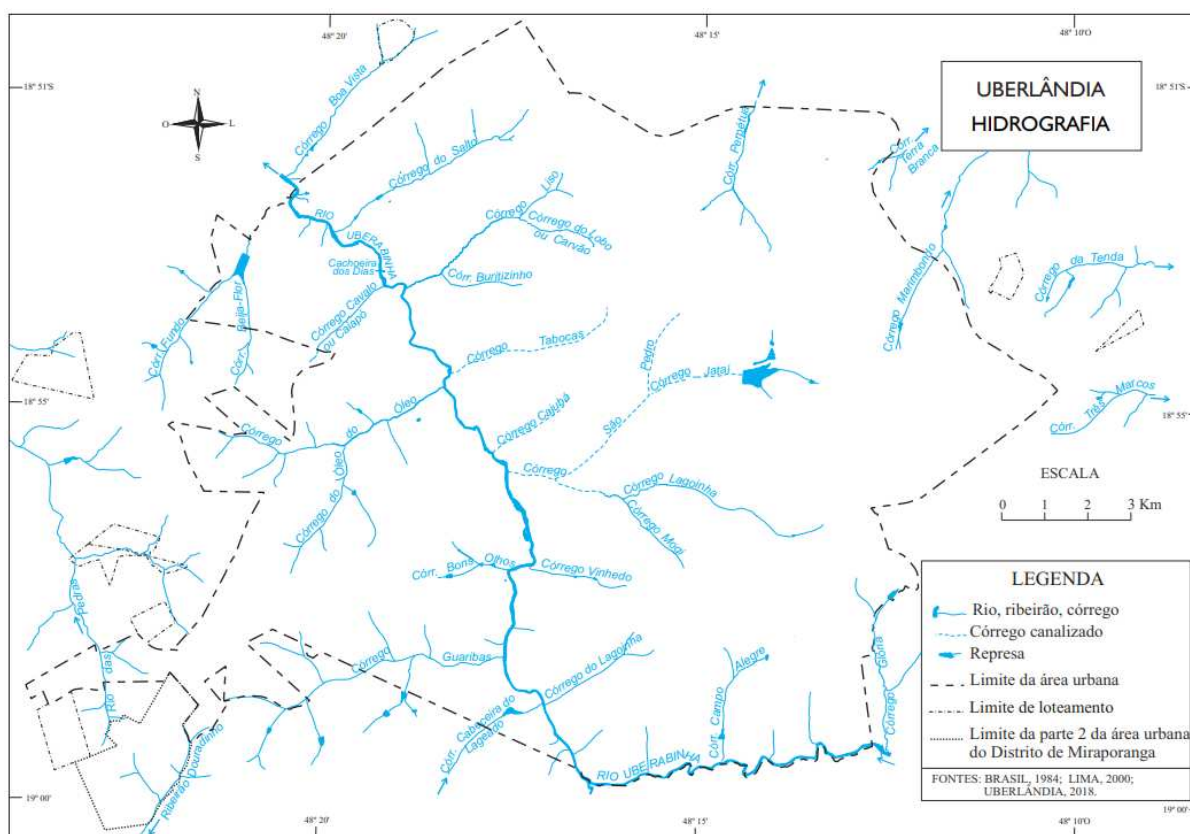


Figura 1: Hidrografia do Município de Uberlândia ⁶³

⁶¹ VITAL, 2013, p. 300-330

⁶² Ibidem, p. 333-335

⁶³ BRITO, Jorge Luís Silva; LIMA, Eleusa Fátima de. *Atlas escolas de Uberlândia* [recurso eletrônico]. 3. ed. - Uberlândia: EDUFU, 2020, p. 30



Figura 2: Trechos de Córregos de Uberlândia canalizados sob avenidas da cidade. Fonte: Portal Comunica UFU 2024 – Arte de Maria Clara Medeiros⁶⁴

⁶⁴ DAMASIO, João; DANIEL, Túlio. Urbanização e rios: como Uberlândia enfrenta as enchentes anuais? Portal Comunica UFU, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 08 out. 2024. Seção Notícias. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/noticias/2024/10/urbanizacao-e-rios-como-uberlandia-enfrenta-enchentes-anuais>. Acesso em 15 set. 2025.



Figura 3: Apresentação da Bacia Hidrográfica do Rio Uberabinha. Em destaque a Represa de Sucupira, no curso do rio, logo abaixo da demarcação da área urbana de Uberlândia.⁶⁵

Esse processo está relacionado às dinâmicas de organização espacial, em que diversos fatores associados ao crescimento dos arraiais no Sertão da Farinha Podre até a formação de cidades autônomas, levaram à criação de uma série de equipamentos urbanos para sustentar o crescimento populacional. Desde meados do século XIX, segundo Luís Augusto Bustamante Lourenço, o processo pioneiro de fundação dos arraiais no Extremo Oeste Mineiro resultou, de modo geral, de iniciativas das oligarquias rurais a partir da formação de patrimônios religiosos, exercendo um papel importante como lugar da reprodução das relações de classe no meio rural brasileiro. Nesse momento, em 1842, fazendeiros donos das terras situadas entre os rios Uberabinha (antigo Uberaba Legítimo) e das Velhas nomearam figuras como Felisberto Alves

⁶⁵ BRITO; LIMA, 2020, p. 28

Carrejo e Francisco Alves Pereira procuradores para requererem, junto à prelazia, documento que consiste em um tipo de circunscrição eclesiástica referente a um território, a licença para erguer uma capela.⁶⁶

Concedida a licença, os fazendeiros a construíram a partir da compra de uma gleba de terras na margem direita do rio Uberabinha, vendida por um familiar do procurador Carrejo, e oferecida como patrimônio à Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião. Em 1846, iniciaram a construção da capela dedicada aos santos, que logo se transformou no núcleo do arraial de São Pedro do Uberabinha.⁶⁷

Dentre as prescrições eclesiásticas que davam instruções para a construção dos arraiais no Sertão da Farinha Podre, estava a indicação de que a capela estivesse em posição dominante na paisagem, em destaque para as fachadas dos templos, no topo das encostas que vertem para os córregos ou rios e, ao mesmo tempo, o sítio escolhido deveria estar no médio curso, de forma a se aproveitarem os mananciais. Nesse sentido, o autor destaca a necessidade prática de obtenção de água, observável na configuração da planta do arraial, que evidenciam os cursos d'água naturais e os regos d'água abertos pela população.⁶⁸

Por meio de pesquisas de Antônio Pereira da Silva, memorialista e jornalista da cidade, acessamos parte da trajetória do tema do abastecimento de água em Uberlândia.⁶⁹ A começar pela região onde atualmente é o bairro Tabajaras, o pequeno aglomerado de moradias era abastecido por um rego d'água vindo do córrego Cajubá, acompanhado por um terreno pantanoso que margeava o córrego (drenado já em 1942 para impulsionar o processo de expansão urbana).⁷⁰

Esse serviço foi construído em 1846, segundo Antônio Pereira da Silva. Acesso de água esse que existiu até a década de 1940, servindo como fonte abastecedora de chácaras da região e de casebres presentes em uma estrada próxima que servia de passagem para boiadas em direção à estação de trem Mogiana.

⁶⁶ LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005

⁶⁷ Ibidem, p. 326

⁶⁸ Ibidem, p. 343-344

⁶⁹ ANTONIO Pereira: historiador fala sobre as origens do jeito de ser do uberlandense. Museu Virtual de Uberlândia (9min47s). Publicado pelo programa Uberlândia Ontem e Sempre. Disponível em: <https://www.museuvirtualdeuberlandia.com.br/antonio-pereira-e-aspectos-do-desenvolvimento-de-uberlandia/>. Acesso em 20 jun. 2025.

⁷⁰ SILVA, Antônio Pereira da. *As histórias de Uberlândia*: volume 2. - Uberlândia, 2002, p. 122-125.

Com a elevação da Capela Curada de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião e Mártir, construiu-se em meados de 1853 um novo rego d'água vindo da cabeceira do córrego São Pedro, a quatro quilômetros de distância até a região do Largo da Matriz (atual praça Cícero Macedo), que dava acesso a uma bica de água para as obras futuras:

O rego saído do novo açude [...] vinha por curva de nível pela encosta da vertente formando o curso que viriam a ter as futuras vias públicas formadas pela avenida Rio Branco e rua Barão de Camargos. No começo desta rua, o rego se bifurcava, saindo um ramo pela rua Prof. Bernardes.

Construída a Capela e o cemitério no seu entorno, como era o costume, começou a se formar um largo ao seu redor, semente da cidade, com a construção de pequenas casas de pau a pique, cobertas com palha de buriti cujos moradores se utilizavam da bica. Para cima do largo, que, anos depois chamou-se Largo da Matriz, as construções rústicas eram feitas acompanhando o rego. Cada um fazia o seu bicamente de meio tronco de buriti e puxava a água para casa.⁷¹

Jerônimo Arantes, em artigo intitulado *A água da Cidade*, que trata a respeito da memória histórica de Uberlândia⁷², identifica em sequência as fontes de água que abasteciam o povoado desde os seus primórdios. A começar pelo rego d'água derivado do Córrego Cajubá:

À margem do córrego, seguia ele o seu itinerário, e, em biquinhas de madeira, à sombra dos quintais verdejantes, levava sua água benfazeja à plantação viçosa das chácaras cultivadas na terra humosa das ribeiras, pela gente laboriosa que habitava em ranchos de palha, ao lado do caminho transitado por tropas e boiadas, rumo à estação de embarque da estrada de ferro, no planalto vertente de “Tabocas”, no subúrbio da povoação.

Por quase seis décadas, essa era a forma principal de obtenção da água, associado à construção de cisternas, e a obtenção por pessoas que coletavam nas nascentes e vendiam pelo centro da cidade. O primeiro serviço de encanamento da água surge do mesmo córrego São Pedro, inaugurado em 1910, na gestão de Alexandre Marques (1907-1912). Foi feita a partir de empréstimos internos e junto ao governo do Estado, e com apoios financeiros de entes privados.

A concorrência da obra, assumida por José Agostinho e Silvio Rugani, e projetada por José Camin e Marinho Lozzi, para construção de um reservatório de 500 mil litros, e uma rede de tubos (feito de material importado de Londres) de 16 quilômetros de extensão, saía da nascente do São Pedro, em direção à antiga travessia da Estação Mogiana (atualmente no cruzamento entre as avenidas João Naves e Rondon Pacheco):

Na travessia do córrego havia um pontilhão e, debaixo, um poço onde a molecada da Chapada (região da avenida Rio Branco) nadava. Aí foi instalada

⁷¹ SILVA, 2002, p. 122

⁷² ARANTES, Jerônimo. *Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia*. - Uberlândia: Edufu, 2003, p. 95-97.

uma roda hidráulica que, por linha adutora, levava a água até a caixa distribuidora situada na avenida Floriano Peixoto, acima da linha da Mogiana (que passava onde está a avenida João Naves de Ávila). [...] Dali descia para a cidade através de tubos de diversas medidas.⁷³

Era a mesma água do córrego, ainda não tratada, mas que se tornou mais protegida de contaminação de detritos diversos. Antônio Silva traz um relato sobre essa situação:

Antes disso, era comum cachorros, cavalos, porcos, bois e outros animais beberem no rego e, ali mesmo, fazerem suas necessidades emporcalhando a água e pondo em risco a saúde da população. O que é curioso e prova que a população não era muito chegada em novidades nem em higiene, é que a Lei determinou que todas as casas de valor locativo acima de quinze mil réis, fosse ‘obrigada’ a ter, pelo menos, uma pena. Ou seja, o progresso chegou no cabresto e no relho. [...]

A água potável de fato dessa época era fornecida pela preta velha Eugênia, ex-escrava, que a recolhia em latas nas várias minas que haviam na cidade principalmente para os lados do córrego Cajubá, e as vendia às famílias mais exigentes a cem réis. [...] Como a oposição política nunca está satisfeita com as obras do governo, por melhores que seja, encontrando-lhes sempre defeitos, já no ano seguinte, tinha ‘cocão’ que elogiava a regularidade do fornecimento feito pela negra Eugênia em contraposição à água do Alexandre Marquez que, volta e meia, faltava.⁷⁴

O preço da pena de água e quantidade eram relativos ao valor do locativo, ou seja, quanto maior, mais água e mais custo. A inauguração deste serviço foi feita no dia 12 de novembro de 1910, e o início de cobrança de taxas anunciado para o dia 15, e contou com a participação de cidadãos e de autoridades, que festejaram com a banda União Operária em passeata pelas ruas da cidade, até a residência do agente executivo.⁷⁵

Entretanto, essas obras passaram a ser criticadas, devido ao seu elevado custo e endividamento do município, assim como pela instabilidade do abastecimento, fator esse agravado pelo incentivo feito pela Câmara de que a população fechasse as próprias cisternas.⁷⁶ O que se seguiu, já na gestão de João Severiano Rodrigues da Cunha, conhecido como Joanico, a partir de 1914, foram medidas de reforma do serviço da água, e construção de uma rede de esgotos, inexistentes até então, requisitando uma nova leva de empréstimos, e resultando em um sistema um pouco mais eficiente, com um novo reservatório, uma casa de bombeamento

⁷³ SILVA, Antônio Pereira. Crônica da cidade: Água - o primeiro encanamento. *Jornal Correio de Uberlândia*, 20 ago. 2008, p. C4

⁷⁴ Idem, 2002, p. 125

⁷⁵ Idem. Crônica da cidade: Inaugurado o serviço pioneiro de água - III. *Jornal Correio de Uberlândia*, 27 ago. 2008, p. C4

⁷⁶ Idem. Crônica da cidade: Água - Ampliações do Serviço - IV. *Jornal Correio de Uberlândia*, 03 set. 2008, p. C4

(por onde hoje passa a atual avenida Rio Branco), e a instalação de uma usina hidrelétrica, e estendendo o encanamento pela zona urbana.⁷⁷

Antes da nomeação de Vasco Giffoni como prefeito interventor em 1934, pouco teria sido feito em termos de inovação ou avanço desses serviços de água, limitando-se muitas vezes a medidas de reparo e a ampliação de trechos de água e esgoto, especialmente para atender demandas industriais, como da Fábrica de Tecidos, que descarregava efluentes diretamente no córrego Tabocas.⁷⁸

Durante a gestão de Giffoni, a prefeitura adquiriu a propriedade da nascente do córrego Jataí, construiu o reservatório elevado na avenida Floriano Peixoto, e ampliou a capacidade dos reservatórios existentes, possibilitando melhorias no fornecimento para a Vila Martins, parte da Vila Oswaldo e Vila Pereira, atingindo até na década de 1940 uma rede de distribuição de água de 40 quilômetros de extensão, e 20 quilômetros de redes de esgoto.⁷⁹

Após esse período, mesmo com a ampliação do encanamento pela cidade, e a criação de novas represas a partir do aproveitamento de córregos de Jataí, Glória e Lagoinha, feita às custas de muito gasto e trabalho, porém com pouco resultado, devido à “deficiência das nascentes”, na perspectiva de Jerônimo Arantes.⁸⁰

Esse cenário toma uma qualidade distinta quando a campanha de Tubal Vilela da Silva se concentra especialmente sobre o problema do abastecimento de água, tornando-se um pilar central de sua propaganda política nas eleições de 1950. Eleito para o quadriênio seguinte, recebeu apoio político do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira, para negociação de empréstimos no valor de 30 milhões de cruzeiros (junto à Caixa Econômica Estadual), e mais 8 milhões (junto à Caixa Econômica Federal), a serem pagos nas duas décadas seguintes.⁸¹

Esse sistema de abastecimento implantado pela gestão de Tubal Vilela da Silva na prefeitura foi divulgado na época como “o maior e mais perfeito do Estado de Minas Gerais”:

⁷⁷ SILVA, Antônio Pereira. Crônica da cidade: Água - A Ampliação do Joanico - V. *Jornal Correio de Uberlândia*, 10 set. 2008, p. C4

⁷⁸ PEREIRA, Oscar Virgílio. *Das sesmarias ao polo urbano. formação e transformação de uma cidade*. Uberlândia: [s.n.], 2010, p. 400-424

⁷⁹ SILVA, Antônio Pereira. Crônica da cidade: Água - Vasco Giffoni. *Jornal Correio de Uberlândia*, 17 set. 2008, p. C4

⁸⁰ ARANTES, 2003, p. 95

⁸¹ PEREIRA, 2010, p. 424

Os gritos da oposição, os jornais achando que o gasto era demais, que sacrificaria gestões futuras, nada tirou o Prefeito de seu propósito. Quem mais deplorava a sua ação era o ‘Correio de Uberlândia’, então órgão explicitamente udenista. Tubal era do PSD. [...]. O novo serviço previa o atendimento a uma população de até 100 mil habitantes. Como a cidade possuía em torno de 30 mil apenas, calculou-se que o sistema resistiria por 30 anos. Mas Uberlândia costuma transformar previsões de desenvolvimento em largos equívocos, porque cresce mais.⁸²

A mudança, do ponto de vista do abastecimento, teve um salto de 2 milhões de litros de água/dia, representando um avanço na capacidade de armazenamento que saiu de 360 mil litros de água (a partir da captação do córrego Jataí, obra essa feita na gestão de Vasco Giffoni, em 1936-1946), para 8 milhões de litros/dia, e reservatórios elevados com capacidade de reservar 4 milhões e 370 mil litros de água.⁸³ Tubal Vilela conseguiu inaugurar essa obra ainda em sua gestão:

Enfim, o novo serviço de abastecimento de água foi inaugurado a 26 de setembro de 1954, ainda não totalmente concluído.

Naquele dia, a cidade acordou espantada por fortes bombas que começaram a estourar às três e meia da madrugada. Em seguida veio um foguetório incessante que se estendeu por toda a manhã daquele domingo. Depois, veio a inauguração oficial com discurso do Prefeito comentando pormenores e expectativas em torno da sua obra. Falou-se até na instalação de hidrômetros. Houve desfile escolar e passeata mostrando os equipamentos adquiridos. A cidade ficou forrada por uns papeizinhos coloridos que saudavam o trabalho do Prefeito.

Por fim, Tubal mandou abrir as torneiras dos elevados para que a água escorresse pelas ruas, providência esta que, vinte e tantos anos depois, Renato de Freitas repetiria para inaugurar a captação na Sucupira.⁸⁴

Noticiado no dia 27 de setembro de 1954⁸⁵, esse movimento recebeu marcante desconfiança do *Correio de Uberlândia*, demonstrando que soluções tomadas sobre esse assunto não eram uma unanimidade. Apesar da redação reconhecer as ações do governo municipal em obter os empréstimos necessários, e em dar andamento às obras necessárias para ampliação de uma infraestrutura importante para o futuro da cidade, é possível notar uma tentativa de mediar as críticas da oposição, ao mesmo tempo em que confronta o discurso do governo municipal, chamando atenção para a poluição da água, a falta de tratamento, a instabilidade do fornecimento, e a incompletude das obras:

Isto é que o povo quer saber. Este falatório espetacular, com palavreado arranjado pela rádio difusora pessedista, e as críticas veementes da oposição

⁸² SILVA, Antônio Pereira da. *As histórias de Uberlândia*: volume 3. - Uberlândia, 2002, p. 157-161.

⁸³ Ibidem, p. 159.

⁸⁴ Idem, 2002, p. 160.

⁸⁵ INAUGURAÇÃO oficial do Serviço de Abastecimento de Água. *Correio de Uberlândia*, ano 17, nº 4.015, 27 set., 1954

contra todo o trabalho - são de parte a parte mal feitos. Na verdade, a cidade está sem água. Aquela vasão pelas sarjetas no dia da inauguração deve ter acabado com a água dos reservatórios. Não adianta querer encobrir a verdade, nem mentir às donas de casas, que são as que sentem mais ao vivo o tormento.⁸⁶

Com o início da década de 1960, ficava evidente que ainda não estava solucionado o problema da água. As gestões que se seguiram tinham como diagnóstico, associado às deficiências de produção de energia elétrica, os limites do abastecimento como fatores que travavam as tentativas de desenvolvimento econômico da cidade. A ideia de captar as águas do rio Uberabinha, proposta desde fins do século XIX, mas adiada devido às limitações orçamentárias, é retomada a partir de um projeto de José Pereira Espíndola em uma das reuniões da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, já na gestão de Raul Pereira de Rezende (1963-1967).⁸⁷

Impasses criados em relação ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), cujos representantes no Triângulo Mineiro se opuseram ao projeto de Espíndola, propondo outra forma de captação, permitiram que apenas acordos para aquisição de tubulações fossem realizados ainda na gestão de Rezende, contando com a participação do prefeito, do deputado federal Rondon Pacheco, e de empresários nessas tratativas. Mas, como não houve consenso sobre a estratégia de captação do rio Uberabinha a partir de Sucupira, a partir da vitória de Renato de Freitas para a prefeitura, outro sentido foi dado a esse projeto, agora elaborado com recursos e iniciativas do próprio município. José Espíndola foi nomeado Secretário municipal de obras, e, em 23 de novembro de 1967, foi criado o DMAE, sob direção de Samuel Vital Ferreira, orientados pelo argumento de que os trabalhos de Sucupira pudessem ser conduzidos com autonomia, inclusive financeira.⁸⁸

2.2. As transformações regionais e a consolidação do polo urbano:

Até o início do século XX, Uberlândia (antes São Pedro de Uberabinha até 1929, quando muda a nomenclatura oficial da cidade) era considerada como uma “boca do sertão”, o fim de parada do Centro Oeste brasileiro, porque se localizava no limite extremo do chamado sertão

⁸⁶ AO POVO interessa apenas a verdade sobre o Serviço de Água. *Correio de Uberlândia*, ano 17, nº 4.016, 28 set., 1954

⁸⁷ SILVA, Antônio Pereira. Crônica da cidade: Água - Renasce Sucupira. *Correio de Uberlândia*, 01 out. 2008, p. C4

⁸⁸ Idem. Renato e Sucupira. *Correio de Uberlândia*, 16 out. 2008, p. C4

mineiro⁸⁹. A cidade era naquele momento apenas uma pequena estação no percurso da Estrada de Ferro Mogiana, inaugurada em 1895. Mas, a partir de processos como a construção da Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal, a ponte Afonso Pena (que ligava Goiás e Mato Grosso ao Triângulo Mineiro), e, mais tarde, a construção de Brasília, e a abertura de estradas e rodovias que interligam a nova capital federal, e fluxos comerciais da economia de São Paulo, Uberlândia atingiu em um novo patamar de crescimento, redimensionando seu lugar regional e nacional.⁹⁰

Antes da década de 1950, apesar de um crescimento já existente, o Triângulo Mineiro representava uma região ainda marginal, administrada por lideranças locais, políticas e econômicas, incapazes de atender o conjunto de demandas infra estruturais que seriam necessárias para alavancar um maior crescimento, embora já fosse reconhecida por suas condições naturais favoráveis.⁹¹ Segundo Eduardo Nunes Guimarães, o arranjo desenvolvimentista de JK recoloca o Triângulo na perspectiva de integração regional e de posição estratégica diante de uma economia nacional que buscava o curso forçado de uma interiorização.

Nesse sentido, Guimarães argumenta que Uberlândia, mesmo já possuindo uma especificidade polarizadora anterior, enquanto entreposto comercial e agropecuário, e parte da rota rododiferroviária, encontrava-se diante de uma defasagem e crise nas áreas de produção energética, telecomunicações, e nas redes de transportes, além do próprio aparelhamento urbano ser menos desenvolvido. A construção de Brasília, e o impulso de interiorização e desconcentração industrial, portanto, são fatores que redimensionam os pontos de integração de mercados, colocando Uberlândia em uma posição que se sobressaía por possuir melhores condições de atuar como *locus* regional, exercendo uma função regional polarizadora, a partir

⁸⁹ Conforme aponta Sandra Mara Dantas, o vocábulo *sertão*, que teve ao longo do tempo distintos significados, possuía no Brasil do período colonial um sentido muitas vezes negativo. A partir do século XIX passa a ser utilizado de modo geral para identificar áreas despovoadas, afastadas do litoral, vistas pela perspectiva da necessidade de civilizarem-se, ou seja, como um espaço a ser conquistado, e que não indicava um espaço geográfico específico, mas uma zona intermediária entre campo e cidade, uma zona de fronteira. A elite local uberlandense buscava se destacar, garantindo posição de liderança na região, como uma ponta pioneira à “boca do sertão” por sobre povoados vizinhos como Uberaba e Araguari, e por regiões vazias diante da possibilidade de acúmulo de riquezas, fabricando o urbano pela via da modernidade e progresso. In: SADRA, Mara Dantas. *A fabricação do urbano: Civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)*. 2009. Tese (Doutorado em História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista – Júlio Mesquita Filho. Franca, 2009, p. 61-64.

⁹⁰ SOARES, Beatriz Ribeiro. Uberlândia: da boca do sertão à cidade jardim. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, 9 (18), p. 95-124, 1997

⁹¹ GUIMARÃES, Eduardo Nunes. *Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional*. Uberlândia: EDUFU, 2010, p. 121-160

da qual deve ser entendida a capacidade acumulativa do capital investido na região que o município passou a apresentar.⁹²

Esse processo impulsiona a consolidação da infraestrutura em alguns núcleos urbanos do Triângulo, especialmente Uberlândia, a fim de que permitisse a continuidade e o impulso do desenvolvimento de uma massa de capitais na região, em seus aspectos agropecuário, comercial, industrial ou de serviços. A década que sucedeu o início do Plano de Metas foi um marco decisivo para a incorporação da economia do Triângulo à nova estrutura de acumulação de capital da economia brasileira, colocando, definitivamente, a ideia da industrialização como forma principal e condição essencial para o desenvolvimento regional, além de explicitar expectativas cujas condições se concretizaram de fato na década de 1970.⁹³

Conforme aponta Oscar Virgílio Pereira, a estrutura agrária inicial e os negócios do patrimônio imobiliário da Igreja foram definitivamente suplantados pela expansão dos negócios imobiliários e do comércio varejista. No pós-1964 os municípios mais urbanizados se viram, por força de estratégias do governo federal (como a Política Nacional de Organização Territorial, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - Polocentro, Programa para Cidades de Porte Médio, dentre outros), transformados nas chamadas “cidades-diques”, pensadas como forma de conter, desviar ou absorver as correntes migratórias que buscavam as recém-criadas regiões metropolitanas.⁹⁴

Uberlândia passou a ser uma dessas “cidades-diques”, e sofreu o abalo de uma concentração populacional bastante intensa em sua zona urbana. As bases econômicas existentes foram então, por sua vez, ofuscadas por outros rumos de desenvolvimento, substituídos pela indústria de transformação, a agroindústria, pelo grande comércio atacadista e por uma diversificada área de serviços, tornando-se também uma “cidade polo”.^{95 96}

⁹² GUIMARÃES, 2010, p. 160

⁹³ Ibidem, p. 161

⁹⁴ PEREIRA, Oscar Virgílio. *Das sesmarias ao polo urbano: formação e transformação de uma cidade*. Uberlândia: [s.n.], 2010

⁹⁵ Ibidem, p. 10-17

⁹⁶ Nesse contexto surgem e/ou se consolidam empresas de grande destaque regional e nacional, como a Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (CTBC) nos anos 1950, que se torna posteriormente Grupo Algar (atualmente presente no setor de Tecnologia da Informação e Comunicação, setores agrícola, de serviços, e de turismo); no setor atacadista como o Grupo Martins também na década de 1950; a Cooperativa Agropecuária Limitada de Uberlândia (CALU, em 1962); o Armazém do Comércio (ARCOM, em 1965); a empresa Souza e Cruz (setor de fumo, em 1978); a Cocal Alimentos (em 1970); a sede da Daiwa do Brasil (em 1973, do setor têxtil); o ABC de Minas/Algar Agro (do setor agrícola, em 1978), e vinda de empresas estrangeiras como instalação de sede em 1986 da Cargill (processamento de grãos) e da Braspelco (couro), dentre outras empresas. Ver OLIVEIRA, Denise Leonardo Custodio Machado de. *Desenvolvimento e Especialização da agroindústria em*

Integrada nas dinâmicas de industrialização e desconcentração industrial brasileira - no contexto da expansão da Rodovia BR-050 e das regiões produtivas associadas ao eixo de desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo -, Uberlândia passa a estar sob interferência bastante estreita do capital industrial, ao lado dos capitais comercial (dos grandes centros atacadistas) e rural (proveniente dos planos de modernização agrícola do cerrado da ditadura). Processo esse que passa a produzir mudanças específicas na reprodução social e formatação da estrutura do meio urbano uberlandense.⁹⁷

Diante do tema da expansão da urbanização, segundo Beatriz Soares, desde os primórdios do século XX, as ações do governo e das elites locais para a intervenção na forma urbana, feitas a partir de reformas e propostas ao plano diretor, vinham do impulso de planejar esse espaço urbano, reconstruindo-o em áreas apropriadas ao comércio e à valorização econômica (do ponto de vista da concentração de atividades econômicas, de fluxos, da ação de diferentes atores sociais em interação), ao lazer, à moradia dos mais ricos, equipando ao nível técnico, e proporcionando equipamentos e serviços, como transporte, canalização de água e redes de esgoto sanitário.⁹⁸

Esse espaço da cidade foi sendo ordenado, segundo parâmetros de uma visão de progresso, de monumentalidade, pelos quais os valores políticos e sociais da elite dominante, a partir de um discurso sustentado na ordem, na estética, na higiene, eram reportados a essa nova feição urbana, que deveriam expressar sua superioridade, seu senso de ordem e de eficiência, contra o que podia ser identificado como arcaico, atrasado, com intuito de efetivar a expansão das relações capitalistas.⁹⁹

Nesse sentido que Soares discute como as paisagens urbanas são:

[...] expressão de valores e capacidade da sociedade, e, por sua imagem, por sua durabilidade, constituem e constituirão um legado de seu tempo para o futuro. Este cenário, que hoje faz parte do nosso cotidiano, é fruto das influências tecnológicas e sociais que ocorreram no passado. Portanto, a paisagem urbana concretiza os diversos momentos do desenvolvimento das relações, e, sendo assim, ela é histórica e social, produto do trabalho dos homens em sociedade. As diversas formas de ocupação do

Uberlândia – MG (1970 a 2014): a expansão das indústrias processadoras de soja, carnes e couros e seu papel na articulação das escalas local-global. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, São Paulo, 2016, p. 101-106

⁹⁷ MESQUITA, F. C.; ANDREOZZI, S. L. A indústria e o espaço urbano na cidade de Uberlândia no contexto da desconcentração industrial. In: *XII Encuentro de Geógrafos de América Latina*, Montevideo. Caminando en una América Latina en transformación, 2009.

⁹⁸ SOARES, 1997, p. 105-120

⁹⁹ Ibidem, p. 105-120.

solo, os espaços abertos e os espaços construídos colocam-se aos nossos olhos, enquanto atividades produzidas pelo trabalho dos homens entre si e com a natureza, segundo o processo de desenvolvimento das forças produtivas.¹⁰⁰

Diante de intervenções na paisagem, como é o caso de obras de infraestrutura urbana que pretendemos investigar aqui, podemos compreender que tipo de significados e conteúdos sociais vão sendo atribuídos a cada uma dessas transformações. Conforme aponta Valéria Lopes, pensar e observar o espaço urbano envolve observar como os grupos, na dinâmica das lutas políticas, sociais, econômicas, e também no campo da memória e das representações, os sujeitos imprimem desejos, sonhos, ansiedades, identidades e história nos diferentes espaços urbanos.¹⁰¹

É também perceber como as elites pensaram essa cidade ou como quiseram que ela fosse conhecida, em que as transformações no espaço não procedem de decisões anônimas, nem ingênuas ou que seguem uma norma de utilização do solo da cidade, mas sim como “[...] resoluções objetivadas, carregadas de sentido que transcendem as alterações físicas do território, são portadoras de mensagens de ordem política no que tange à dinâmica social e econômica dos centros urbanos.”¹⁰²

A disputa por esses valores de ordem política e social é encampada pelas elites ou classes dominantes a partir de um discurso ideológico de progresso, conforme aponta Selmane Felipe de Oliveira. Assim, esses grupos dirigentes uberlandenses, ao expressar essas noções, colocam-se como principal agente no processo de crescimento da cidade, aspectos esses observáveis em documentos de instituições como a Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB), e na imprensa local, como o *Correio de Uberlândia*.¹⁰³

Interessa destacar na argumentação de Selmane Oliveira que esse discurso se expressava diante de projetos políticos de crescimento adotados pelo município a partir de meados do século XX, tais como o apoio ao movimento de interiorização da capital (Brasília), a construção de estradas e rodovias que integrassem a cidade ao país, aproveitando de sua vantagem geográfica enquanto entreposto comercial, e a criação da cidade industrial, o que ajudou a consolidar a cidade como centro industrial e referência para a região, além da criação da

¹⁰⁰ SOARES, 1997, p. 96

¹⁰¹ LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. Caminhos e trilhas de uma história. *Olhares & Trilhas*. Uberlândia, Ano VI, n. 6, 2005, p. 22

¹⁰² Ibidem, p. 22-23

¹⁰³ OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano e ideologia urbana: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte: Uberlândia (1950-1985)* - Uberlândia: Rápida Editora, 2002

universidade e sua federalização, e o apoio do exército. Dessa forma, atribuindo um sentido geral, coletivo, aos interesses particulares da classe empresarial uberlandense, e, por outro lado, tratando de apaziguar as contradições sociais inerentes ao desenvolvimento capitalista.¹⁰⁴

Em diálogo com Maria Clara T. Machado¹⁰⁵, e partir dos dizeres de Antônio Pereira da Silva sobre o que ele define como as grandes lutas que ficaram na história (como as “batalhas” da água, das rodovias, da energia elétrica, e da Cidade Industrial), Selmane Oliveira observa como esses fatores definem-se como projetos políticos orientados para o crescimento material da cidade de Uberlândia, associada à disciplinarização do espaço urbano. Nesse sentido, as estratégias adotadas pelos grupos dirigentes uberlandenses se orientam para consolidar sua sustentação no poder e alavancar o crescimento econômico, incorporando a bandeira coletiva da “cidade”. Dessa forma, na construção desse discurso ideológico, apesar de nem sempre ser possível disfarçar plenamente a crise, a pobreza e os conflitos sociais, a classe dominante busca impor uma imagem da cidade que lhe interessa, mesmo que ela não corresponda à realidade.¹⁰⁶

As fissuras do discurso da cidade “maravilha”, acompanhada pelo progresso disciplinado, ficam mais explícitas quando voltamos o olhar para o aparecimento das periferias em Uberlândia, que se formam desde início do século XX, em grande medida em virtude do déficit habitacional enfrentado pela população trabalhadora, quando se formam os bairros e as vilas: Bairro Patrimônio e Vila Operária (1925), Martins (1925), Osvaldo (1938) e Carneiro (1938), Santa Teresinha (1936) e Brasil (1936). O Patrimônio, por exemplo, se forma a partir de conjuntos de moradias de trabalhadores do Frigorífico Ômega, e a Vila Operária, nas proximidades da Fábrica de Tecidos.¹⁰⁷

Conforme apontam Moura e Soares, o crescimento se intensifica na década de 1940, muitas vezes desordenado. O Estado e empresas imobiliárias (proprietários de vasta área de terras) passam a ter um papel muito significativo no processo de loteamento e criação de bairros, orientados sob a lógica capitalista de especulação imobiliária, em que o tecido urbano se expande impulsionando a valorização e reprodução do capital, o que imprime os modos de ocupação do espaço pelos distintos grupos sociais, acentuando a fragmentação do espaço entre

¹⁰⁴ OLIVEIRA, 2002, p. 50-58

¹⁰⁵ MACHADO, Maria Clara Tomaz. *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada*, Uberlândia, 1965-1980. 1990. 322f. São Paulo.

¹⁰⁶ OLIVEIRA, op. cit., p. 75-76

¹⁰⁷ MOURA, Gerusa Gonçalves; SOARES, Beatriz Ribeiro. A periferia de Uberlândia/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 10, nº 32, p. 22-40, dez. 2009

as áreas melhor localizadas e com mais estrutura, e as áreas distantes do núcleo central ocupadas pelos grupos de renda mais baixa.¹⁰⁸

Processo esse observável também no surgimento de mais bairros como o Custódio Pereira (1956), Osvaldo Rezende (1955), Daniel Fonseca (1952), Dona Zulmira (1954), Pampulha (1953), parte do Saraiva (1953), bairro Bom Jesus (1956), Vila Maria (1966), hoje Pacaembu, Jardim Brasília (1966) e Maravilha (1966), o bairro Santa Mônica (1964), os loteamentos que originaram o Roosevelt (1969), Jaraguá (1964), Jardim Califórnia (1966) e Marta Helena (1967).¹⁰⁹

É na década de 1970 que maiores contradições se acentuam. Moura e Soares (2009) destacam que à medida que a periferia se expandia e as favelas proliferaram, estruturando-se, assim, uma marcante segregação social e espacial, pela qual os “pobres” habitam a periferia, novas avenidas eram construídas e reconstruídas, várias áreas de lazer eram estruturadas para satisfazer à população, como o Parque do Sabiá. Nesse movimento, pode-se observar de forma mais nítida a separação entre bairros habitados pela elite (como Altamira, Cidade Jardim e Morada da Colina), os bairros habitados pela classe média (Martins, Saraiva, Brasil e Roosevelt) e bairros habitados pela classe trabalhadora (Jardim Brasília, Maravilha, Lagoinha, Aclimação, entre outros, além das favelas).¹¹⁰

¹⁰⁸ MOURA; SOARES, 2009, p. 25-30

¹⁰⁹ Ibidem, p. 25-29

¹¹⁰ Ibidem, p. 31-34

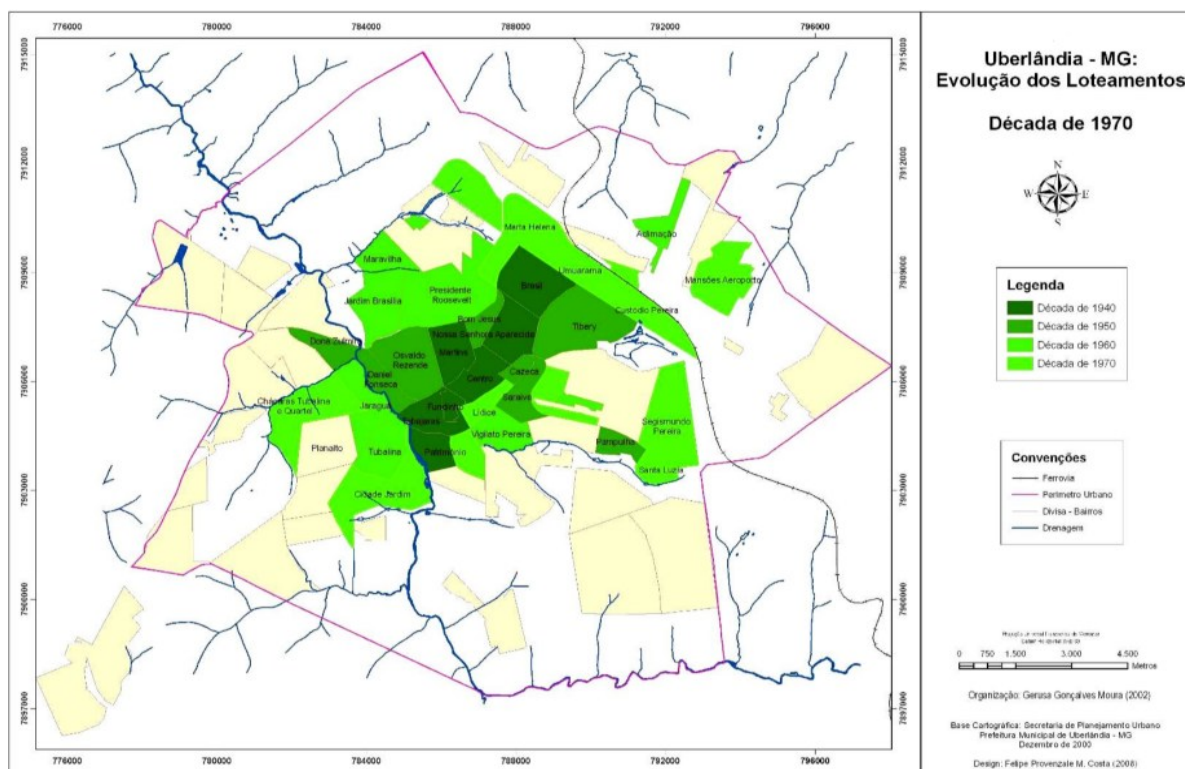


Figura 4: Mapa da expansão dos bairros de Uberlândia.¹¹¹

A observação dessa dinâmica de expansão dos bairros, assim como da dinâmica de classes e da origem social dos habitantes de cada região da cidade, é importante pois nos auxilia a identificar quais desses lugares receberam maior atenção nas páginas do jornal em relação aos problemas de abastecimento de água. Não por acaso, conforme demonstraremos no terceiro capítulo, aqueles bairros identificados como da classe média, especialmente esses, mas também aqueles da classe trabalhadora, aparecem com maior recorrência, tanto na denúncia dos problemas no serviço de água, quanto na atenção e divulgação que era dada aos avanços de infraestrutura. Diante desses fatores, observamos que o jornal direcionava-se a um público mais numeroso da sociedade, residente dessas regiões, e que também estavam diante de maior suscetibilidade de problemas de abastecimento e limitações de infraestrutura instalada.

2.3. O jornal Correio de Uberlândia:

A trajetória do *Correio de Uberlândia* marca a trajetória da própria cidade, tratando-se de um veículo de imprensa que circulou durante marcos importantes do crescimento populacional, da expansão urbana, e de uma série de transformações sociais, culturais e políticas que ocorreram nas mais de 8 décadas de existência do impresso. Fundado em 1938 pelo

¹¹¹ MOURA; SOARES, 2009, p. 33

produtor rural Osório José Junqueira, dono de outros sete jornais em São Paulo, logo foi adquirido em 1940 por um grupo de cotistas ligados ao partido União Democrática Nacional (UDN), incluindo figuras que ganharam relevo na vida social da cidade, como João Naves de Ávila, Nicomedes Alves dos Santos, e Alexandrino Garcia.¹¹²

Na década de 1950, o jornal foi vendido para Agenor Garcia, irmão de Alexandrino (ligado à UDN), e permanece sob direção dessa família até 1971 (quando encerra o primeiro mandato de Renato de Freitas como prefeito, e é eleito Virgílio Galassi), quando é comprado pelo jornalista Sérgio Martinelli, e retorna à posse dos Garcia a partir do grupo Algar apenas em 1986.¹¹³

Conforme aponta Orlanda Rodrigues Fernandes, que enfatiza a importância de observar o histórico do jornal, seus cotistas, financiadores, diretores, e redatores que dão corpo ao periódico, a fim de questionar quem são os sujeitos que organizam a sua linha editorial, o *Correio de Uberlândia* disputava espaço de audiência da população com as rádios e emissoras de televisão, estando próximo às linhas partidárias da UDN (tradicionalmente associado a vinculado aos militares, a setores das classes médias, a latifundiários, a industriais ligadas ao capital estrangeiro, e em oposição aos setores ligados ao trabalhismo e à esquerda) e, posteriormente, ao ARENA (partido pró ditadura e de sustentação ao regime militar, que aglutinou correntes à direita alinhadas ao golpe de 1964).¹¹⁴

Grande parte da rede de comunicação em Uberlândia na década de 1960 pertencia a uma classe dirigente ligada aos setores agrícola, pecuário, comercial, e à especulação imobiliária, que encampavam projetos e incentivos de investimentos de fim desenvolvimentista e industrializante da cidade. Orlanda Rodrigues Fernandes aponta como o *Correio* se alinha a uma imagem de modelo de cidade onde o progresso se alia às visões de ordem e de paz social, em consonância com a atuação das lideranças da cidade em favor de uma cidade industrializada e desenvolvida.¹¹⁵ Porém, é preciso destacar a existência de ambiguidades nesse processo de

¹¹² SAMORA, Mariana Camin. “Uma cidade se faz de sonho”: entre o real e o ideal: memórias e experiências na paisagem urbana de Uberlândia/MG (2000-2009). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 151 p., 2010.

¹¹³ FERNANDES, Orlanda Rodrigues. *Uberlândia Impressa: a década de 1960 nas páginas de jornal*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 161 p., 2008, p. 26

¹¹⁴ Ibidem, p. 20-28

¹¹⁵ Ibidem, p. 28-36

alinhamento às pautas levantadas, por exemplo, pelos governantes locais, o que implicava críticas diretas ou indiretas sobre as formas de atuação desses grupos.

Tanto Renato de Freitas (representante do antigo PSD – Partido Social Democrático, tradicionalmente ligado a classes médias e empresariais), proprietário da R. Freitas Empreendimentos (atuante no setor imobiliário), e Virgílio Galassi (da antiga UDN), dono da Viga Empreendimentos Imobiliários, eram pessoas influentes na produção do espaço urbano da cidade, seja como político ou como empreendedor de loteamentos imobiliários¹¹⁶, e também em disputas de propriedade no setor de comunicação impressa e televisiva¹¹⁷. Ambos eram proprietários de terras e representantes de uma oligarquia rural na administração pública da cidade, e ambos do partido ARENA na época da ditadura até fins da década de 1970, ainda que situados em setores eventualmente rivais nas disputas eleitorais.¹¹⁸

Na direção do que argumenta Mariana Camin Samora, a imprensa uberlandense, em grande medida arraigada a políticos, empresários, investidores e famílias tradicionais da cidade, muitas vezes ajusta as formas de narrar os acontecimentos, ou de expressar as expectativas de acordo com as pretensões desses setores, assimilando a lógica e a perspectiva de interesse de seus proprietários, de financiadores, de grupos sociais que buscavam representar, tentando influenciar (e se adaptar também) ao público leitor. Essa posição privilegiada do jornal contribuiu por fazer prevalecer determinadas memórias e representações sobre o espaço urbano uberlandense veiculadas por essa imprensa, de uma cidade embelezada, sedutora, de progresso.¹¹⁹

Nesse sentido, a imprensa uberlandense colocou-se muitas vezes como porta-voz de interesses, de objetivos, apresentados como imediatos, urgentes, para um conjunto da população. Melhor dizendo: os assuntos são selecionados, escolhidos, redigidos de forma para que atuem enquanto força de convencimento, visando atingir ou influenciar de alguma forma o público-alvo.

¹¹⁶ PACHECO, Rafael Araújo. *A influência das elites e das políticas públicas na configuração do espaço urbano: uma crítica a partir do setor leste de Uberlândia (MG)*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia, 2015, p. 52-53

¹¹⁷ PACHECO, Fábio Piva. *Mídia e Poder: representações simbólicas do autoritarismo na política – Uberlândia 1960/1990*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2001

¹¹⁸ PACHECO, 2015, op. cit., p. 107-108

¹¹⁹ SAMORA, 2010, p. 150

O que dizia o jornal *Correio* sobre si mesmo? Em matéria publicada março de 1970, a redação destaca:

A MISSÃO de um jornal é bastante complexa. O jornal deve instruir, orientar e distrair. A notícia é a principal forma de comunicação de um jornal. Entre os tópicos de um noticiário são inseridos textos literários, anúncios promocionais, passatempos e comentários sobre os mais variados assuntos. O noticiário, entretanto, do ponto de vista jornalístico é a confirmação da ocorrência do fato. Evidentemente, as emissoras de rádio e televisão tem maior capacidade de informar em primeira mão, posto que o processo é mais rápido e se desenvolve por todo o dia. O jornal muitas vezes consegue noticiar em primeira mão, fatos que são buscados nas mais difíceis fontes. Tal constitui via de regra, esforço do repórter que consegue “furar” seus companheiros. Mas, se o jornal trata de confirmar os fatos, é mister que tal confirmação seja revestida de detalhes e em tempo mais curto possível. Há muito, a preocupação dos diretores do CORREIO DE UBERLÂNDIA era de imprimir maior dinâmica ao jornal, adaptando-o para uma revolução na imprensa regional. [...] Estamos cumprindo nossas metas, obtendo vitórias - difíceis às vezes - mas temos um único pensamento: acreditar em Uberlândia, em seu desenvolvimento e em sua cultura. Temos a consciência de nosso dever, como órgão de divulgação: adaptar-nos ao desenvolvimento tecnológico e social. E, sobretudo, informar bem.¹²⁰

Para pensarmos melhor sobre essas afirmações, podemos recorrer ao que elaboram Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, quando destacam o tratamento teórico e metodológico do historiador feito a partir da seleção do material, entendendo-o como linguagem constitutiva do social, detentor de historicidade, o que exige desvendar as relações com a sociedade, os movimentos, negociações, e contradições que articulam e configuram os periódicos, e o fazer imprensa em cada momento histórico. Assim, trata-se de uma questão central enfrentar a reflexão sobre a historicidade desse tipo de fonte, inclusive diante do processo mais amplo da história do capitalismo e as dimensões do poder burguês.¹²¹

De acordo com o que afirma Pedro Henrique P. Campos, a partir da perspectiva de Gramsci no estudo da relação entre empreiteiras e a imprensa de massa durante a ditadura militar, o periódico pode desempenhar a função de um aparelho privado de hegemonia, ao generalizar um interesse particular e suas concepções de mundo enquanto interesse coletivo para o público que atinge, buscando muitas vezes conformar consensos sociais em torno de ideias, projetos e bandeiras historicamente determinadas. Existindo, assim, interesse nesse tipo

¹²⁰ SOBRE jornal. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.213, ano 35, 09 mar. 1970, p. 1

¹²¹ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/projetohistoria/series/series3.html>. Acesso em: 02 fev. 2024

de veículo na difusão de ideias, valores, e no seu uso como mecanismo político de pressão junto às agências ou instâncias do aparelho estatal.¹²²

Nesse sentido, podemos perceber que, por trás das intenções como são apresentadas na matéria do *Correio* que destacamos acima, em “informar bem”, acompanhar o “desenvolvimento tecnológico e social”, trazer a notícia em primeira mão a ocorrência dos “fatos”, há uma seleção que não é aleatória, nem desinteressada, mas sim situada historicamente em um conjunto de forças políticas e sociais que interferem na maneira como agendas específicas são veiculadas, enfatizadas, disfarçadas, ou até mesmo silenciadas.

A abordagem feita sobre o tema da água, do processo de canalização dos rios, e da discussão pública sobre o uso social com fins de abastecimento populacional, que apresentam a criação do DMAE enquanto instituição responsável e legítima para atuar nesse campo, e da ETA Sucupira, contribuindo para criar um novo conteúdo social a esse território (referente à Sucupira e ao Rio Uberabinha) foram temas que ganharam significativa relevância nas páginas do jornal.

2.4. Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) e a ETA Sucupira:

A passagem da década de 1960 para 1970 representou no Brasil o momento em que o país se tornou predominantemente urbano, e emerge nesse período uma série de discussões a respeito dos planos de desenvolvimento e infraestrutura das cidades. Um dos pilares era a problemática do abastecimento de água e do saneamento, em que o quadro nacional de abastecimento de água em 1967 atingia, em uma população total de 87 milhões de pessoas (sendo a população urbana de aproximadamente 39 milhões), 28 milhões de pessoas com abastecimento regular, ou seja, existia uma carência significativa do serviço (menos de 30%).¹²³

O combate aos problemas sanitários, que impactavam diretamente na saúde da população, e também na percepção que se tinha a respeito do processo de desenvolvimento econômico nacional, envolvendo fatores como a proliferação de diversas doenças e o contágio, estavam diretamente relacionados aos sistemas de abastecimento e tratamento de água. Conforme aponta Maria Angélica da Costa Silva, as políticas sanitárias em inícios do século

¹²² CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empreiteiros e imprensa: a atuação dos empresários da construção pesada junto aos veículos de comunicação antes e durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1988). *Rev. Hist.*, São Paulo, n. 177, 2018, p. 1-22

¹²³ PEREIRA, 2010, p. 478

XX até a década de 1980 apresentavam um tom pragmático ou até economicista, ou seja, orientadas pela necessidade sanear áreas de potencial econômico, melhorando as condições de vida dos mais pobres e a produtividade dos trabalhadores, inclusive do ponto de vista da interdependência social, quando se tratava do combate à possibilidade de contágio de doenças por todas as camadas sociais.¹²⁴

Além dos fatores culturais, sociais, econômicos e políticos que o tema da saúde pública envolve, as políticas de saneamento adquiriram uma importância muito grande não só do ponto de vista da manutenção da ordem social e da cadeia produtiva, mas também, no caso brasileiro, contribuíram para a consolidação da atuação do Estado em seu papel material e ideológico de atuar como garantidor de determinadas necessidades sociais.¹²⁵

Do ponto de vista da trajetória das políticas de saneamento no Brasil, ações mais centralizadas no Estado se consolidaram na década de 1930, com a criação do SESP (Serviço especial de Saúde Pública) em 1942, apoiado pela Fundação Rockefeller em função dos acordos firmados entre os governos do Brasil e dos EUA (interessado na manutenção de controle a epidemias, fluxo de matérias primas, e presença militar, em determinadas nações, dentre outros fatores). Com a crescente urbanização, muitas cidades interioranas avançaram na criação de sistemas de saneamento, ainda que sem tratamento ou maior sofisticação estrutural. Posteriormente, na década de 1960, o SESP se tornará Fundação SESP, marcando sua importância por atuar proporcionando algumas das bases da criação de uma política de saúde pública e de saneamento em âmbito federal, especialmente nas regiões de estrutura mais precária ao norte do país.¹²⁶

Quando se inicia a ditadura militar, o Estado brasileiro passa a dar uma ênfase maior nesta questão, a partir de uma política federal de saneamento e uma tentativa de centralização das ações, para atuar como financiador e planejador desse setor com os governos estaduais, dentro de uma lógica empresarial.¹²⁷ É possível perceber esse movimento, por exemplo, desde as discussões com o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), em 1964, a criação do

¹²⁴ SILVA, Maria Angélica da Costa. “*Água para todo e sempre*”: políticas públicas de saneamento em Ituiutaba-MG (1970-1980). Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2018, p. 91-92

¹²⁵ Ibidem, p. 93

¹²⁶ SILVA, Maria Angélica da Costa. Saneamento em Ituiutaba - MG no final do século XX: os reflexos da instalação da autarquia municipal SAE. In: Seminário Temático 037: História, Sociedade Natureza, *Anais XXIII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP: “História: por que e para quem?”*, Unesp - Assis, 2016.

¹²⁷ REZENDE, Sonaly; HELLER, Léo; QUEIROZ, Ana Carolina Lanza. Água, saneamento e saúde no Brasil: interseções e desacordos. *Anuario de Estudios Americanos*, 66, 2, julio-diciembre, p. 57-80, Sevilla (Espanha), 2009

SFS (Sistema Financeiro de Saneamento), em 1968, e especialmente a partir da criação em 1970 do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), executado por agentes como o Banco Nacional de Habitação (BNH). Segundo dados do Censo Demográfico de 1970, do IBGE, o acesso urbano de 60% dos domicílios estava ligado a uma rede de saneamento de água, e 25% com rede de esgoto, e 10% dos domicílios rurais com a rede de água, e menos de 5% com rede de esgoto.¹²⁸

Para receber recursos do PLANASA, as autarquias municipais deveriam conceder o direito de prestação desse serviço às Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESB), como contrapartida para o financiamento do Banco Nacional de Habitação para custeio das obras e acesso a recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), representando um modelo de financiamento por meio de empréstimos remunerados e taxas mais baixas, intenções e resultados esses que irão explicitar suas contradições e limites na década seguinte.¹²⁹ Essa medida foi feita, conforme aponta Maria José Salles, sob o argumento, na visão dos militares, de despolitizar a questão do saneamento a partir de uma administração baseada na técnica, se opondo ao modelo do regime anterior, visto como paternalista e populista.¹³⁰

Porém, mesmo no contexto autoritário de pressão política para adesão das prefeituras ao modelo de concessão das operações de saneamento às CESBs, diversas cidades, inclusive algumas de peso demográfico relevante, mantiveram seus serviços municipalizados¹³¹, principalmente na forma de autarquia (definidas como entidades com personalidade jurídica de direito público, instituída por lei, atribuições públicas específicas e capacidade de auto administrar-se, sujeitas ao controle estadual ou municipal, caracterizadas de modo geral como prestação direta e descentralizada¹³²). Muitas autarquias (Serviços Autônomos de abastecimento - SAAEs) foram modelos de abastecimento que surgiram do SESP em 1950, e

¹²⁸ SAIANI, Carlos César Santejo; JÚNIOR, Rudinei Toneto. Evolução do acesso a serviços de saneamento básico no Brasil (1970 a 2004). *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 79-106, abr. 2010

¹²⁹ JORGE, Wilson Edson. “A avaliação da política nacional de saneamento pós-64”. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v. 1, n. 2, p. 21-34, dez. 1992.

¹³⁰ SALLES, Maria José. *Política Nacional de Saneamento: percorrendo caminhos em busca da universalização*. Tese de Doutorado (em ciências/saúde pública). Departamento de Ciências. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica: Biblioteca de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2009, p. 42-44

¹³¹ HIRATA, Taís Mayumi Alves. *Relações federativas no saneamento básico: modelos e desafios para regionalização*. Dissertação (mestrado profissional MPGPP) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2024, p. 36-37

¹³² SALLES, 2009, p. 31

ampliados sob vigência da Fundação SESP, que continuou existindo mesmo com o PLANASA.¹³³

Observando a região do Triângulo Mineiro, existiram distintas configurações no modelo de operação do fornecimento de água. Dos 66 municípios atualmente, 43 são atendidos pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), 20 possuem departamentos municipais ou sendo a própria prefeitura a gestora (como Uberlândia e Uberaba, que já tinham autarquias consolidadas e autônomas desde 1966 e 1967 respectivamente, antes mesmo do modelo incentivado pela PLANASA), e 4 possuem autarquias oriundas do convênio com o SESP (Ibiá, Ituiutaba, Patrocínio e Sacramento, criadas entre 1966 e 1968).¹³⁴

Conforme aponta Maria Angélica da Costa Silva, no caso de Ituiutaba, por exemplo, após a pressão do crescimento econômico e demográfico a partir da década de 1950, acompanhado dos projetos modernizadores de aparelhamento urbano para atração de capitais, a melhoria do sistema de abastecimento de água, existente desde 1910, ocorreu mediante auxílios federais e estaduais, e negociações com a Fundação SESP e o governo do estado de Minas Gerais já na década de 1960.¹³⁵

Em 1967, foi criada a Superintendência de Água e Esgotos, uma autarquia de economia mista que respondia tanto à prefeitura municipal de Ituiutaba quanto à Fundação SESP, tendo recebido empréstimos via Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e instalando-se de fato com capacidade de distribuir e tratar a água, cobrando as tarifas já em 1970.¹³⁶ Um elemento destacado por Maria Angélica Costa Silva, em diálogo com Janes Jorge (em estudo sobre a relação da cidade de São Paulo com os rios), está na visão pragmática dos gestores municipais de Ituiutaba, que encontraram como solução muitas vezes recorrer às obras urbanas de drenagem, como no saneamento e cobertura dos córregos, escondendo-os, pois se tornavam poluídos (destino de dejetos) e incômodos esteticamente, ou considerados obstáculos à integração dos bairros.¹³⁷

É possível observar que, especialmente a partir do final da década de 1960 e em 1970, ocorreram movimentos bastante significativos do ponto de vista da formação institucional a respeito dos serviços de abastecimento de água, tanto no contexto nacional e internacional

¹³³ SILVA, 2018, p. 95-96

¹³⁴ Ibidem, p. 127-128

¹³⁵ Ibidem, p. 119-121

¹³⁶ Ibidem, p. 134-135

¹³⁷ Ibidem, p. 148-149

(considerando os marcos da Carta de Punta del Este e as diretrizes gerais de desenvolvimento, como o fornecimento de água e esgotamento sanitário, dos acordos entre governos da América Latina e os EUA na Aliança para o progresso¹³⁸), quanto estadual/regional ao considerar o Triângulo Mineiro. Nesse sentido, podemos observar o caso uberlandense, em um contexto em que seus administradores recorreram ao discurso da autonomia e ousadia local para justificar o serviço, ainda que em consonância com as pautas do governo militar.

Ao longo da década de 1960, já se observava em Uberlândia um processo de urbanização acentuado (com mais de 100 mil habitantes, 86,4% dessa população viva em zona urbana, enquanto a média de Minas Gerais estava em 40,2% no ano de 1964), ainda que suas condições de estrutura fossem apontadas como bastante precárias, com abastecimento de água deficiente em quantidade e qualidade, não atingindo muitos bairros de grande densidade demográfica, e com a população sujeita à surtos de moléstias de transmissão hídrica (febre tifoide, paratifoide, disenterias e amebíase), além da poluição do lençol freático causado pela aglomeração humana e uso de fossas sépticas, e do escoamento de esgoto lançado direto nos córregos Cajubá, Tabocas e São Pedro, inclusive industriais.¹³⁹

Já no início da década de 1970, segundo dados do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), do Ministério do Interior, a administração municipal de Uberlândia direcionou um montante elevado de aplicações de capital concentradas em obras de abastecimento, calçamento e asfaltamento de galerias pluviais. Ainda em 1971, a população abastecida atinge 70% da população urbana (aproximadamente 76 mil habitantes).¹⁴⁰

Quando Renato de Freitas, do partido ARENA, assume o governo municipal, a discussão que se apresentava era a de criar um serviço de saneamento, mas sem entregar a concessão ao Estado, como era feito em outros municípios pela COMAG (Companhia Mineira de Água e Esgoto, criada em 1963, e que se tornou a COPASA em 1974). O discurso da autonomia era bastante enfatizado, desde o acesso aos recursos financeiros, até os técnicos e engenheiros responsáveis pela condução do trabalho. Uma declaração do prefeito que ficou

¹³⁸ FREITAS, Eliano de Souza Martins. *As políticas de saneamento no final do século XX e suas implicações em Minas Gerais*: reflexões a partir da reestruturação produtiva da/na COPASA/MG. Tese (doutorado em Geografia), Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2013, p. 44

¹³⁹ PEREIRA, 2010, p. 516

¹⁴⁰ Ibidem, p. 520

conhecida, segundo aponta Oscar Virgílio Pereira, afirmava: “Quem entrega a água, entrega o destino do seu município.”¹⁴¹

Em novembro de 1967 foi inaugurado o DMAE, com a prerrogativa de atuar como órgão coordenador e fiscalizador de estudos, projetos e obras ligados a esse serviço público; operar e manter essas estruturas; lançar, e arrecadar as tarifas e contribuições; dentre outras funções. A administração da autarquia estipulou a fixação das taxas na base de Cr\$4,5 por mês e de água e a mesma de esgoto, consideradas reduzidas na época, valor esse que irá se alterar nos anos seguintes.¹⁴²

Apesar de iniciativas de Renato de Freitas em acionar o DNOS, e tentar acesso aos recursos federais, contando com mediações de Rondon Pacheco, Chefe da Casa Civil da República à época, não se chegou a um consenso sobre o projeto elaborado por José Espíndola (engenheiro industrial e secretário de Obras do município), já que o DNOS defendia a captação na região do Praia Clube.¹⁴³

José Espíndola (engenheiro industrial e Secretário de Obras do município) projetou a captação no Rio Uberabinha, na altura da Cachoeira do Sucupira, a partir de adutoras construídas com tubos de aço revestidos de resina (fabricados localmente), e com geração de energia em turbinas fabricadas pela HEFPEL (empresa também local). Concorrências públicas foram abertas para aquisição de outros equipamentos e utensílios necessários ao tratamento da água, envolvendo empresas locais e de outras cidades, como Mascarenhas Barbosa Roscoe Engenharia S/A (construção da Estação de Tratamento), Solanil Tratamento de Água Ltda (equipamentos), Lithcote do Brasil S/A (tecnologia do revestimento epóxi), e a Usiminas (fornecimento de chapas de aço para a tubulação).¹⁴⁴

Em março de 1969, as negociações para desapropriação da área de 12 alqueires destinada à represa foram efetivas no Decreto nº 462, de 13 de março, que declararam públicas as terras. Uma outra área adquirida no ano anterior foi considerada imprópria para condução das obras, e foram doadas à Coca-Cola anos depois.¹⁴⁵

¹⁴¹ PEREIRA, 2010, p. 482

¹⁴² Ibidem, p. 520

¹⁴³ Ibidem, p. 479

¹⁴⁴ Ibidem, p. 480

¹⁴⁵ Ibidem, p. 486

Em agosto de 1970 ocorre a inauguração, depois de 2 anos de obras e de agitação das expectativas em torno da ETA Sucupira por parte da prefeitura e da imprensa. Nessa ocasião, a gestão municipal elaborou e distribuiu uma revista de divulgação do projeto, e do seu processo de construção. Nesse documento¹⁴⁶, podemos observar uma série de aspectos que nos auxiliam a perceber o significado que estava sendo construído a respeito dessa iniciativa. Nas palavras do texto, que citaremos trechos a seguir:

Ingredientes básicos utilizados, além de técnicas modernas: confiança no pessoal da terra; desprendimento e uma severíssima administração municipal. Resultado - a vitória do espírito de participação no desenvolvimento nacional. A derrota dos descrentes.

[...] nesta época em que todos os brasileiros são chamados à participação no desenvolvimento do País, julgamos oportuno divulgar as experiências colhidas pela administração. Renato de Freitas, que sempre julgou possível que o Município realize, com seus próprios recursos, obras de grande envergadura.

A mobilização dos recursos do povo há de ser feita em clima de confiança que só a maior austeridade administrativa pode despertar; todos desejam tratamento igual, e só a lei pode ser o critério para se conseguir isso.

Esse foi o espírito que norteou a administração que entregou Sucupira a Uberlândia, cujo povo, entusiasticamente, prestigiou o empreendimento, reduzindo ao desprestígio algumas poucas vozes descrentes que, assustadas tentaram se fazer ouvir.

Os resultados aí estão - quem está de parabéns é o povo.¹⁴⁷

O texto expressa uma série de aspectos que podemos associar ao discurso do progresso e do desenvolvimentismo, que busca encarnar a lógica dos administradores competentes, em nome do coletivo do povo e da responsabilidade fiscal e administrativa, e orientados a promover uma mudança profunda na estrutura da cidade e no uso de seus recursos naturais disponíveis. São feitas associações carregadas de simbolismo para ilustrar as capacidades dessas pessoas, que levaram adiante projeto tido como tão audacioso e ousado para a época, e que corrobora com a imagem de Uberlândia que se pretendia imprimir no ingresso da década de 1970, associando-a ao passado, mas o contrapondo com o moderno e a mudança que chegavam, em um novo “clima” propício aos grandes projetos:

Quando José Espíndola chegou, um belo dia, à Prefeitura, já existia na cidade um ambiente febril: as coisas estavam mudando, uns descontentes, outros não, mas todo mundo se acostumando às novidades que o Prefeito introduzia - concursos e novos critérios para admissão de pessoal, concorrências públicas, levantamento de problemas do Município, e, o chocante que foi, afastamento das influências políticas de costume nas decisões administrativas.

¹⁴⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. *Sucupira*. 1970, Item 026 do Acervo Jerônimo Arantes - Arquivo Público do Município de Uberlândia

¹⁴⁷ Ibidem, p. 4

No meio dêsse ‘Deus nos acuda’, chegou sem medo o idealizador de Sucupira (afinal êle descendente daquele João Pereira da Rocha, o primeiro a enfrentar as selvas e feras destas bandas do Sertão da Farinha Podre com ânimo de ficar. [...] o clima administrativo era propício à realização de grandes projetos, e as ideias do “Zé” foram acolhidas in totum.¹⁴⁸

Há um esforço no documento em mostrar a atitude pioneira e própria da administração uberlandense, que não teria demandado recursos ou maior apoio do Estado de Minas Gerais ou da União, sendo enfatizada a atitude dos idealizadores e homens, comprometidos com a cidade de Uberlândia, que ouviram o “chamado” à participação no desenvolvimento do país, contribuindo com uma obra de grande envergadura, cujos recursos do próprio povo teriam sido mobilizados em clima de grande confiança e dentro dos parâmetros legais.

A abundância também é recorrentemente reforçada, especialmente quando relata o episódio do dia da abertura das torneiras nas principais avenidas da região central (Floriano Peixoto, Cesário Alvim e Afonso Pena) para que a população pudesse festejar, sair às ruas e banhar-se. A promessa era que essas águas, se antes fizeram falta, a partir daquele momento não seria mais um problema para o povo da cidade. Trazer as águas do Rio Uberabinha para dentro da cidade fazia parte das promessas eleitorais veiculadas em campanha, e que aparecem nessa peça de propaganda política:



Figura 5: Chegada das águas de Sucupira ao centro da cidade (1) ¹⁴⁹

¹⁴⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. *Sucupira*, 1970, p.4

¹⁴⁹ Ibidem, p. 12



Figura 6: Chegada das águas de Sucupira ao centro da cidade (2) ¹⁵⁰

O ângulo das fotos acima, registradas de posições diferentes, capta a população observando a direção que escorre a água, enquanto outro conjunto de pessoas ao fundo parece olhar a tubulação, esticando os braços enquanto tenta tocar a água que escapa com alguma força, fazendo volume pelas ruas. A visão de um garoto ao centro com traje de banho reforça a noção comemorativa que o documento apresenta. Cruzando as principais avenidas, outras pessoas acompanham aquela demonstração pública. O texto complementa a descrição do episódio:

E as águas rolaram... pelas Avenidas Floriano Peixoto, Cesário Alvim, Afonso Pena. Todos queriam ver aquela enchente que saía pelos registros abertos, a chegada do rio ao centro da cidade, acontecimento sonhado há dezenas de anos, o ETERNO tema das promessas eleitorais... O regozijo popular foi indescritível: o povo saiu para as ruas, e muitos, como se não acreditassem no que viam, resolveram banhar-se, dançando no meio daquelas águas benditas, que tanta falta fizeram, mas que de ora em diante são problema resolvido.¹⁵¹

A natureza, palco e alvo dessas intervenções, que se mistura ao alcance das transformações e necessidades da cidade, é ao mesmo tempo instrumentalizada e personificada:

Neste local que a Natureza dotou de tantas belezas, estava o sítio ideal para o serviço de captação das águas - Sucupira. O projeto iria alterá-lo em muitos aspectos - desviando o rio, corrigindo a queda de água, demolindo morros. As máquinas do DMAE começaram a rasgar a terra, abrindo canais, levantando aterros, e os estrondos de dinamite muitas vezes se ouviram, no trabalho de

¹⁵⁰ PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. *Sucupira*, 1970, p. 12

¹⁵¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. *Sucupira*, 1970, loc. Cit.

romper as rochas milenares. A Natureza, como que assustada com aquela movimentação que lhe perturbava uma paz tão antiga, oferecia os maiores obstáculos aos homens audaciosos que pretendiam dominá-la...¹⁵²

A natureza é descrita aqui em sua forma exuberante, do curso do rio majestoso localizado no sítio *ideal* para o serviço de captação, cujas rochas milenares e o curso da água estavam passíveis de serem alteradas, graças ao empenho da intervenção tecnológica humana. O canal, a represa e a estação de tratamento significavam um grande empreendimento da engenharia, levado a cabo pela gente local.

Nessa construção discursiva, o sítio/lugar é o ideal, contando que corrigido, transformado. Além disso, a dinamite não destrói, mas dá lugar ao novo, criado pelo trabalho de um “projeto” e das máquinas orientadas por ele. A paz antiga representada por obstáculos à dominação, e, quando quebrada, abre espaço para o projeto moderno.

Esse entusiasmo sobre a “chegada do futuro” e o crescimento de Uberlândia, e a repercussão das inovações feitas na cidade, era narrado em outros veículos de imprensa, como a revista *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, que dedicou uma reportagem na ocasião das comemorações de 82 anos da cidade mineira. Contada como um exemplo de progresso, moderna e cheia de luzes, os destaques elaborados pela reportagem davam foco em duas questões: aos avanços no plano educacional, e na questão da água.¹⁵³

A chamativa descrição do município destacava tanto os resultados atingidos nos últimos anos do ponto de vista de crescimento, quanto o potencial que a cidade passaria a representar, narrando um cenário idealizado, em consonância com os discursos locais que buscavam criar imagem semelhante para Uberlândia. As fontes de água, agora puras e cristalinas, ao serem canalizadas e tratadas com a tecnologia usada em Sucupira, combinada com a usina geradora de energia, era fornecida a baixo custo (a mais barata do Brasil, segundo a matéria), tratada com cloro e flúor. Assim, anunciada a “solução do problema da água” na cidade, outras frentes de desenvolvimento se abririam ao município mineiro:

[...] com água em fartura, sem problemas de energia elétrica, ligada por asfalto a todo o Brasil, com um excelente entroncamento ferroviário, perfeito sistema de comunicações, Uberlândia já está trabalhando no sentido de ampliar as atividades de sua Cidade Industrial - a única realmente implantada na região - , localizada em 100 alqueires mineiros de área, oferecendo aos futuros

¹⁵² PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. *Sucupira*, 1970, p. 5

¹⁵³ ALFREDO, Luiz; RICHARD, Fernando. O Cruzeiro: de repente, Uberlândia. Revista *O Cruzeiro*, ed. 42, 13 out. 1970, p. 75-81

investidores as isenções fiscais e o consumo da cidade-pólo de desenvolvimento do Triângulo Mineiro.¹⁵⁴

A Cachoeira de Sucupira, próxima da nova ETA, tem reforçado seu lugar de referência, não apenas pela sua atração turística, como também pelo seu potencial econômico, tanto de captação de água quanto para produção energética. A cachoeira mantém-se como símbolo, como imagem imponente, “preservada” após uma nova intervenção humana, ou seja, agora melhor equipada para receber visitantes:



Figura 7: Cachoeira de Sucupira ¹⁵⁵

Na medida em que a cidade se expande, a presença e a função dada aos córregos se alteram, existindo não mais como fonte principal de abastecimento ou como referência para organização de construções, como era no antigo arraial e nos princípios da cidade. Muitos deles, canalizados ao longo do século XX, perdem esse lugar, assumindo agora o Rio Uberabinha e a ETA uma nova relação diante das demandas dos grupos sociais e o movimento histórico urbano com o “território das águas”.

¹⁵⁴ Legenda: “A Cachoeira de Sucupira, de onde é captada a água para abastecer Uberlândia, e que produz energia, é lugar dos mais bonitos da região, já tendo se transformado em atração turística” In: ALFREDO; RICHARD, 1970, p. 78

¹⁵⁵ ALFREDO; RICHARD. *O Cruzeiro*, ed. 42, 13 out. 1970, p. 81

Buscamos até aqui discutir o processo de surgimento de um sistema de abastecimento de água na cidade de Uberlândia, e as dinâmicas de urbanização que tiveram no rio Uberabinha e os córregos principais um dos seus elementos de sustentação, seja com fins de fornecimento do recurso hídrico, canalização e asfaltamento, processos esses em que a água se torna componente da disputa política, carregada de sentidos dentro do projeto de progresso e de desenvolvimento elaborado por diferentes sujeitos, em especial, aqueles ligados aos grupos dirigentes. A proposta do terceiro capítulo está em avaliar de que forma essas dinâmicas foram retratadas no jornal *Correio de Uberlândia*.

Capítulo 3: O Rio Uberabinha, a ETA Sucupira e os córregos nas páginas do jornal *Correio de Uberlândia* (1967-1977)

3.1. “A maior conquista desta Metrópole: o serviço de águas”

Pretendemos neste capítulo analisar, a partir das publicações do jornal *Correio de Uberlândia* (textos de modo geral sem autoria definida, exceto quando mencionado), especialmente aquelas expostas nas manchetes da primeira página, e das colunas de opinião editorial, de que forma fatores como a mobilização para avanço dos serviços de captação, canalização e tratamento de água, as expectativas e impactos em torno da inauguração da ETA Sucupira, e as propagandas feitas em torno desses temas, foram elaboradas e publicadas no jornal.

Nesse sentido, de acordo com os conceitos mobilizados nos capítulos anteriores, partimos da noção de que esse impresso atuou de forma a construir e divulgar um tipo de discurso sobre a apropriação dos recursos hídricos (rios e córregos), colocando-se como agente que contribuiu para atribuir significados sobre o território da cidade, da presença/utilidade dos corpos d’água, e do papel ocupado pela autarquia na gestão desse processo. Discurso esse inserido em uma lógica modernizadora, amparada em uma visão de mundo da racionalidade técnica, orientada pelo aproveitamento eficiente dos recursos naturais, e em favor do crescimento econômico, da expansão urbana, e da transformação capitalista dessas paisagens.

As prospecções em torno da possibilidade de captar, tratar, e distribuir as águas do Rio Uberabinha nas proximidades da região da já conhecida queda da cachoeira de Sucupira não se iniciaram apenas na gestão de Renato de Freitas, que conseguiu de fato inaugurar a Estação de Tratamento, em 1970. Apesar das obras finais serem associadas a esse governo, ainda na gestão anterior de Raul Pereira de Rezende, há uma série de menções que acompanham as visitas do prefeito a possíveis locais de construções direcionadas à capacidade de captação e distribuição das águas do rio Uberabinha, ampliando aquele que passaria a ser anunciado como a maior conquista da Metrópole uberlandense - o serviço das águas:

[...] visitou Sucupira em companhia de autoridades locais, homens de imprensa, rádio e TV, onde assistiu o descarregamento de mais de duas dezenas de vagões ferroviários que trouxeram os tubos que serão utilizados para a captação das águas do Rio Uberabinha naquele local.¹⁵⁶

¹⁵⁶ SEÇÃO Hoje. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.369, ano 29 , 20 jan., 1967, p. 3

Segundo as informações do jornal, o salto técnico desse serviço representaria o aumento da capacidade de captação de 180 litros por segundo para 880 litros por segundo nos dados da projeção de janeiro de 1967, número esse apresentado logo no título da matéria, aos custos de 3 bilhões de cruzeiros:

[...] através do aproveitamento do Uberabinha, em Sucupira, teremos 880 litros por segundo, uma capacidade que dará para conter toda a demanda do líquido até dezenas de anos para a frente. [...] O sistema que se pretende introduzir em Uberlândia é dos mais avançados e práticos do Brasil. A própria água de “Sucupira” aciona 4 turbinas que farão com que o líquido transite até à estação de tratamento que será localizada nas imediações da área onde se situam o Aeroporto, a Mogiana, Escola de Medicina, etc. Um carregamento de mais 60 vagões conduzindo tubos é esperado para juntar-se aos 36 que já chegaram.¹⁵⁷

Podemos visualizar melhor o impacto que buscava-se atribuir ao planejamento dessas obras diante de repetidas menções nas páginas do jornal a respeito de proporções dramáticas da falta d’água em Uberlândia, dado o alcance limitado de bombas de captação de córregos como o Jataí, umas das principais fontes de abastecimento, forçando a população ao retorno do regime da “lata d’água na cabeça”¹⁵⁸. Essa recorrência do problema, das “torneiras secas” que afetavam em grande medida a região da Vila Martins e a vida dos moradores nas necessidades mais restritas, apesar dos esforços da prefeitura em sanar a escassez com caminhões pipa¹⁵⁹, eram anunciados muitas vezes na mesma edição diária do jornal.

Prestes a iniciar o novo mandato, em fevereiro de 1967, Renato de Freitas definia como a maior e mais importante questão para o seu governo o tema da água e a chegada do abastecimento de Sucupira para todos os lares uberlandenses.¹⁶⁰ Somado ao tema do fornecimento, eventualmente irregular, a questão do tratamento desse líquido toma crescente relevância nas edições, diante da preocupação relatada como conhecida pelas pessoas da realidade de contaminação da água.

Há uma preocupação em nomear com termos científicos o prejuízo causado por uma “fauna de bacilos e parasitas que minam a saúde dos uberlandenses de todas as idades”:

¹⁵⁷ O LOCAL da Estação de Tratamento é alterado posteriormente. NOVO serviço de água: 880 litros por segundo. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.371, ano 29, 24/25 jan., 1967, p. 1

¹⁵⁸ ASSUME proporções dramáticas a falta d’água. Seção Hoje/Painel político. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.388, ano 30, 23 fev., 1967, p.3

¹⁵⁹ ÁGUA: prefeitura resolve o problema. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.388, ano 30, 23 fev., 1967, p. 1

¹⁶⁰ PREFEITO: Água é o maior problema. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.389, ano 30, 24/25 fev., 1967, p. 1

[...] É, assim, uma água perigosa, veículo de contaminação do organismo por amebas, giárdias, tricomonas, strongiloides, e outros agentes maléficos. Numa cidade de mais de 120 mil habitantes ainda é incrível que a população sirva-se de água não beneficiada com o tratamento já em uso em quase tôdas as comunidades brasileiras.¹⁶¹

Há um certo exagero quando se afirma que quase todas as comunidades brasileiras tinham acesso à água beneficiada com tratamento. Mas, compreende-se essa ênfase, por mais que existisse por parte da redação apoio aberto à gestão municipal (e ao governo militar), é evidente uma forma de atuar dessa imprensa que se comporta também enquanto mecanismo de pressão.

Essa questão se confirma ao acompanharmos os termos em que a crítica à gestão municipal era feita sobre a recorrente falta de água em distintas regiões da crescente Uberlândia: “Vila Martins sofre castigo: falta água”, nas palavras do redator o que seria o maior, mais populoso, e mais importante bairro da cidade nas adjacências da Av. Engenheiro Diniz. O texto não descreve causas específicas, limitando-se a denunciar: “A prefeitura parece ignorar tal estado de coisas que não é de agora da administração Renato Freitas. Vem desde o tempo do sr. Tubal Vilela. O poder municipal jamais quis se interessar pelo drama que vivem os moradores [...]”¹⁶².

Ao longo do ano de 1968, por exemplo, predominam menções à Vila Martins, mas se destaca que não se trata de um problema localizado, mas algo que se estenderia pelo centro, bairros e subúrbios da cidade, diante da falta de maiores esclarecimentos da prefeitura sobre as razões dessa crise. Há um destaque persistente em expressões como as “torneiras secas”, a ausência do “precioso líquido”, e o martírio da falta d’água. Nessas ocasiões, a atuação do Corpo de Bombeiros é elogiada, que “[...] atende diariamente, centenas de pedidos de escolas, colégios, hospitais e residências, com seu carro levando água e abastecendo as caixas.”¹⁶³, o que nos ajuda a dimensionar como essa questão era abordada.

Esse estado de negligência que os redatores tratavam por veicular era representado por dois fatores, como exemplifica uma matéria da primeira página da edição de 20 junho de 1968. O primeiro fator narrado estava nos problemas estruturais do serviço, ou seja, por defeitos nos

¹⁶¹ O MAIOR problema de Uberlândia. Seção Hoje. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.508, ano 30, 26/27 set., 1967, p. 3

¹⁶² VILA Martins sofre castigo falta água. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.641, ano 31, 17/18 mai., 1968, p. 1-3

¹⁶³ FALTA d’água é um martírio. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.642, ano 32, 19/20 mai., 1968, p. 3

motores da maquinaria de bombeamento de água para as canalizações do centro urbano, e que não recebiam substituição reserva, ainda que a questão financeira da prefeitura não fosse apontada como um problema e, apesar da falta de chuva, os reservatórios de água se encontrassem em estado satisfatório.

Já o segundo fator está no afastamento do diálogo e de fornecimento de respostas adequadas para a população, e que o jornal trata de alertar, legitimando o protesto - “o grito” do povo diante de uma situação de desespero, levado a recorrer novamente às práticas dos poços artesianos, no caso da Vila Martins -, ainda que sem nomear diretamente o prefeito Renato de Freitas, e mencionando em tom de esperança o novo sistema de abastecimento que está por chegar para atender um número cada vez maior de pessoas:

Como é natural, o povo ficando sem água, “dá o grito mesmo”, mas não adianta nada. Não tem quem toma providência. Reclamar para quem? Para o prefeito? Para o chefe do serviço de água? Não se sabe mesmo quem é o responsável pela tremenda falta d'água. [...] Mas com esta crítica construtiva que fazemos à prefeitura, é preciso que se diga, quando o serviço de abastecimento estiver pronto (que poderá ser ainda neste século), Uberlândia terá água para mais de 500.000 habitantes. Até lá o povo vai sofrendo com a tremenda falta do precioso líquido.¹⁶⁴

O apelo se mantém, pressionando a atualização técnica e fornecimento de equipamentos à altura e em condições de atender o crescimento da cidade, cuja população passa a perceber esses problemas como rotina, como habitualidade:

É público e notório que os motores em uso no serviço de água são antigos e arcaicos. Não há material de reserva para atender casos de emergência como este que está sacrificando a população. [...] O povo uberlandense apela, exige dos poderes competentes, no caso a prefeitura municipal, urgente solução, já que a mensalidade do precioso líquido, diga-se de passagem, é bem “salgadinha”, porque paga sem ter água para ser utilizada.¹⁶⁵

A explicação para o problema vem no formato de informe do diretor do DMAE à época, João B. Queiroz, que, além de manifestar medidas para aquisição de motores e o estudo de soluções para a Vila Martins e demais setores, declara o defeito no sistema de captação do córrego Jataí, e completa com um chamado à ação da população, contra o desperdício:

[...] lavagem de passeios, veículos, irrigação de jardins, e outros usos que podem ser efetuados em épocas mais oportunas, podem prejudicar

¹⁶⁴ FALTA d'água na cidade: há necessidade solução urgente. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.660, ano 32, 20 jun. 1968, p.1

¹⁶⁵ VERDADEIRA calamidade pública a falta d'água. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.660, ano 32, 21/22 jun. 1968, p.1

sensivelmente o abastecimento em razão do esvaziamento dos reservatórios com uso indevido da água, em prejuízo de outros setores de abastecimento.¹⁶⁶

Sobre esse “diagnóstico” da origem das causas do desperdício, pode ser que ganhem maior peso de argumento quando se constata nas manchetes desses mesmos dias citados os avisos sobre quais lugares estavam sendo prejudicados. Da Vila Martins, vinham os apelos de residências sem água alguma, ou de dezenas de chamados que chegaram ao Corpo de Bombeiros que, sem estrutura para atender toda a demanda, se concentram nas demandas de hospitais.¹⁶⁷ Nesse mês de junho de 1968 encontramos o anúncio de uma estratégia de racionamento adotada pelo DMAE, para o fornecimento especialmente para regiões com maior densidade populacional, como Vila Martins e Bairro Bom Jardim. Ali, abastecidos pelos registros nas avenidas principais (Rafael Rinaldi, Arthur Bernardes e Fernando Vilela) e seus arredores passam a receber a água em intervalos de horários específicos.¹⁶⁸

É neste momento que começam a aparecer, acompanhado da denúncia sobre a escassez do abastecimento, a crítica de forma mais enfática ao desperdício voltado especialmente para práticas comuns das pessoas, e também a possibilidade de implementação dos hidrômetros como forma de sanar esses problemas:

[...] desperdiçam água, à vontade, deixando as torneiras abertas e estragadas e não ligam mesmo. Por isso alguém tem que ficar prejudicado. Famílias, desta maneira, têm que ficar sem água. É indispensável a colaboração para que a falta d'água seja menos, e haja tanto desperdício. Mas, o hidrômetro seria uma solução, porque pagaria o que gastasse, e, tem muita gente que pagaria uma fortuna, só em água, porque desperdiça um absurdo.

Essa maneira de abordar a diminuição do período de chuvas, caracterizado como uma seca inclemente que afetava a cidade periodicamente, se associava também à constatação de uma insuficiência dos mananciais, e uma expectativa de que os momentos de abastecimento escasso fossem solucionados pela inauguração de Sucupira. Quando havia disponibilidade de água, no argumento da redação, seus consumidores a desperdiçavam, implicando no martírio de outra parte da população, atribuindo-lhes a culpa:

A seca inclemente que assola Uberlândia é responsável, também por uma cruel falta d'água em todos os quadrantes da cidade que é, atualmente mal abastecida, devido aos insuficientes mananciais, muito embora a população

¹⁶⁶ NORMAL o abastecimento de água da cidade: hoje. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.660, ano 32, 23/24 jun. 1968, p.1

¹⁶⁷ PROBLEMA do abastecimento. Seção Hoje. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.660, ano 32, 21/22 jun. 1968, p.3

¹⁶⁸ O DEPARTAMENTO Municipal de Águas e Esgoto esquematizou. Seção Hoje. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.665, ano 32, 30 jun. 1968, p.3

saiba que a situação terá fim breve, com a inauguração de “Sucupira”. Quando o precioso líquido aparece, verifica-se um considerável desperdício por parte de consumidores menos avisados. Resultado: outros sofrem com o martírio da torneira seca. Economia de água é a palavra de ordem até que venham as chuvas e os mananciais possam aguentar o consumo enquanto “Sucupira” não vem.¹⁶⁹

Os apontamentos da escassez e o chamado ao público leitor à economia individual e familiar da água se intercalam com os anúncios da nova obra da prefeitura. Há uma construção discursiva que estimula a expectativa por uma nova etapa do processo de abastecimento de água na cidade, agitada pelo jornal. Os problemas denunciados por essa imprensa são contrastados com o acompanhamento de outras obras de infraestrutura, para a canalização dos córregos, e aumento das redes de água e esgoto.

3.2. Enquanto Sucupira não vem:

O município de Uberlândia adentra a década de 1970 com uma população majoritariamente urbana de 120/130 mil habitantes, e com uma projeção da época de crescimento para 440 mil habitantes em 1995, segundo relatório encaminhado pelo DNOS (extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento), e publicado pelo *Correio de Uberlândia*, em que se detalha o processo de canalização do “Córrego São Pedro”.¹⁷⁰ O problema sanitário da cidade foi descrito nesse recorte do jornal da seguinte maneira:

O abastecimento é muito deficiente tanto em qualidade como em quantidade. Nos bairros a água é obtida por meio de soluções individuais, sendo comum o uso de poços freáticos. [...]. O esgoto da cidade é lançado nos três córregos que atravessam o perímetro urbano (S. Pedro, Cajubá e Tabocas) e inclusive os esgotos industriais são lançados sem nenhum tratamento, sendo que na época de estiagem estes cursos d’água são transformados em verdadeiros emissários de esgotos a céu aberto, inutilizando-se tanto sob o aspecto estético e sanitário, como sob o aspecto de utilização para irrigação e outros fins a jusante.

O relatório da instituição federal nos desenha um cenário que confronta determinadas imagens idealizadas das paisagens uberlandenses. Não apenas a recorrente escassez de água, e os mananciais que vão se tornando insuficientes para atender a cidade, mas os dejetos e esgotos, não só provenientes da população comum, mas da própria indústria, e que já era percebida a possibilidade de que essa situação passaria a inviabilizar o aproveitamento para baixo do curso do rio de onde se encontravam os principais setores de emissão dos esgotos sem tratamento.

¹⁶⁹ SÊCA inclemente. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.909, ano 33, 04 set. 1969, p.1

¹⁷⁰ CANALIZAÇÃO - Seção Rodízio/Painel político. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.886, ano 33, 22 jan., 1970, p. 3

O jornal nos auxilia a perceber parte relevante dessas dinâmicas do avanço do urbanização, em especial o processo de canalização dos córregos São Pedro e Tabocas, além da estrutura necessária para melhorar os serviços de captação dos córregos Jataí, Glória e Lagoinha.¹⁷¹ O córrego Tabocas, por exemplo, que corria próximo ao bairro Presidente Roosevelt (e que atualmente passa por baixo da Avenida Minervina Cândida de Oliveira), antes das intervenções de canalização era visto como um perigo, dada ocorrência de acidentes e ao seu “violento curso” “[...] a região daquele pequeno córrego constituía um perigo para os moradores tendo mesmo, há tempos, havido uma tragédia quando uma enchente soterrou casas e fêz várias vítimas. A canalização dará segurança total àquela área.”¹⁷²

Novas redes de esgoto também se ampliavam para esta região do córrego, na Av. Monsenhor Eduardo, nas proximidades da empresa Calu. Empresas de Belo Horizonte e de cidades paulistas, além das locais, também participaram da concorrência para realizar o serviço, e enviaram propostas para a prefeitura.¹⁷³ Essas obras avançam progressivamente (Cajubá com 280m, Tabocas com 700 metros concluídos e 300 em construção), e especialmente do São Pedro ainda não iniciadas nesse período, com perspectiva de 500 metros de canalização.¹⁷⁴ Um ano depois, o projeto de canalização do córrego São Pedro ganha maior centralidade e avança mais mil metros de construção, aproximando-se no final do Córrego, já no Bairro Patrimônio, conforme anunciado pelo engenheiro titular da Secretaria Municipal de Obras.¹⁷⁵

¹⁷¹ VAI faltar água. Seção Painel político. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.612, ano 32, 28 mar., 1968 p. 3

¹⁷² EM abril “Tabocas” estará canalizado. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.951, ano 33, 16 nov. 1969, p.1

¹⁷³ DMAE aumenta rede esgoto: benefício gratuito. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.806, ano 33, 29 ago. 1969, p.1

¹⁷⁴ CÓRREGOS estão sendo canalizados em Uberlândia. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.104, ano 34, 19 fev., 1970, p. 1

¹⁷⁵ CANALIZAÇÃO do Córrego São Pedro continua. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.211, ano 35, 25 fev., 1971, p. 1



*Figura 8: Correio de Uberlândia, 16 nov. 1969*¹⁷⁶

Associado a esses movimentos, as ações da prefeitura orientaram-se em ampliar também as obras de abaixamento das redes de água e de esgoto, a drenagem, construção de galerias para as águas pluviais pelo centro da cidade, e o asfaltamento de avenidas centrais do bairro Martins, como o caso da Av. Cipriano del’Fávero, Av. Olegário Maciel e Av. Arthur Bernardes antes do final de 1969.¹⁷⁷ Além disso, desde esse período encontramos uma discussão sobre a derrubada agressiva de árvores da cidade, assunto esse observado pela gestão municipal, mas feita em termos de um sentido de reflorestamento (feito em áreas como em Sucupira, margens da BR-050, Granja Planalto, Frigorífico Ômega, Frigorífico Caiapó, Granja Marileuza, Fazenda do Reimassas - lugares com relevância econômica da cidade) do plantio de eucaliptos, com destino certo, instrumental: à extração de celulose para fábricas de papel nacionais e internacionais.¹⁷⁸

Podemos perceber que há uma multiplicidade de dimensões mais diretamente ligadas ao que se refere como “recursos naturais”, e que sustentavam uma dinâmica de crescimento urbano nos marcos do contexto social dessa cidade, em que o discurso do progresso do Triângulo Mineiro, daquela que tentava se consolidar como a referência, a Metrópole, precisa lidar com esses fatores de uma estrutura urbana que se impõe, necessária para suportar a chegada de empresas e o aumento populacional.

¹⁷⁶ Legenda: “A canalização do ‘córrego Tabocas’ é a obra que no momento vem sendo realizada pelo prefeito Renato de Freitas. O serviço, a despeito do mau tempo, vai sendo concluído no prazo previsto e evitará, concluído, o perigo de enchentes no pequeno e violento curso d’água. (Foto: REIS).” CANALIZAÇÃO do Córrego Tabocas. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.951, ano 33, 16 nov. 1969, p.1

¹⁷⁷ APÓS concluir primeira etapa. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.876, ano 33, 08 jul. 1969, p.1

¹⁷⁸ REFLORESTAMENTO dá milhares de árvores. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.956, ano 33, 14 nov. 1969, p.1

Lycídio Paes, um dos principais colunistas e redatores do jornal, em mais de uma ocasião refletiu sobre esses fatores que se relacionam com o retrato que a expansão urbana fazia expressar em Uberlândia. Ao discorrer sobre o que intitula o problema da água, Paes evidencia como o crescimento demográfico da cidade obrigou as administrações municipais a pensarem sobre a captação no rio Uberabinha, como foram os casos de Vasco Gifoni e Tubal Vilela, sendo que este último utilizou como agenda principal de campanha eleitoral a pauta da canalização do rio Uberabinha, apesar de resultados limitados, segundo o autor, por recursos escassos e a opinião dos profissionais técnicos não serem favoráveis ao seu plano.¹⁷⁹

Observa-se que essa instrumentalização política em torno desse tipo de estrutura de serviço municipal, e o rio Uberabinha como “ator” importante na agenda de governo não foi uma novidade das décadas de 1960/70. Nos termos de Lycídio Paes no artigo mencionado, a população civiliza-se, e um dos efeitos da civilização é precisamente o grande consumo de água, o que se dá, dentro dessa lógica, sustentada nos banhos diários, nas trocas de roupas, nos jardins residenciais, na limpeza dos automóveis, ou seja, que se reflete especialmente no consumo cotidiano da população. Nessa leitura, Renato de Freitas assumiu o cargo em condições ideais para resolver essa antiga aspiração, enfrentando eventuais obstáculos, com apoio do legislativo, consciência do plano (por ser também engenheiro), e controle tributário, melhoramentos esses suficientes para consagrar seu período administrativo.¹⁸⁰

Nessa direção, o jornal auxilia no reforço da sensação do entusiasmo e da intencionalidade de Renato de Freitas, encampando esse sentimento, cuja imagem também se associa os feitos do DMAE enquanto órgão fruto de sua gestão, e que dá um passo novo em direção à organização desses aparelhos e serviços para a cidade. A atuação dos funcionários em mapear ruas e avenidas, deixando “seus proprietários e moradores satisfeitos e, ao mesmo tempo, ansiosos [...]”, aproximando-se da população, nesse contexto de obras de significativo alcance, como no caso das novas redes de esgoto, ajuda a fortalecer a imagem da autarquia.¹⁸¹

Em relação ao projeto de Sucupira, já em fins de 1967 anunciava-se o custo de 10 milhões de cruzeiros novos do serviço de captação de água do Rio Uberabinha, cuja maquete da estação de tratamento encontrava-se exposta para a população em uma das lojas do centro

¹⁷⁹ PAES, Lycídio. O problema da água. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.957, ano 33, 15 nov. 1969, p. 5

¹⁸⁰ Ibidem, p. 5

¹⁸¹ FUNCIONÁRIOS estiveram fazendo rápido levantamento na rua Cruzeiro dos Peixotos. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.879, ano 33, 13 set. 1969, p.1

da cidade.¹⁸² A fábrica de tubos da Prefeitura Municipal e do DMAE, construída na Cidade Industrial, por exemplo, é apresentada como uma das condições centrais para o serviço de captação do Rio Uberabinha. Com capacidade de produção inicial dos tubos de 900 milímetros necessários ao início das obras, e investimento de 150 toneladas de chapas, a fábrica empregava mais de 50 operários braçais e especializados. Projeto esse dirigido por três engenheiros: José Pereira Espíndola, Milvar de Menezes, e Paulo de Freitas.¹⁸³

Em contrato com a empresa Hefpel (ligada ao Espíndola) para fornecimento de oito turbinas, anunciado pelo prefeito Renato de Freitas, em um total de 200 mil cruzeiros novos, para tocar as bombas que recalcarão as águas até o ponto máximo de onde a queda da gravidade atinge, próximo ao bairro Roosevelt. As projeções eram de que em 18 meses estaria concluído o serviço, em pleno funcionamento.¹⁸⁴

A única menção encontrada no jornal que aborda de forma mais direta sobre os trabalhadores comuns envolvidos no processo de construção de Sucupira, com fotografia publicada, além de alguns trechos de notícias em que se menciona brevemente que há operários dedicados ao serviço para a “metrópole do Triângulo”, são de meninos, menores de idade. Há uma lacuna que podemos destacar, como um silêncio a respeito do processo cotidiano de construção de uma obra de tamanha envergadura para a sustentação da cidade.

Esses trabalhadores são registrados aqui, de forma pontual, e dentro do discurso que disfarça contradições sociais em favor do crescimento e exalta o serviço que instituições como a ICASU (Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia) cumpria na cidade¹⁸⁵, descritos como “recuperados” da marginalização pela via da oferta do trabalho nos empreendimentos que surgiam de forma acentuada em Uberlândia:

¹⁸² SERVIÇO de água vai custar dez milhões. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.556, ano 30, 19/20 dez. 1967, p.1

¹⁸³ FÁBRICA de tubos da PM: construção está no final. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.624, ano 32, 18 abr. 1968, p.1

¹⁸⁴ HEFPEL fornecerá turbinas para serviço de Sucupira. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.613, ano 32, 29 mar. 1968, p.3

¹⁸⁵ Instituição essa, a ICASU, que cumpria significativo papel no processo de institucionalização e disciplinarização da pobreza e de controle do espaço urbano, nos termos de Maria Clara Tomaz Machado, conforme mencionamos no capítulo 02, a respeito do avanço da urbanização de Uberlândia e os projetos políticos dos grupos dominantes que visavam o progresso.



*Figura 9: Correio de Uberlândia, 14 nov. 1969*¹⁸⁶

Existiu todo um esforço por parte do DMAE e da prefeitura para que a população pudesse visitar as instalações e as obras de Sucupira. Pequenas notas publicadas no jornal divulgavam a presença semanal de uberlandenses para conhecer o andamento das obras, ao ponto que a prefeitura passa a anunciar um serviço de ônibus, incentivando que o povo pudesse ver “a grande obra da administração Renato de Freitas.”¹⁸⁷ Inclusive com rotas gratuitas de ônibus, como era o caso aos domingos de 7 às 19 horas, partindo da praça Tubal Vilela e na antiga subestação Ferroviária da Av. Cesário Alvim, à medida que se intensificavam as expectativas de inauguração.¹⁸⁸

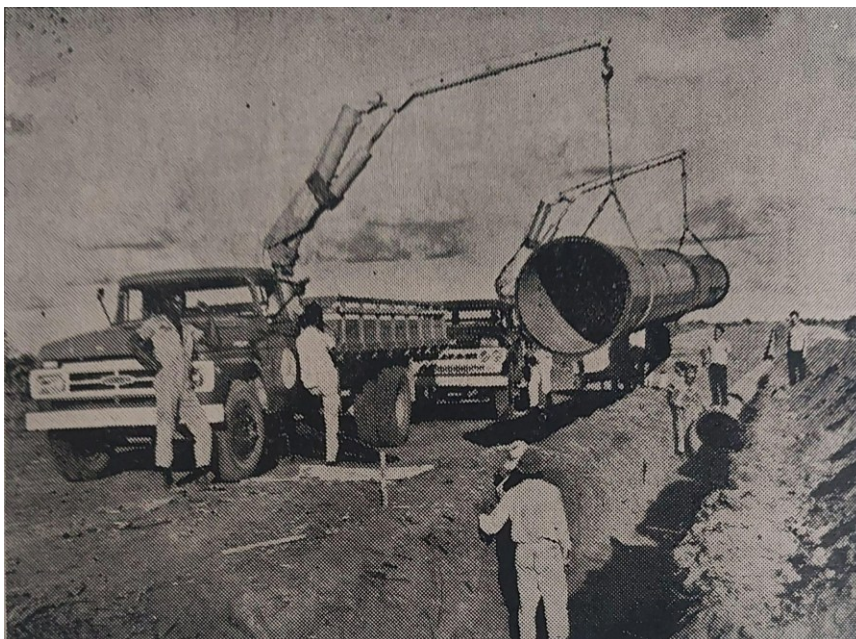
Há um movimento duplo de exaltação das vantagens da natureza e das belezas que a cachoeira de Sucupira proporcionava ao seu povo, associado ao avanço que essa região, melhorada, construída, ganhará no futuro com a construção das instalações de captação de água do rio Uberabinha. As tubulações, as valetas na terra, as chapas de aço e de resina, e em especial as turbinas, tomadas como verdadeiras protagonistas, se tornam esse símbolo fundamental do

¹⁸⁶ Legenda da fotografia: “Garôtos, antes abandonados, que perambulavam pelas ruas, são recuperados, graças à ação do Juizado de Menores. Aqui está um grupo de meninos, já em plena fase de trabalho. Os menores são encaminhados pelas autoridades a organizações que se prontificam a dar-lhes o devido trabalho: DMAE em Sucupira, Granja Planalto, Escola de Medicina e outras. (Foto: REIS). In: GAROTOS, antes abandonados. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.959, ano 33, 14 nov. 1969, p.1

¹⁸⁷ ÔNIBUS para todos visitarem Sucupira. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.912, ano 33, 09 set. 1969, p.1

¹⁸⁸ DMAE avisa à população. Seção Hoje. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.943, ano 33, 24 out. 1969, p.3

que foi feito ali. Nos termos expressos na legenda da fotografia exibida a seguir, em matéria de agosto de 1969, “aparece uma cena demonstrativa do progresso”¹⁸⁹:



*Figura 10: Correio de Uberlândia, 08 ago. 1969*¹⁹⁰

Um informe mais detalhado da estrutura geral do projeto é feito no jornal por meio de entrevista concedida pelo engenheiro José Pereira Spíndola em outubro de 1969, quando se projetava a inauguração de Sucupira para o início do ano seguinte, em que percebemos melhor a dimensão da estrutura necessária para conectar as diferentes regiões da cidade e que se buscava comunicar para conhecimento da população. Consistiam em mais de 14 quilômetros de tubulação, produzidos na fábrica do DMAE na Cidade Industrial, que ligariam a cachoeira até o aeroporto da cidade e ao reservatório no alto da cidade, onde estava a nova estação da Cia. Mogiana.

Deste reservatório, subadutoras encaminham para diferentes reservatórios através da Av. Floriano Peixoto, e em direção aos bairros que fecham o anel hidráulico da cidade (Cidade Industrial, Escola de Medicina, vilas Brasil, Roosevelt, Martins, bairros Tibery, Santa Mônica, Saraiva, Jardim Altamira – Cajubá-, Tubalina e Patrimônio). Além das tubulações e adutoras,

¹⁸⁹ Legenda: “UM SERVIÇO importante - Aqui aparece uma cena demonstrativa do progresso. Carro-guindaste da Prefeitura colocando numa valeta o tubo que funcionará para trazer a água de Sucupira para Uberlândia. O serviço continua sendo executado pelo município em ritmo acelerado e, concluído, constituirá a solução do nosso maior problema, a água. In: UM serviço importante. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.894, ano 33, 08 ago. 1969, p.1

¹⁹⁰ UM serviço importante. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.894, ano 33, 08 ago. 1969, p.1

350 toneladas de chapas de aço vindos da empresa Usiminas somavam-se ao material necessário para as sub adutoras de distribuição e ao concreto e máquinas a serem instaladas.

A síntese que finaliza a reportagem, feita por Spíndola, completa o informe técnico com a expectativa e o entusiasmo que vinham sido construídos desde a divulgação do projeto, que reforçava a promessa de água além do ano 2.000. O texto combina a exaltação das características físicas e privilegiadas daquele espaço, e a atribuição e reconhecimento da eficiência dos responsáveis técnicos e do dirigente da prefeitura:

A natureza privilegiou o município com uma cachoeira fornecedora de água cristalina e uma situação topográfica que fizeram com que o prefeito Renato de Freitas e seus técnicos dotassem Uberlândia de um dos mais econômicos e mais perfeitos serviços de água do Brasil.¹⁹¹

O elogio às características físicas da localização do município centraliza o papel dessa natureza, enunciada como um agente, que privilegia e fornece, e dá aos seus competentes dirigentes e técnicos a possibilidade de criar um sistema de abastecimento, à serviço dessa sociedade. A visão do potencial dessa natureza se combina com a ênfase à capacidade realizadora das pessoas envolvidas nesse processo.

3.3. Aproxima-se a demonstração pública do novo serviço de águas:

A inauguração oficial não ocorreu de imediato, e foi precedida de manchetes que ora enfatizam a falta de água e a seca, ora evidenciam certo entusiasmo com o que viria a ser a grande obra monumental, trunfo da gestão municipal. Ao longo dos meses de abril, maio e junho, há rápidas menções ao funcionamento experimental das instalações, inclusive com a presença de acidentes, como o rompimento de algumas tubulações¹⁹².

A preocupação do *Correio de Uberlândia* em enfatizar a visibilidade que a obra estava recebendo pode ser observada em entrevista feita ao diretor-superintendente da revista O Cruzeiro¹⁹³, do Rio de Janeiro, Clodomir Leite, que em ocasião de visita à Uberlândia para inauguração da mudança da estação da Cia. Mogiana, destacou à redação do jornal a visão de que as elites dirigentes do país, assim como o governo federal, deveriam conhecer a obra. E completa: graças ao prefeito da cidade, cuja “[...] iniciativa do porte do serviço de água que,

¹⁹¹ ANEL hidráulico abastece a cidade de água além do ano 2.000. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.942, ano 33, 31 out. 1969, p.1

¹⁹² TUBULAÇÃO estoura com a água de Sucupira. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.070, ano 34, 23 jun. 1970, p.1

¹⁹³ A matéria sobre a inauguração da Estação de Tratamento de Sucupira, publicada na revista O Cruzeiro, foi apresentada no capítulo 2 desta dissertação.

sem dúvida, vai ser padrão para as grandes cidades do interior brasileiro. Mas o que convence e emociona no empreendimento é constatar que foi feito só com recursos da comunidade.”¹⁹⁴

Ainda no ano de 1970, os principais reservatórios de água da cidade (localizados na Avenida Floriano Peixoto) passaram por reformas, o que implicou a adoção de racionamento do abastecimento. Enquanto o “DMAE prepara caixas para água de Sucupira” - os reservatórios elevados, revestidos de concreto e resina, na palavra de Samuel Vital Ferreira, diretor da instituição naquele ano, há o chamado pela colaboração da população para que os esforços da autarquia possam se concentrar, segundo redação a do Correio de Uberlândia, “na intensa movimentação de dezenas de homens que se revezam” para conclusão da obra.¹⁹⁵

O tom da fala de Vital Ferreira, de que “Sucupira é uma realidade e dará água abundante para toda Uberlândia”¹⁹⁶ é frequente no jornal, em que o trabalho com a expectativa da população com a finalização da obra é lembrado a partir da superação dos problemas de abastecimento (seja da qualidade e quantidade da água, dos eventuais racionamentos e controle de distribuição, como foi o período da “torneira seca” realizado para recuperação dos reservatórios no centro da cidade nesse período) associado à promessa de que o problema da água estaria resolvido para sempre, para além do ano 2000 e suportando um crescimento populacional além de 500 mil pessoas.

Também não parece por acaso que informes sobre o andamento das obras sejam inseridos na coluna “Painel Político”, visto que de fato foi apresentado como um grande trunfo da administração da prefeitura da época, ao passo que é apresentando também como uma vitória e conquista do povo de Uberlândia o sucesso da criação da autarquia municipal, e a ousada atitude em levar a cabo um projeto tão inovador para o período.

Já em 30 de junho de 1970, é veiculado o anúncio de que a água de Sucupira já havia chegado ao centro urbano da cidade, feito pelo diretor chefe do DMAE.¹⁹⁷ Mas é apenas no mês seguinte que há uma demonstração pública do novo serviço de águas.

¹⁹⁴ CLODOMIR: é preciso que o Brasil conheça Sucupira. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.036, ano 34, 16 abr. 1970, p.1

¹⁹⁵ DMAE prepara caixas para água de Sucupira. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.006, ano 34, 22 fev. 1970, p.1

¹⁹⁶ VITAL Ferreira: as águas vão rolar. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.039, ano 34, 21 abr. 1970, p.1

¹⁹⁷ ÁGUA de Sucupira já chegou à cidade. *Jornal Correio de Uberlândia* Uberlândia, nº 11.075, ano 34, 30 jun. 1970, p.1



*Figura 11: Correio de Uberlândia, 03 de julho/1970*¹⁹⁸

A publicação acima exalta o “aspecto monumental” da estação de tratamento, e a fotografia de J. William que acompanha a notícia evidencia uma parte da estrutura construída já na parte interna da estação. E faz o anúncio: “as águas vão rolar diretamente de Sucupira, [...] no alto da Vila Operária, deixando que as águas puras banhem as ruas uberlandenses anunciado que Sucupira vai abastecer a cidade até 2001 chegar.”¹⁹⁹

Na edição seguinte, há um pequeno informe do dia 04 de julho de 1970, sem maiores detalhes ou registros:

Ontem, por volta de 15h40, nos reservatórios elevados do DMAE, foi feita uma festa popular com a abertura dos canos trazendo a nova água diretamente de Sucupira. As águas rolaram na Avenida Floriano Peixoto e na esquina Cesário Alvim-Cruzeiro dos Peixotos, molhando a cidade e provando o quanto foi bem feito e eficiente o trabalho da atual administração municipal construindo a nova maravilha uberlandense, a “SUCUPIRA”.

¹⁹⁸ Legenda da fotografia: J. WILLIAM fotografou este aspecto monumental da ETA (Estação de Tratamento de Água) em Sucupira, já concluído e em fase de testes finais. Ontem pela manhã, o CORREIO DE UBERLÂNDIA, em companhia do diretor do Departamento Municipal de Água e Esgoto, prof. Samuel Vital Ferreira, visitou Sucupira, percorrendo demoradamente todo o trajeto de sua adutora, desde os reservatórios da Floriano Peixoto. A água, naquele instante, chegou até a cidade já em condição definitiva, em mais um teste levado a efeito pelo DMAE. Sucupira é uma das mais arrojadas realizações da história de Uberlândia, construída unicamente com recursos próprios do município e mais, utilizando *know-how* também local e até tubos fabricados aqui pela própria prefeitura municipal. Amanhã, 'as águas vão rolar' diretamente de Sucupira, pois, pretende o DMAE abrir os registros que se acham instalados no alto da Vila Operária deixando que as águas puras banhem as ruas uberlandenses anunciando que Sucupira vai abastecer a cidade até 2001 chegar. In: AS ÁGUAS vão rolar *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.077, ano 34, 03 jul. 1970, p.1

¹⁹⁹ AS ÁGUAS vão rolar *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.077, ano 34, 03 jul. 1970, p.1

O que se segue nas próximas edições é um detalhamento sobre os custos e oportunidades implicados na instalação dessa estrutura. O informe da instituição especifica os cursos das obras: montante com as obras na ordem de Cr\$ 7 milhões (cruzeiros novos); Cr\$ 130 mil na fábrica de tubos de aço instalados, Cr\$ 436.221,01 na folha de pagamento de 150 a 200 operários; Cr\$ 4.563.778,00 de materiais; e por fim, Cr\$ 1 milhão para acabamento das obras. Acompanhado desses dados, uma fala do prefeito Renato Freitas completa a matéria de 10 de julho de 1970: “Não foi feito um só empréstimo de dinheiro com estabelecimento bancário ou outras entidades. Sucupira é obra uberlandense, feita com os recursos uberlandenses.”²⁰⁰

O texto é finalizado com a já repetida projeção de abastecimento para as próximas décadas, envolvendo a preocupação sanitária da qualidade da água a ser acessada - pura, abundante, tratada -, dado o histórico de contaminação, e também reforçando o apelo ao movimento de coletividade que se buscava atribuir à construção dessa obra:

Água pura, abundante, tratada, isenta de qualquer contaminação ou parasitas, água para abastecer a cidade, previstas tôdas as emergências, até o ano 2001. Isto é Sucupira. Obra que, de tão grandiosa, torna-se difícil de ser descrita ou fotografada. Sucupira é o reflexo da assombrosa capacidade de realização de um povo que construiu uma autêntica metrópole.²⁰¹

A fotografia que acompanha o texto, também de J. William, cuja manchete chama atenção para o tema dos recursos, faz uma captura da maquinaria da nova estação de tratamento. Nela, um grupo de homens observa o maquinário instalado, e logo abaixo uma descrição que podemos caracterizar como uma forma síntese da imagem que se buscava atribuir ao significado do empreendimento que estava sendo feito do ponto de vista técnico e tecnológico: “As turbinas são o ‘coração’ de Sucupira.”:

²⁰⁰ UBERLÂNDIA fez a obra da Sucupira com os seus próprios recursos financeiros. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.081, ano 34, 10 jul. 1970, p.1

²⁰¹ Ibidem, p. 1



Figura 12: *Correio de Uberlândia*, 10 de julho/1970 ²⁰²

O que se esperava para a utilização desse espaço, para além do ponto de vista do aproveitamento dos recursos hídricos para a própria cidade, está também no que era visto como uma deficiência para que Uberlândia se tornasse uma região metropolitana independente: o turismo, ou seja, a possibilidade que a população pudesse usufruir dessas instalações. Porém, se condiciona e enfatiza o aproveitamento dos recursos de diversos matizes a partir da solução do problema da água, como forma de proporcionar infraestrutura para imprimir velocidade ao desenvolvimento industrial.

Essa leitura pode ser observada na matéria intitulada “Sucupira: a natureza fez a sua parte”.²⁰³ Aqui, são atribuídos valores religiosos ao valor de Sucupira: um local doado por Deus para a terra do governador mineiro Rondon Pacheco, cuja verdade foi descoberta pelo prefeito Renato de Freitas, ainda nem 5% explorada em seu potencial de recursos. O descaso de gestões anteriores da cidade é denunciado de forma indireta, em relação à insegurança e contaminação dessas águas que travavam o desenvolvimento da cidade.

Mas, esse cenário começava a mudar, e a presença da população nas instalações do DMAE e na cachoeira é enaltecida: “Nas domingueiras, centenas de carros correm de manhã cedinho repleto de garotos, garotas, a família inteira, em busca da beleza há pouco tempo insistentemente escondida por alguns, de Sucupira.”²⁰⁴ Tomava maior forma o “clube de povo”.

²⁰² Como descrição completa da fotografia, consta: “As TURBINAS - Neste flagrante de J. William as turbinas gigantescas de Sucupira. Testadas, postas a funcionar, deram o verdadeiro rendimento esperado. As turbinas são o ‘coração’ de Sucupira.” In: UBERLÂNDIA fez a obra da Sucupira com os seus próprios recursos financeiros. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.081, ano 34, 10 jul. 1970, p.1

²⁰³ SUCUPIRA: a natureza fez a sua parte *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.084, ano 34, 16 jul. 1970, p.5

²⁰⁴ Ibidem, p. 5

Esse entrave da ausência de estrutura começava a ser superado diante da perspectiva que o jornal buscava contribuir de novos empreendimentos empresariais como zoológicos, parques, hotéis e clubes, que começam a ser estimulados nessas reportagens, para que a cidade incorporasse o novo ritmo metropolitano que se abria como possibilidade nas projeções de desenvolvimento da “década da industrialização”. A seção de Turismo do jornal indicava: naquele “Ano 70”, Uberlândia já não era mais apenas a “cidade-jardim”, era também a cidade Universitária, era a pequena metrópole com serviço de captação e tratamento de águas supermoderno para viabilizar o avanço comercial e industrial, era dos belos clubes urbanos e campestres, do hipódromo, das feiras da indústria.²⁰⁵

O anúncio público da inauguração oficial da “obra do século do Triângulo Mineiro”²⁰⁶ é feita para o dia 28 de agosto de 1970, no mesmo dia da 11ª Feira Nacional da Indústria de Uberlândia (FENIUB), e aproximando-se do aniversário e das comemorações feitas no município para essa ocasião:



Figura 13: Correio de Uberlândia, 30 jul. 1968 ²⁰⁷

É recorrente a imagem de que a história do desenvolvimento consistiu em uma batalha a ser vencida, superada em nome do progresso. Essa “batalha da água”, frente à sua escassez, a poluição humana e contaminação de verminoses e parasitoses (ameba, giárdia,

²⁰⁵ UBERLÂNDIA: ano 70. Seção suplemento Turismo. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.089, ano 34, 25 jul. 1970, p.1

²⁰⁶ INAUGURAÇÃO de Sucupira fixada para 28 de agosto. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.092, ano 34, 30 jul. 1970, p.1

²⁰⁷ Ibidem, p. 1

estrongiloidíase), encontrava um marco divisor com a ETA Sucupira, agora pura, filtrada, clorada e fluoretada - higienizada aos serviços da cidade. A seção “Opinião” do jornal sublinhava o papel dos responsáveis, para além de Renato de Freitas, de José Pereira Espíndola (parte técnica), e Samuel Vital Ferreira, diretor do DMAE:

Uberlândia entra na *era do consumo da água puríssima* de Sucupira. A população tem tido inúmeras oportunidades de visitar o local, bem próximo da cidade e ver a grandiosidade daquele local. *De um lado a mão divina*, na beleza do véu de noivo da cachoeira, no verde das matas, no pitoresco do local. *De outro a capacidade realizadora do homem*, no monumental edifício da ETA, *no volume fabuloso de água represado, nas obras de arte estética a valorizar ainda mais o grande complexo químico-industrial* que resultará no nosso abastecimento de água.

Tudo realizado com precisão, tudo realizado dentro do *moderno conceito operacional*. O município economizando milhões na *obra milionária por natureza*, através da fábrica de tubos de aço que a Prefeitura montou na Cidade-Jardim. A inteligência dos técnicos uberlandenses realizando a obra destinada a perpetuar uma administração e servir de exemplo às gerações.

[...] *Sucupira é a própria Uberlândia*, feita à custa de seus próprios recursos, apenas esquematizada na *arrancada soberba de progresso!* [grifos nossos]²⁰⁸

Este fragmento é bastante significativo para o que estamos buscando argumentar, retomando as discussões teóricas feitas nos capítulos anteriores sobre os conceitos de paisagem e território, e o discurso da racionalidade técnica. Essa nova “era do consumo de água” pura é pensada como um marco divisor, dentro de uma visão progressiva da história de crescimento/desenvolvimento de Uberlândia.

Temos uma construção discursiva que associa e contrapõe uma natureza personificada, de origem divina e que cumpre papel como cenário (de beleza cristalina, com seu véu de noiva e aparência pitoresca), à capacidade interventora/realizadora humana. Há essa relação que conjuga os termos de uma linguagem poética sobre a natureza, e termos técnicos que descrevem a intervenção, de um belo contemplativo que se torna também útil, pois agora transformado em infraestrutura e obra de arte. A natureza bruta é transformada, reificada e estetizada enquanto se glorifica a intervenção humana - técnica e criadora.

Nesse sentido, o “moderno conceito operacional”, a técnica moderna e racional, opera um universo de ferramentas que colocam a sociedade em uma nova lógica de relação com o próprio território, intervindo nessa paisagem, que é produto de relações sociais e ecológicas, a partir de uma visão que coloca o mundo biofísico reduzido à forma de estoque, de recurso

²⁰⁸ ENFIM, a Vitória! *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.095, ano 34, 04 ago. 1970, p.3

disponível, em uma relação instrumental. Mas também de uma paisagem carregada de significados que vão sendo preenchidos nas interações culturais e políticas.

Nesse discurso de progresso, a realização da obra “milionária por natureza”, além do sentido financeiro-econômico imediato, ganha legitimação, ou seja, pela sua necessidade histórica dentro dessa lógica (resolver o problema da água), e pelo saber especializado dos engenheiros que a projetaram. A escolha política que orientou essas ações fica mais evidente no sentido da ousadia que essas pessoas tiveram ao colocar o plano em execução,

Mas, diante dessa intenção, opera um modo político de estabelecer uma relação com o território que é de domínio exploratório do mundo biofísico, que não é única, nem neutra, nem fruto de decisões puramente operacionais. Visto dessa forma, torna-se uma obra em que tenta se apresentar como destinada a perpetuar a administração municipal, ou seja, a água e a paisagem como elementos a partir dos quais se elabora uma propaganda política. Sucupira acaba se tornando um elemento símbolo dessa propaganda, sendo inserida nesse discurso que contribui para conformar essa relação da cidade e da sociedade com esse território.

A redação do texto também sugere uma relação de identidade entre a cidade e sua natureza, cristalizada no potencial da imagem de Sucupira, em que Uberlândia se afirma, dado que feito por “seus” próprios recursos, tanto financeiros como “humanos”, na figura dos técnicos especialmente, e os operários em bem menor grau. Aqui, represar e canalizar o rio se torna algo monumental, apesar de qualquer intervenção em seus ciclos hidrológicos, ou nas formas ecológicas que ali estavam anteriormente. As águas, agora sim puras, apenas depois de tratadas e acrescidas de novos elementos e substâncias, não mais “naturais”, mas como resultado de processos industriais.

Assim, a construção histórica desse discurso sobre o significado profundo da realização dessa obra instrumentaliza as características topográficas daquele espaço para legitimar essa forma de intervenção, que é também uma forma de privatização desse território e de uma nova forma de apropriação sobre os chamados recursos hídricos.

Avançando no tempo sobre a abordagem do jornal sobre esses temas, é relatado que na Avenida Afonso Pena, para o dia 28 de agosto de 1970, com a presença de figuras influentes na política nacional, como o ex-governador Magalhães Pinto, governador de Goiás Leonino Caiado, deputados Gustavo Capanema, Valdir Melgaço, Homero Santos, Rondon Pacheco, dentre outros, não listados, que se anuncia a inauguração oficial, com uma nova demonstração

pública com os registros abertos, para que as águas pudessem escoar pelo asfalto.²⁰⁹ A ênfase na repetição dessa forma de cerimônia, da abertura das torneiras, cuja forma de espetáculo já teria sido criticada pelo jornal há duas décadas²¹⁰, reforça a ideia de abundância, de celebração pública, na direção do elogio (ainda que atravessada por críticas pontuais) que a linha editorial do jornal adotou nesses momentos diante da figura de Renato de Freitas.

Constantemente citado, o prefeito era associada à descoberta do potencial natural da cidade, em seu espírito audacioso de desbravador metropolitano, que não só teria enfrentado os opositores descrentes, mas também valorizado a mão de obra local e, por amor à causa pública, capaz de vencer a maratona para “[...] edificar o conjunto que dará solidez necessária que exige a implantação de um parque industrial no município”, e, munido de novas ideias e métodos administrativos para essa “[...] terra que virou cidade graças a um trabalho exaustivo de sua gente, deixar de ser aldeia no terreno da política e da administração”.²¹¹

Na edição de 30 de agosto, no Suplemento de Turismo editado por Jacy Silva, encontramos uma descrição que acrescenta mais aspectos da visão que se construía a respeito do significado de Sucupira para a cidade, acompanhadas de algumas fotografias:

²⁰⁹ SUCUPIRA é o poder de realização do povo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.098, ano 34, 27 ago. 1970, p.1

²¹⁰ Lembramos a crítica feita ao prefeito Tubal Vilela, na década de 1950, citada no capítulo 2, em relação a essa forma de exibição em na via pública.

²¹¹ NÃO bastava existir Sucupira: era preciso um prefeito audacioso para descobri-la de todo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p.1



Figura 14: *Correio de Uberlândia*, 30 ago. 1970 ²¹²



Figura 15: *Correio de Uberlândia*, 30 ago. 1970 ²¹³



Figura 16: *Correio de Uberlândia*, 30 ago. 1970 ²¹⁴

²¹² Legenda: Suplemento Turismo - Casal se abraça, voltados para a queda d'água da cachoeira de Sucupira, e de costas para a visão do fotógrafo, acompanhada da manchete "Sucupira: muita beleza turística e grande potencial de energia". SILVA, Jacy (Ed.). Suplemento Turismo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p.1

²¹³ Legenda: Suplemento Turismo: "Todas as promoções colegiais têm recebido do Prefeito Renato de Freitas total apoio. E os mestres, alunos sempre escolhem Sucupira para as reuniões de confraternização. O deputado Valdir Melgaço é um dos parlamentares que tem divulgado bastante, também o que vale e que significa o potencial de Sucupira para o progresso de Uberlândia.". SILVA, Jacy (Ed.). Suplemento Turismo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p. 2

²¹⁴ Legenda: Suplemento Turismo: "Mocidade alegre descontraída tornou Sucupira ponto obrigatório de encontro. Churrascadas, 'pic-nics', subidas à 'Casa de Química', excursões pelas dependências da Obra do Século, etc, são quadros alegres nos fins de semana sucupira. E você? Seus familiares? Que tal ir a Sucupira no próximo 'week-end' para comprovar o que estamos falando?". SILVA, Jacy (Ed.). Suplemento Turismo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p. 2



Figura 17: Correio de Uberlândia, 30 ago. 1970 ²¹⁵



Figura 18: Correio de Uberlândia, 30 ago. 1970 ²¹⁶



Figura 19: Correio de Uberlândia, 30 ago. 1970 ²¹⁷

²¹⁵ Legenda: Suplemento Turismo: “As domingueiras na Sucupira são ‘quentes’. Nunca falta um violão ou garotas bonitas que saibam entoar canções de Roberto Carlos a Joubert. E a turma sempre animada nem vê o dia passar nestes momentos alegres que tem, muitas vezes, como pano de fundo a cachoeira sorridente.”. SILVA, Jacy (Ed.). Suplemento Turismo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p.3

²¹⁶ Legenda: Suplemento Turismo: “Grupo de mulheres e homens, diante de uma mesa com bebidas, cantando e tocando instrumentos na localidade da cachoeira de Sucupira.” SILVA, Jacy (Ed.). Suplemento Turismo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p. 3

²¹⁷ Legenda: Suplemento Turismo: O DMAE ergueu um pequeno restaurante na Sucupira para atender a todos aqueles que demandam o belo recanto turístico de “cidade-jardim”. Como a maioria gosta de fazer suas refeições livremente, o restaurante nunca fica sobrecarregado e atende a todo mundo eficientemente.” SILVA, Jacy (Ed.). Suplemento Turismo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p. 3

Os fatores que podemos apontar sobre as informações veiculadas no dossiê de Turismo dessa edição estão relacionados ao que temos tentado argumentar como o conteúdo social que se atribui a esse território, ou seja, para além da dimensão econômica dentro do projeto de progresso, se coloca outras dimensões sociais e culturais. Nesse sentido, partindo logo da fotografia de capa, a beleza turística é valorizada, reforçada pela imagem de um casal se abraçando (natureza como um cenário de interações humanas), ao passo que o potencial energético é revelado logo pela manchete em seu interesse econômico, o que pressupõe a transformação técnica daquele local (captação, represamento, canalização, etc).

Ao retratar as comemorações das obras e do novo “clube do povo”, há uma preocupação de enfatizar o bom aproveitamento do terreno, dos recursos, e das potencialidades futuras do local: “As obras do DMAE na Sucupira em nada prejudicaram a grande beleza da cachoeira e de outros planos. Até - é bom que se diga - houve uma tomada de medidas na defesa do próprio monumento da natureza. E as águas continuam a cair espumando de satisfação!”²¹⁸.

A “cachoeira sorridente”, que “espuma de satisfação”, novamente retrata essa intenção de personificar o rio, como se este fizesse parte do projeto de intervenção humana, que o coloca dentro do projeto de progresso, em que o “momento da natureza”, dela como lazer, se torna símbolo, enquanto seu entorno, sua materialidade, são alteradas para receber com eficiência e estrutura (havia a expectativa de instalação de restaurantes, espaços de celebração, passeios, colônias, transporte de acesso, presença de personalidades políticas de destaque, a visita aberta e guiada na casa das máquinas e das turbinas nas instalações da Estação), frequentada por “gente prafrentex”, à frente de seu tempo²¹⁹. As pessoas que até ali se dirigem, ocupando aqueles espaços, em que Sucupira é vinculada ao discurso do desenvolvimento da cidade de Uberlândia, “feita graças ao idealismo de um povo sempre voltado para as grandes obras de interesse coletivo.”²²⁰

A edição do suplemento de turismo abre espaço para declarações do diretor do DMAE. Samuel Vital faz referência à oposição que representantes do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) e da Companhia Mineira de Água e Esgoto (COMAG) fizeram ao

²¹⁸ SILVA, Jacy (Ed.). Suplemento Turismo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p.3

²¹⁹ GENTE prafrentex faz da Sucupira a esticada dos fins de semana. Seção Suplemento Turismo. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p. 2

²²⁰ SUCUPIRA: muita beleza turística e grande potencial de energia. Seção Suplemento Turismo. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p.1

projeto de captação a partir de Sucupira, criticando duramente o projeto por uma suposta inviabilidade técnica, considerando, nas palavras do diretor do DMAE selecionadas na entrevista, como um absurdo, uma bobagem de leigos. Coube à Associação Comercial de Uberlândia (Aciub) encampar, junto a Renato de Freitas, a “Batalha da Água”²²¹.

O projeto de Sucupira é apresentado como uma resposta à zombaria, pois teria economizado uma elevada margem de recursos e com finanças próprias, feita em pouco tempo em comparação a obras dessa estatura (de previsões para 15 anos, para 2 anos), com mão de obra e material em grande medida oriundos da própria cidade, como as turbinas, a fabricação das tubulações e das bombas de recalque (à cargo da empresa HEPFEL), além do uso de revestimentos nos reservatórios à base de resina *epoxy* (de elevada durabilidade e resistência nos padrões da época), o que a colocava na “vanguarda da América Latina”. Essa imagem da autonomia, da economia e da ousadia local é incorporada na imagem de José Espíndola, que teria começado a dar esse exemplo utilizando de uma “patrola velha e um eixo de navio” para iniciar a fábrica de tubos do DMAE.²²²

O argumento da economia era bastante enfatizado. De um orçamento de 8 bilhões de cruzeiros para fabricação dos tubos em São Paulo, a firma local fez em 3 bilhões; de 1 bilhão e 200 milhões de empreiteiras para assentamento da tubulação, o DMAE realizou com 100 milhões; de 345 milhões de cruzeiros para fabricar 23 comportas em São Paulo, o DMAE fez em 57 milhões e 500 mil, além de uma economia mensal de 5 milhões de cruzeiros de energia elétrica devido ao modo de organizar as bombas de acordo com o relevo no projeto.²²³

A fotografia exposta ao lado da matéria sobre a econômica e “impossível” obra mostra, em trajes comuns e atrás do cenário da cachoeira, as figuras que, do ponto de vista político e técnico, influenciaram na viabilização desse projeto:

²²¹ DOS regos d'água à Sucupira: majestosa banhando Cidade Jardim com muita classe. Seção Suplemento Turismo. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p. 2

²²² COM patrola velha e eixo de navio Uberlândia começou a construção da monumental Sucupira. Seção Suplemento Turismo. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p. 3

²²³ 12 BILHÕES (apenas) ergueram a obra impossível: Sucupira! Seção Suplemento Turismo. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p. 4



Figura 20: Correio de Uberlândia, 30 ago. 1970 ²²⁴

3.4. Dinâmicas do urbano:

É possível apreender que a inauguração da ETA não resolve de imediato e por completo todos os problemas de abastecimento, assim como não acompanhou de forma equivalente o alcance em todos os bairros e regiões da cidade. Mas o jornal atua de modo a divulgar ações da prefeitura ao avançar a instalação dos canais de abastecimento ainda no período da gestão Renato de Freitas, como marca de seu governo, a partir de novembro de 1970: “o DMAE vai proporcionar água aos moradores das vilas ‘Saraiva’ e Roosevelt’, já tendo iniciado a perfuração das valetas por onde passará a tubulação que conduzirá a água de Sucupira, completando assim o ‘anel hidráulico’ da cidade.”²²⁵

O ano de 1971 se inicia com um período de estiagem que acende um alerta sobre a situação da agricultura do Triângulo Mineiro, o que levou agricultores e a representação do Sindicato Rural de Uberlândia a manifestarem-se com os governos municipal e estadual, inclusive buscando por medidas que garantissem o abastecimento interno da cidade. A falta de água colocou em situação de risco 70% das plantações e provocou uma quebra na capacidade de novas pastagens e o uso padrão das propriedades rurais, no trato com a criação de animais.²²⁶

²²⁴ Legenda: Renato de Freitas, ao centro, repousa a mão direita sobre José Pereira Spíndola. Também presentes os deputados Valdir Melgaço e Homero Santos, e o vereador Jeovah Abrahão. SILVA, Jacy (Ed.). Suplemento Turismo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p. 4

²²⁵ ANEL Hidráulico dará água para todos os bairros. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.160, ano 34, 27 nov. 1970, p.1

²²⁶ SITUAÇÃO da Lavoura é dramática: 70% destruída. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.205, ano 35, 14 fev. 1971, p. 1

O setor industrial se viu afetado também, inclusive com pressão pela possibilidade de paralisação das atividades de algumas fábricas da Cidade Industrial pela falta de água.²²⁷

A partir desse ano, a cidade de Uberlândia passa a receber novas instalações industriais ligadas a esse setor, como é o caso da Hidroeste Indústria e Comércio Ltda, e conectadas em sociedade com a empresa Construtora Centro Oeste Ltda e ao José Pereira Espíndola (engenheiro responsável pelas obras do DMAE e do município). Anunciada como inédita na região pelo jornal, prestou serviços no setor de planificação e execução de obras de captação e tratamento de água, eletrificação rural e urbana, usinas hidrelétricas, fabricação de equipamentos hidráulicos e elétricos, tubulações e revestimentos para a adutoras a base de Epóxi (mesma tecnologia utilizada em Sucupira), saneamento de águas pluviais e esgotos.²²⁸

Um exemplo que ajuda a demonstrar o que estamos analisando está na primeira visita oficial da gestão do prefeito Virgílio Galassi, realizada na Cidade Industrial, acompanhada de comitiva formada de assessores, vereadores, empresários e representantes da imprensa, rádio e televisão, precisamente sob a caixa d' água que viabilizou a instalação daquele empreendimento urbanizatório, cuja imagem buscava-se exaltar, não apenas como elemento que alavancou o desenvolvimento, mas também como ponto turístico.²²⁹ A notícia nos conta sobre as vantagens anunciadas pelo prefeito para empresários (como isenção de impostos, doação de terreno, e melhoramento da área com pavimentação, iluminação, água e esgoto), assim como as prioridades iniciais da gestão que se inicia: Cidade Industrial, pavimentação, saneamento, e a construção da praça Sérgio Pacheco.²³⁰

As obras de implantação de redes de distribuição de água na Vila Brasil eram sinalizadas como prioridade pelo DMAE, contando com a aceleração da “perfuração das valetas, contratando o serviço de muitos operários para sua execução e até utilizando retroescavadeiras que trabalham incessantemente” para fornecer água em abundância para toda a área da cidade, especialmente da Vila Brasil.²³¹

²²⁷ ÁGUA. Seção Feira-livre. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.195, ano 35, 26 jan. 1971, p. 3

²²⁸ HIDROESTE uma empresa inédita na região. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.199, ano 35, 04 fev. 1971, p. 1

²²⁹ TERRENO, água, luz e isenções para investidores industriais. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.203, ano 35, 11 fev. 1971, p. 1

²³⁰ ÁGUA para Cidade Industrial em caráter de prioridade. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.203, ano 35, 11 fev. 1971, p. 1

²³¹ DMAE implanta rêsdes de água: Vila Brasil. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.284, ano 34, 09 jul. 1971, p.1

A nova diretoria do DMAE, ocupada por Benigno Ferreira Sobrinho e Milton Fernandes Carneiro, durante a gestão Virgílio Galassi, a partir de 1971, dava continuidade ao processo de, em seus posicionamentos públicos, enfatizar os baixos custos e as medidas de modernização dos métodos de trabalho, e reforma das estruturas funcional, administrativa, financeira e orçamentária do departamento, em entrevistas concedidas ao jornal. Bairros que ainda utilizavam água de cisternas passaram já a receber as águas de Sucupira, como foi o caso das vilas Tibery, Santa Mônica, Roosevelt, Cazeca, narrados como um “presente da administração municipal àqueles bairros”. A instalação das adutoras e tubulações produzidas pelo DMAE avançavam também pelas regiões do aeroporto e Cidade Industrial, e da rua Benjamin Constant à av. Cesário Alvim.²³²

Aspectos como a quantidade insuficiente de água para a população e para as indústrias, o que era apontado como elemento causador de diversos prejuízos econômicos, apareciam de forma recorrente, o que mostra como esse não foi um processo linear. O jornal posicionava-se para informar sobre os estudos realizados pelo DMAE para canalizar e abastecer regiões que frequentemente passavam por esse problema (como Vila Brasil e a Vila Roosevelt quase sempre citadas), mas agora com as águas de Sucupira. Mas a redação das notícias também chamava atenção, de forma geral, da autarquia e da prefeitura para os “demais bairros” não devidamente abastecidos.²³³

A expansão da infraestrutura de fornecimento de água era acompanhada por mudanças na própria dinâmica interna da autarquia, em que se buscou destacar o empenho da eficiência (na relação com cobrança das taxas, no controle de dívidas, assim como o fortalecimento da estrutura administrativa e a distribuição de competências internas dos servidores). Podemos observar as características que compõem a forma como a notícia retrata o início das atividades de Benigno Ferreira Sobrinho, na primeira metade de 1971:

Acredita, como bom administrador que é, que o DMAE virá a alcançar sua plena estruturação. E não deixa por menos, ao falar sobre *o sistema de tributação e recebimento, que será feito por computadores*. Na parede de sua sala de trabalho, Benigno Ferreira tem o resultado de um intenso trabalho. Durante vários meses, coletou informações e conseguiu o que pretendia: um mapa de Uberlândia, com o *cadastramento socioeconômico* por regiões urbanas. Será esse *o ponto de partida para uma tributação justa*. Com a

²³² DMAE canaliza água para três bairros. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.352, ano 34, 05 nov. 1971, p.1

²³³ ÁGUA de Sucupira vai chegar até a Roosevelt. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.212, ano 35, 26 fev. 1971, p.1

aprovação de seu anteprojeto, transformado em lei, e com o Regimento Interno do DMAE, *a autarquia poderá marchar rapidamente para a sua efetiva funcionabilidade, dentro de uma racionalização.*²³⁴

Diante da permanência de problemas de abastecimento, agitados pela imprensa e por parte da população como uma “crise de água”, o jornal abre espaço para as falas do diretor, que coloca-se no papel de apresentar a instituição como elemento legítimo para esclarecimentos e fonte de informações verdadeiras sobre a real causa de eventuais problemas relacionados ao abastecimento, e que, apesar da estiagem que inaugurara aquele ano, e que movimentou preocupações nos setores industrial e ruralista²³⁵, já existiam planejadas as medidas que pudessem evitar qualquer crise mais profunda, e que contava com uma equipe naquele momento de 255 funcionários, entre a diretoria, serviço burocrático, técnicos, e trabalhadores.²³⁶

Associado a esse cenário, as etapas de construção da avenida São Pedro avançavam. O plano consistia em conectar a Estação Ferroviária da Cia. Mogiana ao Praia Clube, possibilitando também acesso à BR-050, sendo a via estimada para um total de quase 7 km de extensão, e 50 metros de largura, construída sobre a canalização do córrego, feita no sistema de galerias²³⁷. A mudança de nome da avenida para Rondon Pacheco já se tornava algo evidenciado, em homenagem “ao mais ilustre filho desta cidade”, contornando quase toda a cidade, sobre o leito canalizado do córrego.²³⁸

²³⁴ DMAE: uma autarquia que busca estrutura. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.285, ano 35, 11 jul. 1971, p.1

²³⁵ SITUAÇÃO da Lavoura é dramática: 70% destruída. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.205, ano 35, 14 fev. 1971, p.1

²³⁶ DMAE seguirá a meta do prefeito Virgílio Galassi. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.316, ano 35, 03 set. 1971, p.1

²³⁷ UMA avenida sobre o Córrego São Pedro. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.212, ano 35, 02 mar., 1971, p.1

²³⁸ AVENIDA Rondon Pacheco. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.285, ano 35, 24 dez. 1971, p.1



Figura 21: “Avenida Rondon Pacheco”, 24 dez./1971 ²³⁹

A gestão apontava 165 quilômetros de redes de distribuição de água, em um total de 250 quilômetros existentes na cidade, representando o dobro do que foi feito em gestões anteriores em apenas um ano de governo de Virgílio Galassi, e ainda com projeções de expandir a rede por mais 85 quilômetros para concluir a etapa de expandir a distribuição de água de Sucupira para todos os setores da cidade.²⁴⁰

Além da conclusão da adutora da Vila Tibery e ampliação da infraestrutura da Av. Fernando Vilela, na Vila Martins, dentre outros projetos que avançavam, como a de uma eclusa próximo ao Praia Clube, transformando um trecho de 5km do Rio Uberabinha em navegável, até o clube Itororó Caça e Pesca.

As notícias sobre as ações de Virgílio Galassi muitas vezes se concentravam em divulgar as movimentações em relação às obras de saneamento (expansão da estrutura do anel hidráulico, retomar a canalização dos córregos Tabocas, Lagoinha e Cajubá), como abordado em matéria sobre empréstimo de 5 milhões solicitado ao governo do Estado de Minas Gerais para investimentos nesse setor, na mesma direção do que era apontado por Rondon Pacheco como prioridades de seu governo, além do tema da eletrificação, no programa de desenvolvimento econômico e social.²⁴¹

²³⁹ AVENIDA Rondon Pacheco. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.285, ano 35, 24 dez. 1971, p.1

²⁴⁰ 165 kms. de redes de água em Uberlândia. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.418, ano 36, 29 fev. 1972, p.1

²⁴¹ RONDON autorizou empréstimo para a prefeitura. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.816, ano 36, 12 ago. 1972, p.1

3.5. Indícios de embates:

Próximo do fim do primeiro ano de gestão de Galassi, começam a surgir comentários mais específicos sobre a questão dos hidrômetros, que indicam uma primeira oscilação no posicionamento do jornal sobre o tema, no mesmo momento em que ocorria a pressão da Câmara Municipal sobre as atividades da autarquia da prefeitura e a administração de Milton Fernandes:

Está sendo tramada por trás dos bastidores a colocação de hidrômetros na cidade, o que invalidará a existência de Sucupira com sua água abundante. Por êsses aparelhos, o consumidor terá direito a ínfima cota de água que, superada, acarretará violenta despesa.²⁴²

Outras manifestações, nas edições dos dias seguintes:

Mais um absurdo está sendo tramado contra o povo de Uberlândia, a colocação de hidrômetros para racionar o consumo de água, tornando, também, o líquido proibitivo nos lares menos afortunados. É incrível que tal aconteça na cidade que ostenta a fartura de água sucupiral.²⁴³
A nova agressão ao indefeso povo de Uberlândia, a colocação de hidrômetros nas casas, para obrigar um racionamento forçado, parece que vem mesmo. Os lares vão viver a época do racionamento. E isto vai acontecer na cidade que tem Sucupira. Não dá para entender.²⁴⁴

Essas manifestações surgem no momento em que vereadores, descritos pela redação do jornal como de oposição, após uma série de acusações sobre problemas na gestão do DMAE, discutem na Câmara Municipal por pressionar a instalação de um inquérito para investigar questões relacionadas a cobranças e multas supostamente indevidas (por ligações de água irregulares, fornecimento de água para vizinhos, cortes de abastecimento), falhas na colocação de água canalizada na Vila Saraiva e adjacências. Na fala do diretor da autarquia publicada pelo jornal, quando presente na Câmara para esses esclarecimentos, e também em coletiva de imprensa no dia 19 de novembro de 1971, além de destacar o empenho da autarquia em realizar a investigação, e responder posteriormente às acusações sobre esses indícios de irregularidades, há um destaque sobre o tema dos hidrômetros:

Afirmou o sr. Milton Fernandes que o hidrômetro é uma *medida humanizante* para a cidade de Uberlândia, pois irá estabelecer uma *justiça social no pagamento das taxas de água*. Não é justo, disse ele, que as residências de

²⁴² HIDRÔMETRO. Seção Feira-livre. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.357, ano 35, 14 nov. 1971, p.3

²⁴³ HIDRÔMETROS. Seção Feira-livre. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.361, ano 35, 18 nov. 1971, p.3

²⁴⁴ HIDRÔMETROS. Seção Feira-livre. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.364, ano 35, 21 nov. 1971, p.3

luxo paguem igual as residências modestas. Disse ainda que "Uberlândia é uma cidade que tem o *consumo per capita de água dos mais elevados* do país. Atingiu 440 litros/dia. Em outras cidades das proporções de Uberlândia e maiores alcançam um índice de 180 a 220 litros/dia por pessoa." Acrescentou a essa informação que isso se deve a existência de hidrômetros.

Com a instalação dos hidrômetros em Uberlândia, o consumo, segundo cálculos do setor técnico do DMAE, cairá de 28 mil litros cúbicos para 14 mil metros cúbicos/dia, o que daria condições de abastecimento a Estação de *Sucupira e ao caudal do Rio Uberabinha que hoje se tornou deficiente* dado ao consumo desenfreado de água pela população.

Acrescentou à sua explanação que o que se pretende com os hidrômetros é o *contrôle do consumo de água*, dentro do necessário para cada residência.²⁴⁵ [grifos nossos]

A fatura "sucupiral" é mobilizada aqui enquanto parte dessa propaganda. A medida técnica, ou seja, o cálculo, a medição do gasto, converte-se na natureza (corpos d'água) em recurso calculável, medido, incorporado em valor econômico pelas novas obras de infraestrutura, tanto pelo seu uso/consumo imediato, quanto pela potencialidade que esse aparato passa a representar para novas cadeias de produção, e expansão urbana e demográfica, por exemplo.

É possível perceber que há uma intencionalidade de regulação dos hábitos da população, que supostamente consome demais. Mas, esses apelos são endereçados a camadas sociais específicas, visto que os índices que consumo em litros por pessoa, veiculados dessa forma, ocultam as proporções reais de absorção desse recurso. O posicionamento parece ter como objetivo persuadir as pessoas chamando atenção para esse recorte específico do problema, em que a partir do contraste dos números de consumo gerais da cidade com o de outras cidades semelhantes, o uso aparece como generalizado e compartilhado da mesma maneira e proporção entre todos.

Na direção do que temos argumentado até aqui, percebemos que o manejo da água mascara intenções outras, associadas a interesses políticos dos grupos que disputam eleitoralmente o governo do município, e também econômicos (dada a relevância para a atração dos setores empresariais), diluídos no discurso da concessão de direitos e serviços para a população comum, e apresentadas como ações em nome da humanização. Nesse sentido, a posição do jornal flerta entre a denúncia do desperdício, e dos aspectos da má gestão do DMAE diante dos problemas de abastecimento, e entre a convivência que normaliza esse modo de operar em relação ao aproveitamento urbano do rio, e, ainda que não seja intencional, deixando

²⁴⁵ ACUSAÇÕES feitas ao DMAE terão inquérito instaurado. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.363, ano 35, 20 nov. 1971, p. 7

escapar as contradições existentes nesse processo, em que a discussão sobre os hidrômetros, e sobre as taxas de consumo ainda estavam se colocando publicamente.

Por mais que o posicionamento do jornal começasse a se distanciar de algumas das declarações da direção do DMAE, podemos apreender a intenção do impresso em manter a veiculação de campanhas do que estava sendo proposto sobre a gestão da água, mantendo-se enquanto agente na arena de embates sobre esses processos. Por exemplo, em outra nota veiculada em nome de Milton Fernandes Carneiro, o departamento informava a população: enquanto na cidade de Uberaba o atraso do pagamento da taxa de água estava em 0,02%, segundo jornal local, Uberlândia atingia a marca superior a 40% de atraso²⁴⁶, evidenciando que existia uma certa dificuldade da gestão municipal em aplicar determinadas medidas de taxaço sobre os serviços de canalização e abastecimento de água, e também indícios, ainda que não seja possível extrair maiores conclusões sobre os motivos do atraso de pagamentos, de que havia algum grau de indisposição da população em relação às essa cobranças.

Após o fim do breve mandato de Galassi, retorna ao poder Renato de Freitas, elogiado pela sua “genialidade política”²⁴⁷ e reconhecido como uma liderança popular de relevo na trajetória da cidade, reavivando o legado pelas obras da ETA Sucupira, da Cidade Industrial, da mudança da estação da Cia Mogiana, dentre outros elementos. O assunto que havia ficado em suspenso no seu último mandato, apenas com aproximações a respeito dos hidrômetros, retorna a partir de anúncios para a concorrência para aquisição desses aparelhos. Diferente das firmes palavras enunciadas em oposição a uma medida como essa, a manchete sobre esse assunto, do dia 06 de setembro de 1973 declara:

Tinha que acontecer. Mais cedo ou mais tarde, a instalação dos hidrômetros teria que ser realidade. Esses medidores de água existem em todos os grandes centros e a cidade em fase de expansão obrigatoriamente teria que se enquadrar nessa modalidade. Achamos até justa a medida, pois o hidrômetro virá controlar o gasto do precioso líquido, fazendo com que os que mais gastarem, paguem o preço justo, como acontece com a energia elétrica.²⁴⁸

A forma de tratar essa questão gradativamente adquire outros contornos. A manchete principal da edição do dia 07 de março de 1974, que anuncia a campanha publicitária do DMAE

²⁴⁶ AVISO Departamento Municipal de Água e Esgoto. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.400, ano 35, 28 jan. 1972, p. 1

²⁴⁷ MELLO, João Edison de. Agentes da grandeza de Uberlândia. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.988, ano 37, 15 mar. 1973, p. 1

²⁴⁸ DMAE abre concorrência para instalação de hidrômetros. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.128, ano 37, 06 set. 1973, p. 1

sobre esse assunto, nos auxilia bastante a compreender algumas das dinâmicas envolvidas nesse processo. Em primeiro lugar, perceber o argumento principal vindo da gestão da autarquia municipal, que era controlar o consumo excessivo, dito como generalizado pela maioria das moradias em Uberlândia. Conforme o anúncio, veiculado a partir de um dos principais quadros técnicos da instituição, Samuel Vital Ferreira, a primeira etapa da instalação dos hidrômetros seria nas residências onde o consumo “[...] é bastante grande, principalmente aquelas onde existem piscinas, bem como nas casas comerciais e industriais, onde gasta-se muita água durante o dia.”²⁴⁹.

Já se observa neste momento uma diferença em relação ao que comumente se observa nas matérias sobre o assunto do consumo de água, onde o gasto doméstico era o tema de discussão, sem mencionar as outras formas de absorção desses recursos hídricos (como o comércio e a indústria, mas também a própria agricultura e agropecuária).

A nota sobre a campanha do DMAE publicada nessa edição segue explicando sobre a postura de severa fiscalização por parte dos trabalhadores da instituição a que estariam submetidos os cidadãos fora da primeira etapa de instalação dos hidrômetros, que estabelecia a aplicação de multas e a imediata e antecipada instalação do hidrômetro nas residências acusadas de desperdício. A cobrança da taxa, neste momento, somava Cr\$24,50 (24 cruzeiros e 50 centavos) para todo contribuinte, com direito à cota de consumo de 30 mil litros. O gasto excedente seria cobrado, onde houvesse instalado o aparelho, a uma taxa de 0,34 centavos de cruzeiro a cada fração de mil litros.²⁵⁰

A redação do jornal manifesta um posicionamento no trecho final da matéria, em concordância geral com processo, mas apontando uma contradição política: nas eleições do ano anterior, muitos partidários do prefeito Renato de Freitas sustentaram em campanhas que a instalação de hidrômetros não iria ocorrer, estratégia essa descrita como uma arma para ludibriar o eleitorado. Porém, nessa leitura, existia para a ala governista uma “válvula de escape” para esse discurso político e, ao analisar dessa forma, o jornal também deixa expressa sua visão sobre o significado desse momento para a cidade, demonstrando o que podemos perceber como uma brecha no apoio dado às ações da gestão municipal:

²⁴⁹ HIDRÔMETROS serão implantados ainda este mês. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.254, ano 38, 07 mar. 1974, p. 1

²⁵⁰ *Ibidem*, p. 1

Os hidrômetros serão instalados somente em residências de ricos e nas firmas comerciais e industriais. E tal acontecendo, talvez a justiça tão decantada agora não se justifica, uma vez que SOMOS IGUAIS PERANTE A LEI, pois ela não especifica ou seleciona abastados ou miseráveis e sim TODOS.²⁵¹

Apesar do tom dessa declaração, que coloca em questão, de forma interessada, o que implicava ser essa “justiça”, ao longo das edições seguintes, principalmente dos meses de março e abril, pequenas intervenções são inseridas no decorrer das páginas, posicionada muitas vezes entre as notícias e propagandas, com letras pequenas, como um comunicado sutil, com os seguintes dizeres, que envolvem o conteúdo que estava sendo propagado pelas campanhas do DMAE:

OS HIDRÔMETROS vão implantar um regime de verdadeira justiça no consumo de água. Quem gasta pouca água, paga pouco. Quem gasta muita água, paga mais um pouco...²⁵²

Com HIDRÔMETROS - você vai pagar a taxa mensal de Cr\$ 10,00 e tem uma cota de 30 mil litros.²⁵³

Com HIDRÔMETROS - você não vai desperdiçar água e nem deixar a torneira aberta ou pingando. Você vai usar a água que precisa e nada mais. Trinta mil litros por mês, serão suficientes para você não exceder a sua conta. Mas se isso acontecer, para cada fração (mil litros) excedentes, vai pagar apenas 0,34 centavos.²⁵⁴

30.000 litros da água por mês custam 10 cruzeiros. Você acha este preço alto?²⁵⁵

O apelo que se concentrava no clamor por “justiça”, associa o argumento do baixo custo, o que seria evidente, pelo pouco que se paga, até mesmo por quem consome mais, a uma cota mínima de água apresentada como bastante suficiente, de acordo com índices de gestão das águas de outros centros urbanos. As condições do controle eficiente do consumo eram sustentadas pelo alcance que a nova infraestrutura de captação atingia, e uma precificação adotada pelo departamento responsável pelo cuidado/gestão dos serviços de tratamento e distribuição da água.

3.6. Sucupira e as críticas ao DMAE como agenda política:

O que se seguiu nos últimos anos da gestão de Renato de Freitas foi um acirramento na forma como o *Correio de Uberlândia* manifestava suas críticas em relação ao governo, e em

²⁵¹ HIDRÔMETROS serão implantados ainda este mês. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.254, ano 38, 07 mar. 1974, p. 1

²⁵² OS HIDRÔMETROS. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.252, ano 38, 05 mar. 1974, p. 1

²⁵³ OS HIDRÔMETROS. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.256, ano 38, 09 mar. 1974, p. 3

²⁵⁴ OS HIDRÔMETROS. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.255, ano 38, 08 mar. 1974, p. 1

²⁵⁵ 30.000 litros da água. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.255, ano 38, 03 mar., 1974, p. 1

particular às ações da autarquia e à situação da ETA Sucupira. As declarações de insatisfação vinham de temas como a demora de reparação de valetas deixadas abertas em ocasião de ligações de água e de esgoto, e de buracos nas calçadas e asfaltos, sendo a autarquia apontada como uma “fábrica de buracos” pela cidade²⁵⁶, além dos corriqueiros problemas de abastecimento.

O ano de 1975 já se inicia com uma confrontação: a crítica ao aumento da taxa de cobrança autorizado pela prefeitura municipal, que passou a ser de Cr\$ 36,53, sinalizando um aumento de 50%, o que se mostrava necessário segundo diretoria do DMAE, tanto para ampliação dos serviços, quanto para lidar com a questão do desperdício da população com os “usos supérfluos” que oneram o tratamento²⁵⁷. Esse aumento foi apontado como uma coação feita aos consumidores para que optassem pelos hidrômetros, pois o uso das penas de água sem o controle acabaria por gerar taxas abusivas para as famílias da cidade, apesar do jornal enfatizar a concordância em relação ao dado de que o uberlandense gasta em média 450 litros de água por dia, quando a média de outras cidades era de 150 litros/dia, ainda que a notícia questione se o aumento da taxa foi feito pelo prefeito de fato objetivando a economia de água.²⁵⁸

Os problemas de abastecimento seguem avaliados como uma contradição para uma cidade do porte de Uberlândia, em que o argumento da eficiência técnica e da boa gestão apaziguadora, dialogando com o contexto militar e as medidas de crescimento forçado (e também de “saneamento político”) se combinam com as projeções de futuro a partir de um espaço privilegiado em sua topografia, de boas condições climáticas e estrutura de transporte (rodovias e ferrovias) e de comunicação:

Um município da categoria expansionista como o nosso, não pode ser administrado a não ser com ampla visão dos responsáveis, onde planos e metas devem superar vinganças e ódio, numa guerra política de há muito superada, porque o avanço tecnológico e a realidade brasileira dispensam perfeitamente os coronéis e os politiqueiros, para dar lugar ao equilíbrio e a

²⁵⁶ DMAE continua produzindo valetas em grande escala. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.366, ano 38, 21 jan. 1975, p. 1

²⁵⁷ PREFEITO foi quem autorizou o aumento no DMAE. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.385, ano 38, 19 fev. 1975, p. 1

²⁵⁸ PREFEITO está querendo instalar hidrômetro. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.405, ano 39, 19 mar. 1975, p. 1

execução de obras de infra-estrutura para sustentar o vertiginoso crescimento dos municípios e do próprio país.²⁵⁹

Ao procurarmos que razões são apontadas para a persistência desse problema naquele momento de meados de 1975, uma seca de meses que fez cair o nível do rio Uberabinha é identificada, causando ineficiência na capacidade de bombeamento das turbinas. Uma divergência política é apontada nesse episódio, contextualizada em uma notícia do jornal sobre a ausência de água na própria Câmara Municipal.

Diferente da gestão anterior de Virgílio Galassi, que lidou de uma forma vista como mais adequada com o problema da seca, ao utilizar motores movidos a energia elétrica para impulsionar a movimentação da água, assunto esse que virou tema de embate. O governo atual de Renato de Freitas decidiu por não utilizar esses motores, argumentando que de acordo com o projeto inicial de que Sucupira, não seria necessário esse aparato para pleno funcionamento, mas, segundo o jornal, essa atitude do prefeito foi feita para “prevalecer a sua vaidade”²⁶⁰.

Apesar da ênfase, tanto no discurso da redação, quanto nas declarações oficiais da gestão municipal e do DMAE, repetidas vezes se concentram apenas no uso cotidiano da população, ou seja, no seu desperdício, em alguns momentos, como já destacado, o uso comercial e industrial entra no cenário, deixando escapar nesses posicionamentos a desproporção que existe no consumo da água, e também o que podemos identificar como uma desproporção na abordagem que o jornal faz sobre os sujeitos envolvidos nessa dinâmica.

Em entrevista de José Espíndola, ao confirmar a necessidade de motores para melhor funcionamento de Sucupira, a redação do jornal completa: “Exatamente na época da seca, é que a cidade consome mais água, e do abastecimento normal, vinte por cento, é consumido por um só frigorífico e outros quinze por cento pelas novas indústrias instaladas no município.”²⁶¹

As críticas não vinham apenas em forma de posicionamento da redação do jornal. Falas de moradores também eram veiculadas, reforçando o embate político: “A solução da água até o ano 2.000 foi uma das promessas que fez toda uma família votar no atual prefeito. Mas,

²⁵⁹ POVO ainda reclama contra a falta de água. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.511, ano 39, 23/24 ago. 1975, p. 1

²⁶⁰ FALTOU água até na Câmara Municipal. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.510, ano 39, 22 ago. 1975, p. 1

²⁶¹ VICE-PREFEITO explica sobre a falta de água e confirma que Sucupira precisa de motores. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.516, ano 39, 30/31 ago. 1975, p. 1

segundo a dona de casa, ‘desta vez se ele pedir um voto, vai levar até cascudo’.”²⁶² A propaganda feita em torno de Sucupira (como já mostramos aqui, encampada com grande otimismo pelo próprio jornal), torna-se tema de piada, segundo alguns moradores entrevistados:

Quando a propaganda saiu: SUCUPIRA, ÁGUA ATÉ O ANO DOIS MIL, muitos acreditaram, mas com o passar do tempo, a “fé” de muitos foi decrescendo. Hoje todos já afirmam: SUCUPIRA, ÁGUA SÓ NO ANO DOIS MIL”. Isto porque em grande parte da cidade o precioso líquido deixou de existir. No mercado Municipal está a prova incontestada dessa afirmativa popular. Nos bairros então, a crise aumenta.²⁶³

Um programa chamado “Sucupira Volante”, criado pelo DMAE para enfrentar as irregularidades de abastecimento utilizando caminhões tanque, apelidados pela população de “Sucupira 2 mil”²⁶⁴, é criticado diante da lentidão em que o prefeito Renato de Freitas, “dono do empreendimento, deixou que ele fracassasse porque não quis acreditar na realidade ou pensou que Sucupira funcionaria na seca sem a presença de motores acionados por energia elétrica”.²⁶⁵

A temperatura das discussões políticas em torno desse tema ficam mais intensas na ocasião de lançamento de uma portaria (nº 69 de 08 de setembro de 1975) que, diagnosticada a baixa vazão do Rio Uberabinha (2.600 litros por segundo), tornando inviável o abastecimento normal por Sucupira, calculada de acordo com uma vazão mínima de 4.000 litros no período de estiagem, resolvia por proibir lavagem de veículos fora de postos de gasolina, de passeios e quintais domésticos, e lavagem de ruas, sob punição de multa equivalente a 25% do salário mínimo, e corte de água, de acordo com legislação vigente desde 1971, além da imposição de racionamento em diversas áreas.²⁶⁶

A recepção, de acordo com o jornal, foi percebida como uma afronta, como promoção de ameaça, e que poderia gerar revolta e cisão entre consumidores e o órgão público, e também desmoralização de Sucupira. O tom inicial da crítica era de alerta ao DMAE, convidando a

²⁶² B. TABAJARA está sem água e Prefeitura não diz nada. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.282, ano 38, 12 set. 1974, p. 1

²⁶³ SUCUPIRA não está dando conta do recado. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.282, ano 39, 13 mar. 1975, p. 1

²⁶⁴ ÁGUA continua faltando no centro da cidade e em alguns bairros. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.523, ano 39, 10 set. 1975, p. 1

²⁶⁵ Idem, ibidem.

²⁶⁶ DEPARTAMENTO Municipal de Água e Esgoto. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.526, ano 39, 13/14 set. 1975, p. 1

autarquia para que tratasse da questão com diplomacia, criando antes conscientização na população sobre a economia de água.²⁶⁷

Porém, a enunciação toma outro rumo, mais firme ao apontar uma contradição, defendendo que: a instituição sacrifica o consumidor com cortes, taxas e multas pesadas, mas nada ocorre quando a autarquia não cumpre com suas responsabilidades de abastecimento, impactando diversos prejuízos para pessoas e empresas, pressionando por atitudes da Câmara Municipal.²⁶⁸ Enquanto estratégia discursiva, a notícia diz que a falta de água aumenta a arrecadação financeira da autarquia municipal, e apelam também para o exagero dramático ao longo do texto, ao comparar com contextos históricos violentos:

O povo quer é água nas torneiras e não atitudes fachistas ou nazistas. O tempo do mando do senhor já acabou com as flores distribuídas pela princesa Izabel, na abolição dos escravos. Ninguém aqui em Uberlândia pode ter no DMAE o senhor de todas as coisas, inclusive de medidas abusivas, como as multas que nada resolvem [...]²⁶⁹

A abordagem feita sobre essas práticas de penalização adotadas contra quem fosse enquadrado pela fiscalização por desperdício, mostram o esforço da redação em apontar que o departamento não estava atuando em seu papel de garantidor do abastecimento, com um modo de operar que parecia mais como um fiscal punitivo, dada a aplicação de multas e notificações. Além disso, toda a propaganda (feita também pelo próprio jornal) enganou a população com as promessas de abundância para o futuro:

Se arrependimento matasse, aqueles que, eufóricos com a SUCUPIRA ANO 2000, resolveram fechar suas cisternas, teriam morrido há muito tempo, mormente quando suas esposas apresentam a notificação do DMAE. Quando da inauguração da famosa Sucupira, o uberlandense acreditou que o problema de água estava solucionado e por isso *todo mundo resolveu ficar na dependência da distribuição do precioso líquido pelo DMAE*, cuja missão era cobrar o gasto da água, mas como não tem água para fazer face às suas despesas, resolveu transformar fornecimento em multa, valendo-se de um decreto que também foi feito já prevendo o fracasso do sistema. Como está na cara que *não existe água em Sucupira para suprir a necessidade do atual desenvolvimento, principalmente o industrial*, sugerimos àqueles que querem ficar livres da sanha devoradora de cruzeiros do DMAE, *que abram cisternas em suas propriedades e assim poderão ter passeios limpos, água à vontade*,

²⁶⁷ POVO critica portaria do DMAE, que é imprópria para os dias de hoje. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.529, ano 39, 17 set. 1975, p. 1

²⁶⁸ TESE do diretor do DMAE foi apresentada na Câmara Municipal. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.540, ano 39, 03 out. 1975, p. 1

²⁶⁹ FALTA de água na cidade melhora a arrecadação do DMAE. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.537, ano 39, 30 set. 1975, p. 1

limpeza do jardim e água para as plantas ficarem vivas embelezando a vida, agora atordoada pelo poder municipal [...].²⁷⁰

Chegando a inverter a lógica modernizadora, a notícia defende o que era descrito como formas atrasadas de se obter água, como as cisternas, incompatíveis com o progresso da “metrópole do Triângulo”, como forma de enfatizar a gravidade do que ocorria na cidade em relação ao abastecimento. A construção da imagem de Sucupira como um símbolo desse progresso de Uberlândia passava a ser criticada, mas não de forma desinteressada, como se apenas representasse os anseios da população, preocupada com seus passeios, jardins e plantas.

As críticas aos movimentos finais do governo Renato de Freitas continuaram a ter nas ações do DMAE um dos alvos mais notórios nas páginas do jornal, e que, aproximando-se das eleições municipais, passaram a expressar um rompimento explícito com a gestão. Novos aumentos de taxas ao longo do ano de 1976²⁷¹ são veiculados em notas informativas da gestão municipal, apresentando as novas tabelas de preço (sendo de Cr\$ 53,10 cruzeiros para residências sem hidrômetro, envolvendo água, esgoto e taxas; Cr\$ 28,00 cruzeiros para 26% das residências com hidrômetro; e valores entre Cr\$ 28,00 e Cr\$ 53,10 cruzeiros para 30% dos contribuintes; resultados esses que demonstrariam a vantagem econômica defendida pelo DMAE à adesão aos hidrômetros)²⁷².

Ao mesmo tempo, na mesma página e posicionadas lado a lado dessas notas do departamento, há publicadas cartas de leitores do jornal, como é o caso do relato de uma moradora que visitou a sede do jornal mostrando os recidos de pagamento com taxas incoerentes, acusando falhas na leitura dos hidrômetros, e a intenção de “desmascarar um anúncio mentiroso que o DMAE divulga pela imprensa [...] querendo dar à história do hidrômetro um colorido de rara beleza, quando na realidade ela é falsa e nociva a todos que instalaram o aparelho [...]”²⁷³.

Críticas aos problemas de abastecimento, às taxas consideradas altas demais em comparação a outras cidades de porte semelhante, eram caracterizadas como atitudes desonestas, desordenadas e até mesmo ditatoriais (apontamento este que não deixa de ser

²⁷⁰ UMA SUGESTÃO às donas de casa: Abra uma cisterna e lave o seu passeio (sem multas). *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.547, ano 39, 14 out. 1975, p. 1

²⁷¹ NOVO aumento determinado pelo DMAE sem explicação ao povo. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.623, ano 39, 06 fev. 1976, p. 1

²⁷² O HIDRÔMETRO protege o econômico. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.815, ano 40, 13/14 nov. 1976, p. 1

²⁷³ INCOERÊNCIA de um anúncio. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.814, ano 40, 12 nov. 1976, p. 1

curioso dado o contexto nacional e o apoio aberto ao regime militar e o partido ARENA), direcionadas ao prefeito, e à diretoria do departamento:

[...] fazem ouvidos moucos aos reclamos da população e vistas grossas à total desorganização do DMAE dirigida por um professor, que deveria ter cedido de há muito seu lugar, se não fosse apadrinhado pelo Prefeito, a um engenheiro formado em hidráulica. A falta de homens certos nos lugares certos, apodrecem administrações e sacrificam o povo.²⁷⁴

A crítica política, e a compreensão do papel político do governo e da administração do saneamento, é feita nos marcos do discurso da eficiência técnica, a ser resolvida pelos “homens certos nos lugares certos”, no caso, engenheiros hidráulicos. As declarações do *Correio* se tornam mais explícitas: “Esperamos que agora o povo venha a sentir que o atual Prefeito Municipal não é flor de cheirar e seu nome deve ser riscado para todo sempre do calendário político”²⁷⁵.

Além disso, valores elevados de instalação dos hidrômetros, cujo custo de mão de obra e equipamento parecia variar entre Cr\$ 750,00 a 1.200,00 cruzeiros, elevado para os padrões salariais, além da taxa de Cr\$ 79,50 cruzeiros, eram apontados como contradições, inclusive porque as residências com hidrômetros continuavam a pagar a taxa mínima relativa à 30 mil litros, da mesma forma que os outros contribuintes, utilizando ou não essa quantia. A avaliação de outra maneira de precificar o litro d’água utilizado era defendida pelo jornal como uma campanha em favor da boa administração, que não devorasse o povo “na arena de abusos do poder”²⁷⁶.

As discussões colocadas desse momento em diante, no início de 1977, quando Virgílio Galassi é novamente eleito para a prefeitura de Uberlândia, eram anunciadas em torno da reavaliação das cobranças à população feitas pelo DMAE, da reestruturação do departamento, e da continuidade das obras, com construção de novos motores e bombas, que pudessem alavancar a capacidade de abastecimento do serviço de água.²⁷⁷ Assim, a estrutura montada em Sucupira e seu significado para a sociedade uberlandense mantinha-se na arena política, e

²⁷⁴ CORTES do DMAE continuam a mostrar sua desorganização. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.678, ano 40, 28 abr. 1976, p. 1

²⁷⁵ DECISÕES que esmagam o povo de uma vez. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.623, ano 40, 18 jun. 1976, p. 1

²⁷⁶ REQUERIMENTO para instalação de hidrômetro custa ‘olho da cara’. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.708, ano 40, 10 jun. 1976, p. 1

²⁷⁷ DONAS de casa aguardam perdão das multas pelo DMAE. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.883, ano 40, 03 fev. 1977, p. 1

nas disputas a respeito de que tipo de expectativas eram atribuídas ao tema do acesso à água em Uberlândia.

Considerações finais:

Em entrevistas concedidas ao programa de TV chamado *Uberlândia de Ontem e Sempre*, veiculada no dia 21 de outubro de 2007 para uma série sobre os 40 anos do DMAE na cidade²⁷⁸, por figuras como Alair Martins (empresário e fundador do grupo Martins, atualmente maior nome do setor atacadista-distribuidor do país), Luiz Alberto Garcia (neto de Alexandre Garcia e dirigente do grupo Algar), Aldorando Dias de Souza (empresário de ex-presidente do Praia Clube), é possível perceber um eixo comum a respeito da interpretação sobre o processo de abastecimento de água e da ETA Sucupira: um marco para a sustentação do progresso e a viabilização de maior atração industrial e empresarial. A promessa feita por Renato de Freitas em fins da década de 1960 de trazer o rio para dentro da cidade se consolidou como parte dos discursos a respeito do crescimento da cidade de Uberlândia.

A “batalha da água” na cidade, conforme discutimos nesta dissertação, envolveu uma série de aspectos a respeito do avanço da urbanização e as transformações no território. As intervenções humanas na natureza, em especial no “território das águas”, estão implicadas em uma série de novos conteúdos sociais que são atribuídos aos rios e córregos, inseridos dentro de uma lógica de dominação e apropriação capitalista dos chamados recursos hídricos.

Ao mesmo tempo que obras significativas para a estrutura urbana uberlandense, como a canalização dos córregos que acompanha o traçado de ruas e avenidas, e principalmente a nova Estação de Tratamento de Água no Rio Uberabinha, estão implicadas em demandas concretas de aumento demográfico e de expansão produtiva de serviços e mercadorias, distintos sujeitos visualizam e dão sentido a essas transformações.

Analizamos o jornal *Correio de Uberlândia* como um desses agentes que se colocou no debate público da cidade a respeito dessas transformações, elaborando e veiculando um discurso que se alinha ao da racionalidade técnica, em um contexto no Brasil de expansão das infraestruturas de saneamento, e que entraram na agenda política com bastante centralidade. Nesse sentido, buscamos contribuir para os estudos a respeito do tema da água em Uberlândia, da utilização social dos rios e córregos, e da atuação do *Correio de Uberlândia*, do governo municipal e da autarquia do DMAE no período destacado para essa pesquisa.

²⁷⁸ ÁGUA e o desenvolvimento empresarial - DMAE 40 ANOS. Parte 5. Museu Virtual de Uberlândia, 21 out. 2007, (3min27s). Publicado pelo programa *Uberlândia Ontem e Sempre*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g0YIPSCnxyM>. Acesso em 10 ago. 2025.

Referências:

Fontes documentais:

1.1.Acervo Jerônimo Arantes - Arquivo Público de Uberlândia:

Pasta 026: SUCUPIRA. Prefeitura Municipal de Uberlândia.

1.2.Acervo Jornal *Correio de Uberlândia* (1967-1977) - Arquivo Público de Uberlândia:

12 BILHÕES (apenas) ergueram a obra impossível: Sucupira! Seção Suplemento Turismo. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p. 4

165 kms. de redes de água em Uberlândia. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.418, ano 36, 29 fev. 1972, p.1

1970: a década da industrialização. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.976, ano 33, 01 jan. 1970, p. 1

30.000 litros da água. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.255, ano 38, 03 mar.,1974, p. 1

ACUSAÇÕES feitas ao DMAE terão inquérito instaurado. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.363, ano 35, 20 nov. 1971, p. 7

ÁGUA: prefeitura resolve o problema. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.388, ano 30, 23 fev., 1967, p. 1

ÁGUA de Sucupira já chegou à cidade. *Jornal Correio de Uberlândia* Uberlândia, nº 11.075, ano 34, 30 jun. 1970, p.1

ÁGUA de Sucupira vai chegar até a Roosevelt. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.212, ano 35, 26 fev. 1971, p.1

ÁGUA. Seção Feira-livre. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.195, ano 35, 26 jan. 1971, p. 3

ÁGUA para Cidade Industrial em caráter de prioridade. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.203, ano 35, 11 fev. 1971, p. 1

ÁGUA continua faltando no centro da cidade e em alguns bairros. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.523, ano 39, 10 set. 1975, p. 1

AS ÁGUAS vão rolar *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.077, ano 34, 03 jul. 1970, p.1

ANEL hidráulico abastece a cidade de água além do ano 2.000. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.942, ano 33, 31 out. 1969, p.1

ANEL Hidráulico dará água para todos os bairros. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.160, ano 34, 27 nov. 1970, p.1

AO POVO interessa apenas a verdade sobre o Serviço de Água. *Correio de Uberlândia*, ano 17, nº 4.016, 28 set., 1954

APÓS concluir primeira etapa. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.876, ano 33, 08 jul. 1969, p.1

ASSUME proporções dramáticas a falta d'água. Seção Hoje/Painel político. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.388, ano 30, 23 fev., 1967, p.3

AVANÇO da industrialização. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.199, ano 35, 07 fev. 1971, p. 1

AVENIDA Rondon Pacheco. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.285, ano 35, 24 dez. 1971, p.1

AVISO Departamento Municipal de Água e Esgoto. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.400, ano 35, 28 jan. 1972, p. 1

B. TABAJARA está sem água e Prefeitura não diz nada. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.282, ano 38, 12 set. 1974, p. 1

CANALIZAÇÃO do Córrego São Pedro continua. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.211, ano 35, 25 fev., 1971, p. 1

CANALIZAÇÃO do Córrego Tabocas. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.951, ano 33, 16 nov. 1969, p.1

CANALIZAÇÃO - Seção Rodízio/Painel político. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.886, ano 33, 22 jan., 1970, p. 3

CLODOMIR: é preciso que o Brasil conheça Sucupira. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.036, ano 34, 16 abr. 1970, p.1

CÓRREGOS estão sendo canalizados em Uberlândia. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.104, ano 34, 19 fev., 1970, p. 1

COM patrula velha e eixo de navio Uberlândia começou a construção da monumental Sucupira. Seção Suplemento Turismo. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p. 3

CORTES do DMAE continuam a mostrar sua desorganização. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.678, ano 40, 28 abr. 1976, p. 1

DEPARTAMENTO Municipal de Água e Esgoto. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.526, ano 39, 13/14 set. 1975, p. 1

DECISÕES que esmagam o povo de uma vez. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.623, ano 40, 18 jun. 1976, p. 1

DMAE aumenta rede esgoto: benefício gratuito. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.806, ano 33, 29 ago. 1969, p.1

DMAE avisa à população. Seção Hoje. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.943, ano 33, 24 out. 1969, p.3

DMAE prepara caixas para água de Sucupira. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.006, ano 34, 22 fev. 1970, p.1

DMAE implanta redes de água: Vila Brasil. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.284, ano 34, 09 jul. 1971, p.1

DMAE canaliza água para três bairros. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.352, ano 34, 05 nov. 1971, p.1

DMAE: uma autarquia que busca estrutura. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.285, ano 35, 11 jul. 1971, p.1

DMAE seguirá a meta do prefeito Virgílio Galassi. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.316, ano 35, 03 set. 1971, p.1

DMAE abre concorrência para instalação de hidrômetros. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.128, ano 37, 06 set. 1973, p. 1

DMAE continua produzindo valetas em grande escala. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.366, ano 38, 21 jan. 1975, p. 1

DONAS de casa aguardam perdão das multas pelo DMAE. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.883, ano 40, 03 fev. 1977, p. 1

DOS regos d'água à Sucupira: majestosa banhando Cidade Jardim com muita classe. Seção Suplemento Turismo. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p. 2

EM abril "Tabocas" estará canalizado. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.951, ano 33, 16 nov. 1969, p.1

ENFIM, a Vitória! *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.095, ano 34, 04 ago. 1970, p.3

FÁBRICA de tubos da PM: construção está no final. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.624, ano 32, 18 abr. 1968, p.1

FALTA d'água é um martírio. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.642, ano 32 , 19/20 mai., 1968, p. 3

FALTA d'água na cidade: há necessidade solução urgente. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.660, ano 32, 20 jun. 1968, p.1

FALTA de água na cidade melhora a arrecadação do DMAE. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.537, ano 39, 30 set. 1975, p. 1

FALTOU água até na Câmara Municipal. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.510, ano 39, 22 ago. 1975, p. 1

FUNCIONÁRIOS do DEMA E estiveram fazendo rápido levantamento na rua Cruzeiro dos Peixotos. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.879, ano 33, 13 set. 1969, p.1

GAROTOS, antes abandonados. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.959, ano 33, 14 nov. 1969, p.1

GENTE prafrontex faz da Sucupira a esticada dos fins de semana. Seção Suplemento Turismo. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p. 2

HIDROESTE uma empresa inédita na região. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.199, ano 35, 04 fev. 1971, p. 1

HIDRÔMETRO. Seção Feira-livre. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.357, ano 35, 14 nov. 1971, p.3

HIDRÔMETROS. Seção Feira-livre. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.361, ano 35, 18 nov. 1971, p.3

HIDRÔMETROS. Seção Feira-livre. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.364, ano 35, 21 nov. 1971, p.3

HIDRÔMETROS serão implantados ainda este mês. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.254, ano 38, 07 mar. 1974, p. 1

HEFPEL fornecerá turbinas para serviço de Sucupira. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.613, ano 32, 29 mar. 1968, p.3

INAUGURAÇÃO de Sucupira fixada para 28 de agosto. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.092, ano 34, 30 jul. 1970, p.1

INCOERÊNCIA de um anúncio. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.814, ano 40, 12 nov. 1976, p. 1

INAUGURAÇÃO oficial do Serviço de Abastecimento de Água. *Correio de Uberlândia*, ano 17, nº 4.015, 27 set., 1954

NÃO bastava existir Sucupira: era preciso um prefeito audacioso para descobri-la de todo. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p.1

NORMAL o abastecimento de água da cidade: hoje. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.660, ano 32, 23/24 jun. 1968, p.1

O DEPARTAMENTO Municipal de Águas e Esgoto esquematizou. Seção Hoje. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.665, ano 32, 30 jun. 1968, p.3

O LOCAL da Estação de Tratamento é alterado posteriormente. NOVO serviço de água: 880 litros por segundo. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.371, ano 29, 24/25 jan., 1967, p. 1

O MAIOR problema de Uberlândia. Seção Hoje. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.508, ano 30, 26/27 set., 1967, p. 3

ÔNIBUS para todos visitarem Sucupira. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.912, ano 33, 09 set. 1969, p.1

O HIDRÔMETRO protege o econômico. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.815, ano 40, 13/14 nov. 1976, p. 1

OS HIDRÔMETROS. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.252, ano 38, 05 mar. 1974, p. 1

OS HIDRÔMETROS. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.256, ano 38, 09 mar. 1974, p. 3

OS HIDRÔMETROS. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.255, ano 38, 08 mar. 1974, p. 1

MELLO, João Edison de. Agentes da grandeza de Uberlândia. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.988, ano 37, 15 mar. 1973, p. 1

NOVO aumento determinado pelo DMAE sem explicação ao povo. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.623, ano 39, 06 fev. 1976, p. 1

PAES, Lycidio. O problema da água. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.957, ano 33, 15 nov. 1969, p. 5

POVO ainda reclama contra a falta de água. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.511, ano 39, 23/24 ago. 1975, p. 1

POVO critica portaria do DMAE, que é imprópria para os dias de hoje. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.529, ano 39, 17 set. 1975, p. 1

PREFEITO: Água é o maior problema. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.389, ano 30, 24/25 fev., 1967, p. 1

PREFEITO foi quem autorizou o aumento no DMAE. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.385, ano 38, 19 fev. 1975, p. 1

PREFEITO está querendo instalar hidrômetro. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.405, ano 39, 19 mar. 1975, p. 1

PROBLEMA do abastecimento. Seção Hoje. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.660, ano 32, 21/22 jun. 1968, p.3
PROBLEMA do abastecimento. Seção Hoje. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.660, ano 32, 21/22 jun. 1968, p.3

REFLORESTAMENTO dá milhares de árvores. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.956, ano 33, 14 nov. 1969, p.1

REQUERIMENTO para instalação de hidrômetro custa ‘olho da cara’. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.708, ano 40, 10 jun. 1976, p. 1

RONDON autorizou empréstimo para a prefeitura. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.816, ano 36, 12 ago. 1972, p.1

SILVA, Jacy (Ed.). Suplemento Turismo. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p.1

SEÇÃO Hoje. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.369, ano 29, 20 jan., 1967, p. 3

SÊCA inclemente. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.909, ano 33, 04 set. 1969, p.1

SERVIÇO de água vai custar dez milhões. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.556, ano 30, 19/20 dez. 1967, p.1

SITUAÇÃO da Lavoura é dramática: 70% destruída. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.205, ano 35, 14 fev. 1971, p. 1

SÔBRE jornal. *Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.213, ano 35, 09 mar. 1970, p. 1

SUCUPIRA: a natureza fez a sua parte *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.084, ano 34, 16 jul. 1970, p.5

SUCUPIRA é o poder de realização do povo. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.098, ano 34, 27 ago. 1970, p.1

SUCUPIRA: muita beleza turística e grande potencial de energia. Seção Suplemento Turismo. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.110, ano 34, 30 ago. 1970, p.1

SUCUPIRA não está dando conta do recado. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.282, ano 39, 13 mar. 1975, p. 1

TESE do diretor do DMAE foi apresentada na Câmara Municipal. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.540, ano 39, 03 out. 1975, p. 1

TERRENO, água, luz e isenções para investidores industriais. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.203, ano 35, 11 fev. 1971, p. 1

TUBULAÇÃO estoura com a água de Sucupira. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.070, ano 34, 23 jun. 1970, p.1

UBERLÂNDIA: ano 70. Seção suplemento Turismo. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.089, ano 34, 25 jul. 1970, p.1

UBERLÂNDIA fez a obra da Sucupira com os seus próprios recursos financeiros. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.081, ano 34, 10 jul. 1970, p.1

UM serviço importante. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.894, ano 33, 08 ago. 1969, p.1

UMA avenida sobre o Córrego São Pedro. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.212, ano 35, 02 mar., 1971, p.1

UMA SUGESTÃO às donas de casa: Abra uma cisterna e lave o seu passeio (sem multas). *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.547, ano 39, 14 out. 1975, p. 1

VAI faltar água. Seção Painel político. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.612, ano 32, 28 mar., 1968 p. 3

VERDADEIRA calamidade pública a falta d'água. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.660, ano 32, 21/22 jun. 1968, p.1

VICE-PREFEITO explica sobre a falta de água e confirma que Sucupira precisa de motores. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 12.516, ano 39, 30/31 ago. 1975, p. 1

VILA Martins sofre castigo falta água. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 10.641, ano 31, 17/18 mai., 1968, p. 1-3

VITAL Ferreira: as águas vão rolar. *Jornal Correio de Uberlândia*, Uberlândia, nº 11.039, ano 34, 21 abr. 1970, p.1

1.3 Entrevistas na plataforma do *Museu virtual de Uberlândia* – Programa *Uberlândia Ontem e sempre*:

ÁGUA e o desenvolvimento empresarial - DMAE 40 ANOS. Parte 5. Museu Virtual de Uberlândia, 21 out. 2007, (3min27s). Publicado pelo programa *Uberlândia Ontem e Sempre*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g0YIPSCnxyM>. Acesso em 10 ago. 2025.

BATE Papo José Pereira Espíndola. Museu Virtual de Uberlândia, 14 out. 2005, (17min37s). Publicado pelo programa *Uberlândia Ontem e Sempre*. Disponível em:

<https://www.museuvirtualdeuberlandia.com.br/bate-papo-jose-pereira-espindola/>. Acesso em 30 set. 2025.

JOSÉ Pereira Espíndola e a Estação de Sucupira. Museu Virtual de Uberlândia, 14 out. 2005, (17min36s). Publicado pelo programa Uberlândia Ontem e Sempre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9-oQcjIb1KY&t=300s>. Acesso em 13 jun. 2025.

Referências bibliográficas:

ALFREDO, Luiz; RICHARD, Fernando. O Cruzeiro: de repente, Uberlândia. *Revista O Cruzeiro*, ed. 42, 13 out. 1970, p. 75-81

ARANTES, Almir. Uso social da água. In: *Dicionário de desenvolvimento regional e temas correlatos*. GRIEBELER, Marcos Paulo Dherin. - 2. ed. - Uruguaiana, RS: Editora Conceito, 2021, p. 903-905

BRITO, Jorge Luís Silva; LIMA, Eleusa Fátima de. *Atlas escolas de Uberlândia* [recurso eletrônico]. 3. ed. - Uberlândia: EDUFU, 2020

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empreiteiros e imprensa: a atuação dos empresários da construção pesada junto aos veículos de comunicação antes e durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1988). *Rev. Hist.*, São Paulo, n. 177, 2018, p. 1-22. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.128512>

CAPIM Branco. Site da Prefeitura de Uberlândia. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/orgaos-municipais/dmae/tratamento-de-agua/capim-branco-2/>. Acesso em 10 jun. 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). 1º ed., 9ª reimpressão. - São Paulo, Contexto, 2023, p. 22-28

_____. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton (Org.). *Novos rumos da geografia brasileira*. São Paulo. HUCITEC, 1982. p. 25-34.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *A fala dos homens: análise do discurso tecnocrático* (1964-1981). São Paulo: Brasiliense, 1983

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/projetohistoria/series/series3.html>. Acesso em: 02 fev. 2024

SADRA, Mara Dantas. *A fabricação do urbano: Civilidade, modernidade e progresso em Uberabinha/MG (1888-1929)*. 2009. Tese (Doutorado em História), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista – Júlio Mesquita Filho. Franca, 2009

DAMASIO, João; DANIEL, Túlio. Urbanização e rios: como Uberlândia enfrenta as enchentes anuais? Portal *Comunica UFU*, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 08 out. 2024. Seção Notícias. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/noticias/2024/10/urbanizacao-e-rios-como-uberlandia-enfrenta-enchentes-anuais>. Acesso em 15 set. 2025.

FERNANDES, Orlanda Rodrigues. *Uberlândia Impressa: a década de 1960 nas páginas de jornal*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 161 p., 2008, p. 26

FREITAS, Eliano de Souza Martins. *As políticas de saneamento no final do século XX e suas implicações em Minas Gerais: reflexões a partir da reestruturação produtiva da/na COPASA/MG*. Tese (doutorado em Geografia), Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, 2013

GANDARA, Gercinair Silvério. Rios: território das águas às margens das cidades: o caso dos rios de Uruaçu-GO. *Confins*, nº 31, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/1206>. Acesso em 02 dez. de 2023. <https://doi.org/10.4000/confins.12066>

GARNERO, Gabriel. El estudio histórico de ríos: una propuesta teórica-metodológica. In: *História ambiental de América Latina: enfoques, procedimientos y cotidianidades*. URQUIJO, Pedro S.; LAZOS, Adi E.; LEFEBVRE, Karine. (Coord.). Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones en Geografía Ambiental, 1º ed., 2022, p. 435-455

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. *Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional*. Uberlândia: EDUFU, 2010

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. - 2a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

HIRATA, Taís Mayumi Alves. *Relações federativas no saneamento básico: modelos e desafios para regionalização*. Dissertação (mestrado profissional MPGPP) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2024

JERÔNIMO, Arantes. *Cidade dos sonhos meus: memória histórica de Uberlândia*. - Uberlândia: Edufu, 2003

JORGE, Wilson Edson. “A avaliação da política nacional de saneamento pós-64”. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v. 1, n. 2, p. 21- 34, dez. 1992. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v1i2p21-34>

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. *Uberlândia: histórias por entre trilhas, trilhos e outros caminhos: memórias, construção e apropriação dos espaços*. - Uberlândia: EDUFU, 201 _____. Caminhos e trilhas de uma história. *Olhares & Trilhas*. Uberlândia, Ano VI, n. 6, 2005

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. *A oeste das minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Uberlândia: EDUFU, 2005. <https://doi.org/10.7476/9788570785169>

MAHL, Marcelo Lapuente; MARTINEZ, Paulo Henrique. História ambiental: entre o passado e o futuro. Nova Revista Amazônica: Dossiê Amazônia. Vol. IX, no 3, p. 105-116, dez. 2021. <https://doi.org/10.18542/nra.v9i3.11721>

MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015

MARTINEZ, Paulo Henrique. Recursos Hídricos e Ditadura Militar no Brasil: Saneamento básico, poluição e tecnologia no Estado de São Paulo (1973-1979). *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 40, e24002, 2024, 32 p. <https://doi.org/10.1590/0104-87752024v40e24002>

_____. *História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino*. São Paulo: Cortez, 2006

MENESES, José Newton Coelho. Água e inteligência industriosa: Para começar uma reflexão sobre os usos sociais da água. In: MENESES, José Newton Coelho (Org.). *Água: Uma História*

dos usos nas Minas Gerais e em Portugal (séculos XVII a XIX). - 1. ed. - Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 11-35

MESQUITA, F. C.; ANDREOZZI, S. L.. A indústria e o espaço urbano na cidade de Uberlândia no contexto da desconcentração industrial. In: *XII Encuentro de Geógrafos de América Latina*, Montevideo. Caminando en una América Latina en transformación, 2009.

MIRANDA, Roberto de Souza. Ecologia política e processos de territorialização. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 28, nº1, jan. 2013, p. 142-161. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922013000100008>

MOORE, Jason W. O surgimento da natureza barata. In: MOORE, Jason W. (Org.) *Antropoceno ou capitaloceno? Natureza, história e a crise do capitalismo*. - São Paulo: Elefante, 2022, p. 128-186

_____. *Capitalism in the web of life: ecology and the accumulation of capital*. - London: Verso New Left Books, 1ª ed., 2015

MOURA, Gersa Gonçalves; SOARES, Beatriz Ribeiro. A periferia de Uberlândia/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. *Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 10, nº 32, p. 22-40, dez. 2009. <https://doi.org/10.14393/RCG103216156>

OLIVEIRA, Denise Leonardo Custodio Machado de. *Desenvolvimento e Especialização da agroindústria em Uberlândia – MG (1970 a 2014): a expansão das indústrias processadoras de soja, carnes e couros e seu papel na articulação das escalas local-global*. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2016.

OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte: Uberlândia (1950-1985)*. - Uberlândia: Rápida Editora, 2002.

PACHECO, Fábio Piva. *Mídia e Poder: representações simbólicas do autoritarismo na política – Uberlândia 1960/1990*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2001

PACHECO, Rafael Araújo. *A influência das elites e das políticas públicas na configuração do espaço urbano: uma crítica a partir do setor leste de Uberlândia (MG)*. Dissertação (Mestrado

em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia, 2015

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão. (Orgs.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. - Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 17-38

PEREIRA, Oscar Virgílio. *Das sesmarias ao polo urbano: formação e transformação de uma cidade*. Uberlândia: [s.n.], 2010.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. *Revista INTERthesis*, v.9, n.1, p. 16-50, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p16>. Acesso em: 21/02/2023 <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n1p16>

REZENDE, Sonaly; HELLER, Léo; QUEIROZ, Ana Carolina Lanza. Água, saneamento e saúde no Brasil: interseções e desacordos. *Anuario de Estudios Americanos*, 66, 2, julio-diciembre, p. 57-80, Sevilla (Espanha), 2009. <https://doi.org/10.3989/aea.2009.v66.i2.317>

SALLES, Maria José. *Política Nacional de Saneamento: percorrendo caminhos em busca da universalização*. Tese de Doutorado (em ciências/saúde pública). Departamento de Ciências. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica: Biblioteca de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2009, p. 42–44

SANEAMENTO em Uberlândia. Instituto Água e Saneamento, 2022. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/municipios-e-saneamento/mg/uberlandia>. Acesso em 10 jun. 2025

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das Águas: Uso de Rios, Córregos, Bicas e Chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. Editora Senac São Paulo, São Paulo, 2019.

SAMORA, Mariana Camin. *“Uma cidade se faz de sonho”*: entre o real e o ideal: memórias e experiências na paisagem urbana de Uberlândia/MG (2000-2009). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 151 p., 2010.

SAIANI, Carlos César Santejo; JÚNIOR, Rudinei Toneto. Evolução do acesso a serviços de saneamento básico no Brasil (1970 a 2004). *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 1 (38), p. 79-106, abr. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182010000100004>

SCHWARZBOLD, Albano. Teorias Ecológicas sobre Rios. *Ciência & Ambiente*, vol. 41, 1ª ed., jul/dez. 2010, p. 5-20

SILVA, Antônio Pereira da. *As histórias de Uberlândia: volume 2.* - Uberlândia, 2002

_____. *As histórias de Uberlândia: volume 3.* - Uberlândia, 2002

_____. Crônica da cidade: Água - o primeiro encanamento. *Jornal Correio de Uberlândia*, 20 ago. 2008, p. C4

_____. Crônica da cidade: Inaugurado o serviço pioneiro de água - III. *Jornal Correio de Uberlândia*, 27 ago. 2008, p. C4

_____. Crônica da cidade: Água - Ampliações do Serviço - IV. *Jornal Correio de Uberlândia*, 03 set. 2008, p. C4

_____. Crônica da cidade: Água - A Ampliação do Joanico - V. *Jornal Correio de Uberlândia*, 10 set. 2008, p. C4

_____. Crônica da cidade: Água - Vasco Giffoni. *Jornal Correio de Uberlândia*, 17 set. 2008, p. C4

_____. Crônica da cidade: Água - Renasce Sucupira. *Correio de Uberlândia*, 01 out. 2008, p. C4

_____. Renato e Sucupira. *Correio de Uberlândia*, 16 out. 2008, p. C4

SILVA, Maria Angélica da Costa. “Água para todo e sempre”: políticas públicas de saneamento em Ituiutaba-MG (1970-1980). Dissertação (mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2018. <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.908>

_____. Saneamento em Ituiutaba - MG no final do século XX: os reflexos da instalação da autarquia municipal SAE. In: Seminário Temático 037: História, Sociedade Natureza, *Anais*

XXIII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP: “História: por que e para quem?”, Unesp - Assis, 2016

SOARES, Beatriz Ribeiro. Uberlândia: da boca do sertão à cidade jardim. *Sociedade e Natureza*, Uberlândia, 9 (18), p. 95-124, 1997. <https://doi.org/10.14393/SN-v9-1997-61174>

UBERLÂNDIA. DECRETO Nº 18.309, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019. DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA PELO FALECIMENTO DO ENGENHEIRO JOSÉ PEREIRA ESPÍNDOLA. Diário Oficial do Município - Prefeitura Municipal de Uberlândia, MG, Ano XXXI, n º 5728, p. 1, 19 out. 2019.

VITAL, Giovanna Teixeira Damis. *Projeto sustentável para a cidade: o caso de Uberlândia*. 2013. 538 p. Tese (Doutorado - Arquitetura e Urbanismo). FAUUSP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-19042013-153818/>. Acesso em: 28 nov. 2025.

WILLIAMS, Raymond. Ideias sobre a Natureza. In: *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 4 (8), p. 198-215, 1991.